



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA LEAL

NUANCES DO DISCURSO ANTICORRUPÇÃO:
a página Vem Pra Rua Brasil em questão

Recife

2021

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA LEAL

NUANCES DO DISCURSO ANTICORRUPÇÃO:
a página Vem Pra Rua Brasil em questão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia

Área de concentração: Mudança Social

Orientadora: Prof. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha

Coorientadora: Prof. Dra. Ana Rodrigues Cavalcanti Alves

Recife
2021

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA LEAL

NUANCES DO DISCURSO ANTICORRUPÇÃO:
a página Vem Pra Rua Brasil em questão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 18/02/2021.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha (Presidente/Orientadora) Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Examinador Interno) Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha (Examinador Externo) Universidade Federal de Pernambuco

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L435n Leal, Marco Aurelio de Oliveira.
Nuances do discurso anticorrupção : a página Vem pra Rua Brasil em questão / Marco Aurelio de Oliveira Leal. – 2021.
141 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Eduarda da Mota Rocha.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Movimentos sociais. 3. Redes sociais on-line. 4. Corrupção. 5. Autoritarismo. I. Rocha, Maria Eduarda da Mota (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-089)

Para todos que lutam para fazer ciência
nesses tempos sombrios de negacionismo;

Para Vovó.

AGRADECIMENTOS

Difícil a tarefa de agradecer, já que tantas pessoas entram e saem das nossas vidas e de alguma forma acabam por contribuir com o meu trabalho, em maior ou menor grau. Acreditando, porém, que todas as experiências são válidas, agradeço a todos que passaram pelo meu caminho nos últimos dois anos.

Aos meus colegas da turma de mestrado, em especial aos que me acompanham desde a graduação nessa aventura que é a sociologia. Às minhas amigas Thaiza, Dani, Chagas, Lucylle, Débora, Rafa e Carol, por terem escutado os meus choramingos quando acreditava que nada ia dar certo. A Rodolpho e Nathy, por estarem sempre presentes, preocupados e botando só amor no meu caminho. A Bruno e Stephanie, por compartilharmos tudo, no que posso chamar de irmandade sociológica que vamos levar para o resto da vida.

Para Sejo, pois a magia só brota em almas raras e ele me ajudou a lembrar que não existem coincidências, só existe o inevitável e devo continuar tentando sem desistir.

Para Hernando, por todo o apoio durante o processo que envolveu esta dissertação desde quando as primeiras ideias surgiram.

Para a minha avó, que mesmo não entendendo direito o que eu faço sempre me apoia e incentiva a continuar tentando, sendo a minha principal referência de família.

À todos os professores, professoras e funcionárias do PPGS-UFPE. Em especial à Cynthia, Breno, Gabriel, Jonatas e Silke.

Para Artur e Diogo, extremamente gentis e assertivos, ajudando com a pesquisa desde o princípio.

Agradeço à Ana, minha coorientadora, pelas palavras sempre doces, pela leitura atenta, pelas orientações e por ter tido muita paciência com todas as mudanças pelas quais essa pesquisa passou.

À Eduarda, minha orientadora, que me ajudou a compreender o mestrado indo muito além das disciplinas e da pesquisa para a dissertação. Eduarda me ensinou a respeitar e observar o meu processo de formação enquanto sociólogo e pesquisador, nunca soltou das minhas mãos e mesmo nas crises sempre ajudou na busca de uma saída. Hoje considero Eduarda uma amiga e espero conseguir fazer pelos meus orientandos no futuro 10 por cento do que ela fez por mim durante os dois anos de mestrado.

Ao CNPq por ter fornecido a bolsa durante os meus dois anos enquanto mestrando.

“— Outros males existem e poderão vir; pois o próprio Sauron é apenas um servidor ou emissário. Todavia não é nossa função controlar todas as marés do mundo, mas sim fazer o que pudermos para socorrer os tempos em que estamos inseridos, erradicando o mal dos campos que conhecemos, para que aqueles que viverem depois tenham terra limpa para cultivar”.

Trecho de Tolkien, J.R.R. “O Retorno do Rei.”

RESUMO

A presente dissertação debruça-se sobre os novíssimos movimentos sociais e sua articulação nas redes sociais no que concerne o discurso anticorrupção, com especial recorte no movimento Vem Pra Rua Brasil e sua página no site de relacionamentos facebook. Para tal intento fez-se necessário um levantamento sócio-histórico sobre a questão da corrupção e dos movimentos opositores a tal prática. Iniciamos a argumentação sócio-histórica com o segundo mandato de Getúlio Vargas, até chegar aos dias atuais em que as redes sociais configuram-se como um grande canal comunicativo e informativo das forças políticas. O discurso anticorrupção representa uma pedra fundamental do movimento que analisamos na sua atuação em rede; nosso esforço dedicou-se a buscar as nuances desse discurso, os elementos implícitos à temática da corrupção, admitindo com isso que existem intencionalidades por trás da informação transmitida pela página enquanto representação de um movimento de direita e conservador. Para tal, trabalhamos com algumas chaves analíticas, como a contribuição de Pierre Bourdieu sobre o campo de opiniões político ideológicas e questões sobre o autoritarismo, ou bem dizer, traços da personalidade autoritária elencados por Theodor Adorno, além de outros autores e autoras que contribuíram como referências teóricas fundamentais na nossa busca pelas nuances do discurso anticorrupção do movimento. Através de técnicas de recolhimento de dados em rede e análise de conteúdo, conseguimos alcançar tais nuances, consideradas cabedais à compreensão do campo político midiático no Brasil.

Palavras-chave: Vem Pra Rua. Anticorrupção. Autoritarismo. Redes Sociais. Novíssimos Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the newest social movements and their articulation on social media regarding anti-corruption discourse, with special focus on the movement Vem Pra Rua Brasil and its page on the social media website Facebook. For this purpose, a socio-historical research on the issue of corruption and the movements opposing this practice was necessary. We worked from Getúlio Vargas' second term until reaching the present time where social media is a great communicative tool and informative channel for political forces. The anti-corruption discourse represents a cornerstone of the movement here analyzed in its network performance; our effort was dedicated to seek out the nuances of this discourse, the implicit elements in the theme of corruption, thus admitting that there are intentions behind the information transmitted by the page as representative of a right wing and conservative movement. To this end, we work with some analytical keys such as the contribution of Pierre Bourdieu on the field of political ideological opinions and questions about authoritarianism, or rather traits of the authoritarian personality listed by Theodor Adorno, in addition to other authors who contributed as essential theoretical references in our search for the nuances of the movement's anti-corruption discourse. Through networked data collection and content analysis techniques, we have managed to achieve these nuances that we consider to be essential for understanding the political media field in Brazil.

Keywords: Vem Pra Rua. Anti-corruption. Authoritarianism. Social Media. Brand New Social Movements.

SUMÁRIO:

1	INTRODUÇÃO	13
2	APORTES TEÓRICOS SOBRE CULTURA, POLÍTICA E REDES SOCIAIS	16
2.1	PIERRE BOURDIEU E O CAMPO DA PRODUÇÃO POLÍTICO IDEOLÓGICA	16
2.2	SOBRE O AUTORITARISMO NA TEORIA DE ADORNO	20
2.3	O ADMIRÁVEL NOVO MUNDO DIGITAL	24
3	O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL	28
3.1	DOS PRIMÓRDIOS, A QUESTÃO PATRIMONIALISTA	28
3.2	VARGAS EM XEQUE	31
3.3	PÓS-VARGAS, O GOLPE DA ELITE QUE NÃO OCORREU	37
3.4	GOLPE MILITAR E A CULATRA DA UDN	44
3.5	REDEMOCRATIZAÇÃO, QUANDO O APOIO POPULAR RESSURGE	49
3.6	2013, O ANO QUE AGLUTINOU DISCURSOS	57
4	O CASO VEM PRA RUA	60
4.1	COMO CARACTERIZAR O MOVIMENTO?	60
4.2	AS LIDERANÇAS E OS IDEAIS LIBERAIS.....	63
4.3	A ESTRUTURA DO MOVIMENTO	68
4.4	CONTRADIÇÕES NO MOVIMENTO E SUA ATUAÇÃO	72
4.5	A ATUAÇÃO NAS REDES SOCIAIS.....	73
5	A PÁGINA VEM PRA RUA BRASIL E OS USOS DO DISCURSO ANTICORRUPÇÃO	80
5.1	A PAUTA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF	82
5.1.1	O interesse empresarial no impeachment	83
5.1.2	A inversão do “particular” e do “universal” pela vprb	85

5.1.3	A argumentação autoritária	87
5.1.4	O protagonismo no impeachment	91
5.2	A ATUAÇÃO NO GOVERNO TEMER	92
5.2.1	O apoio a Temer	92
5.2.2	A esperança econômica da direita.....	94
5.2.3	As denúncias contra Temer: a associação com o PT	96
5.2.4	Caráter intimidador: não mexe com a Lava Jato!”.....	97
5.3	A DEFESA DA LAVA-JATO E A PRISÃO DE LULA	100
5.3.1	A Lava Jato e a construção de um novo herói nacional.....	100
5.3.2	A Lava Jato e a criminalização de Dilma	101
5.3.3	O cerco ao PT.....	103
5.3.4	A prisão de Lula e a ameaça às instituições democráticas	107
5.4	AS ELEIÇÕES DE 2018 E A ATUAÇÃO DA VPRB	110
5.4.1	A ascensão de Jair Bolsonaro	110
5.4.2	A VPRB no primeiro turno do pleito presidencial em 2018.....	113
5.4.3	A VPRB no segundo turno do pleito presidencial em 2018.....	116
5.5	AO LADO DE MORO E CONTRA BOLSONARO	120
5.5.1	A imagem de Moro como sustentação do governo federal	120
5.5.2	Incompetência administrativa de Bolsonaro	122
5.5.3	A saída de Moro e a volta da retórica anticorrupção:	124
5.5.4	O processo de destituição do capital simbólico de Jair Bolsonaro.....	127
6	CONCLUSÃO	131
	REFERÊNCIAS.....	136

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1- Capa do jornal Folha da Tarde em agosto de 1954.</i>	35
<i>Figura 2- Capa do Jornal Última Hora, 24 de agosto de 1954</i>	36
<i>Figura 3 manchete do jornal O Globo em 24 de junho de 1964</i>	39
<i>Figura 4- Capa do jornal Folha de São Paulo em agosto de 1961.</i>	40
<i>Figura 5- Capas do Jornal Correio da Manhã em abril e maio de 1964.</i>	43
<i>Figura 6- trecho da capa do Jornal O Globo em 1º de abril de 1964.</i>	45
<i>Figura 7- Capa da revista Veja publicada em 1992</i>	51
<i>Figura 8- Capa do jornal Folha de São Paulo em 1997.</i>	53
<i>Figura 9- Capas da revista Veja em agosto de 2005.</i>	55
<i>Figura 10- Hierarquia do VPR</i>	69
<i>Figura 11- Projetos do VPR</i>	70
<i>Figura 12- projetos VPR</i>	70
<i>Figura 13- projetos VPR</i>	70
<i>Figura 14- projetos VPR</i>	71
<i>Figura 15- projetos VPR</i>	71
<i>Figura 16- projetos VPR</i>	71
<i>Figura 17- Um dos Whatsapps do VPR</i>	77
<i>Figura 18- Publicação na VPRB.</i>	84
<i>Figura 19- Publicação na página VPRB</i>	85
<i>Figura 20- Publicação da página VPRB</i>	87
<i>Figura 21- publicação da página VPRB</i>	89
<i>Figura 22- publicação da página VPRB</i>	89
<i>Figura 23- publicação da página VPRB</i>	90
<i>Figura 24- publicação na página VPRB</i>	91
<i>Figura 25- Publicação da página VPRB</i>	93
<i>Figura 26- Publicação da página VPRB</i>	94
<i>Figura 27- publicação da página VPRB</i>	95
<i>Figura 28- publicação da página VPRB</i>	96
<i>Figura 29- publicação da página VPRB</i>	97
<i>Figura 30- publicação da página VPRB</i>	98
<i>Figura 31- publicação da página VPRB</i>	99
<i>Figura 32- publicação da página VPRB</i>	101
<i>Figura 33- publicação da página VPRB</i>	102
<i>Figura 34- publicação da página VPRB</i>	103
<i>Figura 35- publicação da página VPRB</i>	104
<i>Figura 36- publicação na página VPRB</i>	105
<i>Figura 37- publicação na página VPRB</i>	106
<i>Figura 38- publicação na página VPRB</i>	106
<i>Figura 39- publicação na página VPRB</i>	107
<i>Figura 40- publicação na página VPRB</i>	108
<i>Figura 41- publicação na página VPRB</i>	109
<i>Figura 42- publicação na página VPRB</i>	110

Figura 43- publicação da página VPRB	114
Figura 44- publicação na página VPRB	114
Figura 45- publicação na página VPRB	115
Figura 46- publicação na página VPRB	115
Figura 47- publicação na página VPRB	116
Figura 48- publicação na página VPRB	117
Figura 49- Evento convocado pela VPRB	118
Figura 50- publicação na página VPRB	119
Figura 51- publicação da página VPRB	120
Figura 52- publicação na página VPRB	123
Figura 53- publicação na página VPRB	125
Figura 54- publicação na página VPRB	125
Figura 55- publicação na página VPRV	126
Figura 56- publicação na página VPRB	127
Figura 57- publicação na página VPRB	128
Figura 58- postagem na página VPRB	129

1 INTRODUÇÃO

Apresentaremos na seção introdutória alguns elementos relacionados à pesquisa que edificam o presente trabalho. Nosso objetivo principal é identificar as nuances do discurso anticorrupção do movimento Vem Pra Rua. Para tal intento, dedicamo-nos a analisar a sua página no site de relacionamentos facebook, em um processo de seleção de postagens cujo discurso remete à corrupção, buscando com isso os elementos que estão por trás da cortina do discurso anticorrupção, questões talvez despercebidas sem um olhar atento. Deixamos desde o início evidente que tratamos a página como um reflexo das intenções do movimento, portanto diversas vezes vamos nos referir ao movimento e a página de maneira concomitante, sem que isso prejudique a nossa análise.

Após esta sessão introdutória apresentamos alguns dos principais referenciais teóricos que nos auxiliaram a orientar a pesquisa. O primeiro é Pierre Bourdieu, contribuindo com sua concepção de campo das ofertas político ideológicas, a qual nos ajuda a compreender o fenômeno político nos setores midiáticos. O segundo referencial é Adorno, com seus aportes sobre os estudos acerca da personalidade autoritária; mesmo a pesquisa dedicando-se a tipos de personalidade através de casos específicos, não foi arbitrário estabelecer que a conduta da página e do movimento possuem determinados traços, uma vez que são coordenadas e comandadas por lideranças com ideais muito específicos. O terceiro ao que nos debruçamos teoricamente nos fala do mundo digital, com intento de destacar as mídias digitais onde nosso objeto está localizado e qual a importância dessas no cenário político midiático. Um conjunto de autoras e autores foram convocados para estabelecer essa discussão, como Recuero e Castells.

Nosso primeiro capítulo dedica-se a uma análise sócio-histórica sobre como a questão da corrupção e os discursos anticorrupção se desenvolvem no Brasil. Parte-se de uma breve introdução dos elementos no Brasil colônia e no império, em que destacamos a existência de elementos corruptíveis, dotados, no entanto, de outras nomenclaturas já que o termo “corrupção”, em nosso tempo, possui uma noção bastante específica em relação às épocas destacadas. Aproveitamos para elencar dois importantes elementos, distanciar a corrupção de uma herança portuguesa, como muitas vezes é tratada por algumas pesquisas, e também focar na corrupção atrelada à figura do chefe de Estado e como isso tem seus primórdios no Brasil império.

Iniciaremos então a discussão no segundo governo Vargas, sendo uma opção nossa utilizar esse recorte temporal para localizar as questões mais pertinentes na luta anticorrupção, sem grandes delongas na história brasileira. Com o mandato de Vargas inserimos o argumento dos seus opositores, como destaque para a União Democrática Nacional e o conjunto de perspectivas conhecidas como udenismo. Naturalmente, o udenismo não foi a única matriz norteadora da direita brasileira, e advogar sobre isso seria muito simplório, entretanto os argumentos udenistas reverberantes até os dias atuais na direita brasileira são uma chave importante para compreender os ecos do passado, ainda sentidos no presente.

Também no capítulo histórico analítico, destacamos os diversos governos pós Vargas e como o argumento anticorrupção os atinge de modo ferrenho, especialmente com o uso dos instrumentos midiáticos. Essa perspectiva manteve-se e ainda funciona de modo pungente na contemporaneidade, incluindo agora o uso das redes sociais que facilitam o acesso, a comunicação e a aglutinação de atores sociais com objetivos em comum.

Em nosso segundo capítulo, dedicamo-nos a uma caracterização do movimento Vem Pra Rua. Realizamos tal caracterização a partir dos próprios aportes do movimento na internet, incluindo entrevistas dadas pelo seu porta voz, o empresário Rogério Chequer, e dados coletados no site do movimento, no qual se discorre livremente sobre sua estrutura, modelo de atuação, projetos, dentre outros aspectos explorados ao longo do referido capítulo.

Torna-se essencial para a caracterização do movimento escutar o que ele próprio diz de si. Analisando os dados sob este prisma, conseguimos observar também algumas contradições existentes no Vem Pra Rua, como a não prestação de contas, a ligação direta com o setor empresarial, o apartidarismo seletivo, além de outros elementos evidenciados pela investigação e análise.

O terceiro capítulo é o espaço dedicado a analisar com pungência as publicações da página Vem Pra Rua Brasil. Num trabalho de seleção preliminar, escolhemos um determinado número de postagens que envolviam, direta ou indiretamente, a questão da luta anticorrupção. Através dos dados obtidos pela técnica de recolhimento de dados em redes sociais, quantificamos os principais termos utilizados e os atores sociais e políticos envolvidos nas postagens. Permitiu-se com isso separar em cinco seções o referido capítulo, sem fugir da norteadora temática anticorrupção.

A primeira seção dedica-se à pauta do impeachment de Dilma Rousseff e como a então presidenta foi destituída do capital simbólico que lhe pertencia. Nesse ínterim, destacamos como a página foi um dos elementos que criminalizaram Dilma enquanto corrupta, construindo a sua imagem como tal. Destacamos nesta e nas próximas seções elementos implícitos nas postagens, o que nos auxilia a compreender as intencionalidades do movimento a partir da representação em sua página.

As seções seguintes dedicam-se ao governo Temer, o destaque do movimento à operação Lava Jato e, com isso, a construção de Sérgio Moro como um herói nacional, as eleições de 2018 com a ascensão de Jair Bolsonaro e o não apoio da estudada página ao mesmo. Por fim, destacamos como a página tem servido como espaço de destituição do capital simbólico de Bolsonaro enquanto presidente, associando-o diretamente à corrupção, de modo semelhante como foi feito com Dilma Rousseff nos anos de 2015 e 2016.

Em cada uma das seções, buscamos mostrar que elementos intrínsecos fazem parte do discurso anticorrupção, havendo intencionalidades específicas para o uso de tal discurso, especialmente no que concerne ao setor econômico e empresarial. São questões também destacadas em nossa sessão conclusiva, visto que apontamos os principais aportes convocados ao longo da investigação exposta na presente dissertação.

2 APORTES TEÓRICOS SOBRE CULTURA, POLÍTICA E REDES SOCIAIS

Nesta seção destacamos os principais referenciais teóricos da pesquisa, utilizados como forma de compreender as questões sociológicas subjacentes na temática a que se propôs a dissertação. A teoria de Pierre Bourdieu é uma perspectiva capital nesta empreitada, especialmente em suas colocações sobre a cultura e a política, bem como conceitos mais conhecidos do autor que auxiliam o leitor na compreensão do objeto escolhido. Já Castells e sua teoria sobre a Sociedade em rede, acompanhado da pesquisadora Raquel Recuero, apoiam-nos na compreensão das redes sociais, seus processos de formação e adesão, já que o mundo digital é uma importante ferramenta na disseminação dos discursos políticos aqui analisados, especialmente no íterim dos “novos” movimentos sociais.

2.1 PIERRE BOURDIEU E O CAMPO DA PRODUÇÃO POLÍTICO IDEOLÓGICA

Diante do que já foi exposto sobre Pierre Bourdieu, adentremos nas relações entre cultura e política. Façamos um esforço teórico de aplicar a teoria praxiológica à realidade brasileira, especialmente no que concerne à composição e atuação do movimento VPRB, a respeito da luta contra a corrupção política. Dentre suas diversas redes sociais o *facebook* será o espaço de investigação, e a página do referido movimento nosso material empírico.

Um importante conceito a ser desenvolvido é o de Campo, podendo ser utilizado para estudar os espaços estruturados de disputas simbólicas e a construção destes. Um Campo é considerado qualquer espaço, podendo ser construído como um de posições objetivas definidas por montantes desiguais de recursos de poder, poder este que Bourdieu elenca como diversas formas de “capitais” existentes na sociedade. Sobre a aplicação do conceito de Campo, Bourdieu advoga:

Nada mais restava fazer do que pôr a funcionar o instrumento de pensamento assim elaborado para descobrir, aplicando-o a domínios diferentes, não só as propriedades específicas de cada campo – alta costura, literatura, filosofia, política, etc. – mas também as invariantes reveladas pela comparação dos diferentes universos tratados como “casos particulares do possível” (BOURDIEU, 1989, p. 66).

Atuar no universo social é competir, existindo regras e recompensas, mesmo que os agentes, dominantes ou dominados, não tenham clara consciência de estarem envolvidos nessa competição. A sociedade “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou

transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Nesse jogo, ou disputa, os agentes utilizam certos meios de competição socialmente legitimados, as variadas formas de capital adquirido. Um determinado conjunto de competências garante a legitimidade do agente em algum dos campos, seja o educacional, cultural ou até mesmo político, e em cada um deles existem leis intrínsecas de funcionamento próprio que lhe atribuem valor.

Partindo de uma discussão em que Bourdieu convoca Marx e Engels sobre o fazer político, articulando-o com o fazer artístico na sociedade comunista, não existiriam indivíduos que se dedicassem apenas às questões políticas no desenvolvimento das atividades produtivas, como também não apenas à caça, pintura, ou qualquer outra atividade. Na utopia comunista “não há políticos, mas, no máximo, homens que dentre outras atividades se dedicam à política” (BOURDIEU, 2007. p. 371).

Os indivíduos serviriam, portanto, de bom grado às questões envolvendo a política enquanto aparato coletivo e para o bem do coletivo, não se dedicando a esta como atividade fundamental de suas vidas. Não haveria, portanto, na análise de Marx e Engels, elementos intrínsecos que fornecessem a esses indivíduos a *expertise* para articular politicamente as suas questões, já que seriam estas próprias do coletivo. Bourdieu advoga com isso que para além da análise dos canônicos autores citados, existe uma dimensão incorporada para a atuação política, fora da utopia comunista desenhada, que está diretamente ligada ao capital possuído pelos sujeitos.

Determinados indivíduos possuem elementos estruturados e estruturantes que garantem o monopólio e a capacidade de atuar nos mais diversos setores da sociedade, seja no campo das artes, no direito, na política, entre outros. Para Pierre Bourdieu, Marx e Engels não levaram em consideração que “os mecanismos responsáveis por esse monopólio, mantêm adormecidos aliás, em melhores condições que todos os ‘aparelhos ideológicos do Estado’” (BOURDIEU, 2007. p.371). Foge-se com isso de uma noção de povo idealizado, compreendendo que existem interesses particulares advindos de um interesse de classe no mundo social, e que precisam ser levados em conta ao analisarmos a atuação no campo político.

Assim como nos demais campos, na política existe uma hierarquia entre os que produzem um determinado discurso político e os indivíduos que consomem este discurso, vinculando-se das mais diversas maneiras a bandeiras políticas distintas. Diante dos argumentos já levantados sobre a distinção, dediquemo-nos a pensar no “mercado dos discursos produzidos e oferecidos pelos detentores dos instrumentos de produção de problemas e de opiniões

legítimas” (BOURDIEU, 2007.p. 371). Não será arbitrário dizer que um determinado *habitus*, relacionado quase sempre às frações dominantes, acaba sendo tomado como legítimo dentro do campo da atuação política, dotando de autoridade aquele que o manifesta, mesmo que falseado como “opinião pessoal” (2007.p. 372).

A competência política e a linguagem política, dentro de seus campos de atuação, estão ligadas a uma competência específica por vezes considerada intrínseca e atrelada diretamente aos fatores de classe já elencados; “a competência “técnica” depende, fundamentalmente, da competência social e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convocado a exercer essa capacidade específica, portanto, a detê-la” (BOURDIEU, 2007.p.383).

Essa competência da qual os indivíduos são por vezes dotados supõe “que a competência no sentido de capacidade técnica – cultura política – varia como a competência no sentido de capacidade socialmente reconhecida, de atributo e de atribuição estatutários” (BOURDIEU, 2007.p. 373). A opinião pessoal estará, nesse sentido, ligada ao espaço que o indivíduo ocupa no campo e ao *habitus* propriamente adquirido ao longo da vida.

Todas as opiniões, seja qual for o seu produtor são equivalentes – ela exprime, desde a origem, os interesses dos intelectuais, pequenos produtores independentes de opiniões, cujo papel se desenvolve paralelamente à constituição de um campo de produção especializado e de um mercado para os produtos culturais e, em seguida, de um subcampo especializado na produção das opiniões políticas (com a imprensa, os partidos e todas as instâncias representativas) (BOURDIEU, 2007.p. 372).

Ainda em *A Distinção*, Bourdieu desenvolve o conceito de campo da produção ideológica/ campo de ofertas de opiniões político-ideológicas (BOURDIEU, 2007). Tais categorias dão aportes a uma investigação das mídias televisivas e do campo jornalístico, em especial ao jornalismo impresso. Bourdieu já anunciava anteriormente que

no caso das produção dos bens culturais, pelo menos, a relação entre oferta e demanda reveste uma forma particular na medida em que a oferta exerce sempre um efeito de imposição simbólica: um produto cultural – quadro de vanguarda, programa político ou jornal de opinião – é um gosto constituído (2007.p. 216).

Uma vez que o *habitus* “é a classe incorporada” (BOURDIEU, 2007.p. 410), seria inviável discutir o campo das opiniões político ideológicas sem levar em consideração o *habitus* enquanto constituidor de um discurso político dentro de um campo, uma vez que “a relação

entre a classe social e as opiniões políticas varia segundo a classe social, ou seja, segundo o modo de produção da opinião mais frequente nessa classe” (2007.p. 400).

Nesse sentido, “a distribuição das opiniões políticas entre direita e esquerda corresponde intimamente à distribuição das classes” (BOURDIEU, 2007. p.411). Como o objeto de nossa análise é um movimento de cunho Liberal, posicionado à direita, utilizo aqui os conceitos de Bourdieu para trazer à discussão, nos posteriores capítulos de análise, que o capital adquirido pelas lideranças do movimento analisado, o VPRB, é crucial para a sua tomada de decisões e atuação política. Destacarei como hipótese, portanto, o que Bourdieu elenca como o efeito da trajetória e o efeito de inculcação, investigando se no nosso *corpus* “a educação política, como a educação religiosa que é sua forma eufemizada, tendo sido sempre recebida por uma parcela da população desde a infância na sua família” (BOURDIEU, 2007. p. 212).

No caso do campo jornalístico analisado por Bourdieu, há uma evidente barreira estatutária¹ entre os que produzem o discurso e os que consomem dentro de suas respectivas classes e interesses de classe. O Movimento que me proponho a analisar nos próximos capítulos firma-se nas bases legitimadoras do discurso político, enquanto seus consumidores vinculam-se ao mesmo discurso por este ter como base princípios relacionados à ética, buscando na luta anticorrupção no Brasil o principal argumento validador do movimento analisado na sociedade brasileira. Apesar de diferenças semânticas, a luta contra a corrupção na mídia já esteve presente em diversos momentos da história brasileira, como será destacado.

O fato de escrever nos jornais ou para os jornais, de assinar petições publicadas nos jornais ou responder às pesquisas lançadas pelos jornais, etc. -, de manifestar que o indivíduo se sente membro do país legal, ou seja, com o direito e dever de participar na política, de exercer verdadeiramente seus direitos de cidadão (BOURDIEU, 2007.p. 416).

Segundo Rocha (2016), as análises de Bourdieu sobre a mídia não são das mais usuais, visto que “seus trabalhos que tratam desses assuntos não se baseiam em pesquisa empírica extensa e de primeira mão e, portanto, não têm a mesma densidade que suas interpretações acerca dos campos científico ou literário, por exemplo” (ROCHA, 2016. p. 255). Contudo, os

¹ “Esse capital estatutário de origem encontra-se reduplicado pelas vantagens que - em matéria de aprendizagens culturais, maneiras de comportar-se a mesa ou arte da conversação, cultura musical ou senso das conveniências, prática do tênis ou pronúncia da língua – são fornecidas pela precocidade da aquisição da cultura legítima: o capital cultural incorporado das gerações anteriores funciona como uma espécie de avanço (no duplo sentido de vantagem inicial e de crédito ou usufruto antecipado) que, garantindo-lhe de imediato o exemplo da *cultura realizada em modelos familiares*, permite que o recém-chegado comece, desde a origem, ou seja, da maneira mais inconsciente e insensível, a aquisição dos elementos fundamentais da cultura legítima” (BOURDIEU, 2007.p.70)

aportes suscitados para a análise do campo jornalístico são ferramentas importantes para a investigação.

Dessa maneira, a já citada página do *Facebook* será tratada como o espaço “onde agentes sociais diferentes, egressos de campos sociais diversos, podem se reconhecer pelas suas conformidades e suas divergências” (PIMENTA, 2017. p.245). Naturalmente, por questões de temporalidade analisar a internet não foi o objetivo de Bourdieu; não obstante, a ferramenta existe e é bastante utilizada no campo da comunicação social, podendo ser enfim adaptada de uma análise da imprensa para uma análise do *cyberespaço*. Analisaremos o movimento, seu discurso e o seu processo de constituição, bem como sua atuação não no meio impresso, como analisou Bourdieu, mas na página VPRB no site de relacionamentos *facebook*.

Bourdieu auxilia ainda numa outra reflexão essencial: o questionamento sobre quais são as estratégias simbólicas de construção para uma determinada adesão política. Nesse sentido, dentro do sistema de disposições sociais Bourdieu vê a linguagem como um ritual, ocorrido no campo das interações simbólicas, “como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento” (BOURDIEU, 2008. p.23). A participação e o agir linguístico (BOURDIEU, 2008) dentro da página podem representar ainda uma tentativa de obtenção de *status*, uma vez que a investigação será realizada acerca da corrupção política no Brasil, e posicionar-se sobre tal prática define os membros participantes. A construção do corpus para a análise acompanha a necessidade de identificação da configuração desse grupo, buscando a “eficácia simbólica da linguagem” (2008.p.38).

2.2 SOBRE O AUTORITARISMO NA TEORIA DE ADORNO

Uma das principais questões que norteiam o trabalho apresentado é o autoritarismo presente no discurso, tanto no século passado quanto no Brasil atual, em seus recentes eventos sociopolíticos. É para nós essencialmente caro pensar no caráter autoritário dos novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2017) e a sua atuação nas redes sociais, especialmente no que concerne ao nosso objeto, a página Vem Pra Rua Brasil no site de relacionamentos *facebook*.

Para uma discussão sobre questões relacionadas ao autoritarismo convocamos Adorno e a sua contribuição em *Estudos sobre a personalidade autoritária*, produzido nos Estados Unidos, onde o autor esteve exilado da Alemanha hitlerista. A pesquisa, executada entre os anos de 1943 e 1950, possuía várias questões que nos são importantes, mas o seu lastro principal era

o questionamento de Adorno e dos demais pesquisadores e pesquisadora envolvidos se em um país como os Estados Unidos, o qual se pressupõe democrático, era possível a existência de um fenômeno como o nazismo e/ou fascismo. As pesquisas realizadas voltaram-se para argumentos antissemitas e autoritários, e com foco nesses dois pontos a obra desenvolve-se em grande parte numa perspectiva do sujeito autoritário etnocêntrico (ADORNO, 1950).

Adorno baseou-se em premissas desenvolvidas por Max Horkheimer sobre a destituição dos valores patriarcais na Alemanha. Segundo Horkheimer, na emergência da sociedade capitalista os pais perdem a autonomia no processo de formação de seus filhos e filhas; a família passaria a reproduzir valores propriamente capitalistas, o que impossibilitaria a nova geração, criada no seio desses valores, de ir contra as formas de alienação por parte do sistema capitalista de produção.

Tal afirmação coaduna com argumentos desenvolvidos por Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural e outras formas de alienação do sujeito inserido no sistema de produção. A família transforma-se, nesse sentido, numa estrutura reprodutora de valores próprios do capitalismo, especialmente no que se refere ao acúmulo e a troca.

o que acontece aqui é profundamente influenciado por fatores econômicos e sociais. Não é só que cada família está tentando criar seus filhos de acordo com os modos de grupos sociais, étnicos e religiosos em que ela está associada, mas fatores econômicos cruciais afetam diretamente o comportamento dos pais em relação à criança. Isso significa que grandes mudanças nas condições sociais e nas instituições terão uma influência direta sobre os tipos de personalidades que se desenvolvem dentro de uma sociedade (ADORNO, 1950. p. 6. Tradução nossa).

O autoritarismo relacionado ao sistema de produção capitalista será uma questão mister para Adorno, buscando nos sujeitos traços potenciais fascistas, dentro da estrutura de alienação que os tornaria mais suscetíveis a uma propaganda ideológica autoritária (ADORNO, 1950). Esses traços, segundo o autor, podem passar despercebidos no inconsciente, mas ganham espaço nos discursos dentro de crises sociais, na forma de declarações contra minorias sociais. Tendo como principal exemplo os judeus, Adorno advoga que o preconceito contra as minorias é social, não psicológico; “Estamos convencidos de que a principal fonte de preconceito deve ser buscada em fatores sociais que são incomparavelmente mais fortes do que a ‘psique’ de qualquer indivíduo envolvido” (ADORNO, 2016. p.4. tradução nossa).

Essas conclusões foram obtidas a partir de um denso debate entre a teoria de Freud e a teoria Marxista. O debate destacava a pesquisa construída como propriamente materialista e não psicanalítica, uma vez que focava nos elementos sociais constituidores dos tipos de

personalidade autoritária e não nas questões internas aos sujeitos em particular, o que coloca a obra no cabedal de pesquisas sociológicas relacionadas ao autoritarismo.

Pode-se perguntar agora quais são as condições sob as quais tal propaganda [antidemocrática] aumentaria em tom e volume e passaria a dominar a imprensa e o rádio excluindo estímulos ideológicos contrários, de modo que o que é agora potencial se tornaria ativamente manifesto. A resposta deve ser buscada não em uma personalidade única, nem em fatores de personalidade encontrados na massa de pessoas, mas em processos em ação na própria sociedade. Assemelhar-se a ser bem compreendido hoje que se a propaganda antidemocrática deve se tornar ou não uma força dominante neste país depende sobretudo da situação dos interesses econômicos mais poderosos, se eles, por meio de projetos conscientes ou não, fazem uso deste dispositivo para manter seu *status quo* dominante (ADORNO, 1950. p.7. tradução nossa).

Tal afirmação adorniana coaduna com os argumentos quando refletimos sobre o Brasil contemporâneo e o uso das redes sociais como veículo de uma propaganda antidemocrática, mesmo usurpando as vestes de luta pela democracia, no tocante do nosso trabalho, especialmente no discurso anticorrupção e nas suas entrelinhas.

Ainda sobre a personalidade autoritária, esta seria uma tipologia antropológica. Não seriam tipificados os sujeitos, mas sim os traços e nuances de suas condutas, que tem raiz notadamente cultural; classificar-se-iam, portanto, na pesquisa destacada personalidades, não sujeitos. Essa lógica antropológica de raiz sócio-histórica da personalidade autoritária (ADORNO, 1950) demonstra que os tipos culturais, muito mais do que os aspectos psicológicos, seriam os condutores dessa personalidade autoritária. Os tipos destacados por Adorno como preconceituosos são subprodutos de uma pseudodemocracia, em que os elementos de uma mentalidade intolerante encontram espaço para o seu desenvolvimento, especialmente em momentos de crise, como elencamos.

O conjunto da pesquisa tipifica nove traços de personalidade autoritária, não excludentes, e que trazem no bojo as diversas questões propostas na pesquisa realizada na época. Seriam estes o convencionalismo, submissão acrítica, agressividade autoritária, destruição e cinismo, poder e rudeza, superstição e estereotipia, exteriorização, projeção, e por último o sexo (ADORNO, 1950). Para os objetivos de nossa pesquisa focaremos de modo pungente no tipo de agressividade autoritária, especialmente ligada ao discurso midiático. Adorno, já se encaminhando para as considerações finais da obra, elenca onze tipos de personalidade culturalmente autoritárias. Seriam estas:

1- O ressentido superficial	Reprodutores de manifestações racionalizadas de preconceito, funcionam muito mais como indivíduos que reproduzem preconceitos do que propriamente como fascistas.
2- O convencional	Aceitação de valores convencionais a qualquer custo, aceita fortemente a influência de representantes externos.
3- O autoritário	Encontra prazer somente na submissão – seja de si mesmo em relação a uma autoridade autoritária (seu aspecto masoquista), seja do outro geralmente considerado “fraco” (revelando seu aspecto sádico).
4- O rebelde	Se rebela contra todo tipo de autoridade, manifesta uma figura autoritária corporificada muitas vezes como um líder.
5- <i>Crank</i> (alucinado)	Extremamente narcisista, vive na realidade interna que bola nos seus esquemas mentais. Manias de perseguição e conspiração.
6- O manipulador	Tratado por Adorno como o tipo mais perigoso, presente em indivíduos que acreditam que tudo e todos ao seu redor estão passíveis de manipulação. Conduta fria para com o outro.
7- O baixo pontuador régio	Largo uso de estereótipos para classificação do outro.
8- O que protesta	Se opõe a tudo que pareça algum tipo de tirania, recusa a autoridade externa e acabam considerando todos culpados devido a uma paranoia constante.
9- O impulsivo	Simpatizam com tudo que é reprimido, possuem uma forte instabilidade no campo político, sendo incerto prever as suas ações.
10- O <i>easy-going</i>	Indivíduos que passaram por traumas e se posicionam contra qualquer prática de sofrimento humano, mesmo assim são facilmente seduzidos pelos argumentos fascistas.
11- O genuíno liberal	Apresenta fortes características de independência especialmente no que concerne a sua liberdade e os fatores econômicos. Mostrando sempre sua opinião.

2

² Tabela construída a partir de tradução nossa, acerca da tipificação proposta por Adorno na citada obra.

Ao tratarmos do nosso objeto, retomaremos as conclusões da referida obra. Mesmo Adorno analisando um período distante do nosso, não apenas temporalmente, a emergência de elementos conservadores na sociedade brasileira ligados diretamente ao autoritarismo demonstra a atualidade de seu trabalho, e será fundamental quando estivermos frente ao posicionamento autoritário na página VPRB, uma vez que “a propaganda, quando dirigida ao potencial antidemocrático do povo, determina em grande medida a escolha dos objetos sociais da agressividade psicológica” (ADORNO, 1950.p.726. tradução nossa).

2.3 O ADMIRÁVEL NOVO MUNDO DIGITAL

Apontada por Castells como a maior transformação histórica desde a primeira Revolução Industrial, em seu já clássico *Sociedade em Rede* publicado pela primeira vez em 1996, a sociedade contemporânea caracteriza-se pela organização em rede e revolução tecnológica³, e é resultado de três grandes transformações articuladas: as transformações culturais e políticas deflagradas pelos movimentos sociais da década de 1960 (como o feminista e o homossexual), a revolução informacional instalada na década de 1970 e a reestruturação capitalista da década de 1980, em que a tecnologia e a informação foram essenciais. Castells vê a formação da sociedade em rede com bons olhos, e desde o lançamento da citada obra já visava questões que seriam notórias no futuro próximo.

Além disso, um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela (CASTELLS, 2003.p.40).

Tão referenciada quanto às construções teóricas de Castells é a noção de “*cyberespaço*”⁴ trazida por Pierre Levy (1999), espaço este referido como uma realidade nova, distinta em

³ Segundo Castells “O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informações, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação entre a inovação e seu uso” (2003, p.69).

⁴ Temo adaptado da obra “*Neuromancer*” (1984) de William Gibson. Na obra as personagens adentram na realidade virtual do *cyberespaço* por considerarem a vida física desinteressante, e o virtual torna-se para os sujeitos

termos claros sobre a ordem do real/virtual. “Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (LEVY, 1999.p.92). Nesse sentido Levy também inclui na noção de *cyberespaço* “o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônica, na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização” (LEVY,1999. p.92).

Entretanto, para o que nos interessa nas demarcações conceituais deste trabalho, acompanhamos o que afirma Nancy K. Baym, que define a construção binária do real/virtual como o “mito do ciberespaço”, ao que segue nas palavras da autora: “a comunicação mediada não é um espaço, é uma ferramenta adicional que as pessoas usam para se conectar, uma ferramenta que só pode ser entendida como profundamente embebida e influenciada pelas realidades diárias da vida corporificada” (BAYN, 2010. p.152. tradução nossa).

A popularização do acesso à internet e especialmente o uso das redes sociais estão para além das considerações canônicas já citadas. Portanto, auxilia-nos a pesquisadora Raquel Recuero no enquadramento do que seriam as redes sociais, seus elementos e características. Para a autora, “o advento da internet trouxe diversas mudanças para a sociedade” (RECUERO, 2009.p.24), fomentadas pela já citada popularização do uso da internet. “A interação mediada pelo computador é geradora e mantedora de relações complexas e de tipos de valores que constroem e mantêm as redes sociais na internet, (...) geradora de relações sociais que, por sua vez, vão gerar laços sociais” (RECUERO,2009. p.36). Esse conjunto de relações é essencial para a discussão a que se propõe a dissertação, mas o que exatamente configura uma rede social?

Segundo a autora, as redes sociais possuem elementos característicos que podem ser enquadrados para uma análise e compreensão mais propositiva do tema. Três desses elementos são essenciais em sua visão, sendo o primeiro deles os atores. A relação destes envolve um instrumento digital que a propicie na internet, de modo que os participantes também não são facilmente identificáveis, uma vez que a representação do eu na internet pode ser ou não equiparada à realidade do sujeito fora do *cyberespaço*. Sua representação de individualidade e personalidade são intrínsecos à sua interação na rede em que está inserido, ou pretende se inserir (RECUERO, 2009). O segundo elemento constituidor são as conexões, na forma como os atores vão agir dentro da rede. São interrelações que se darão por meio do uso da linguagem e da troca

um refúgio de um mundo físico caótico. Gibson foi um dos principais expoentes do movimento Cyberpunk, que tem grande notoriedade nas diversas formas de expressão artística desde os idos de 1980.

simbólica presente, propiciando a formação dos laços sociais. O terceiro e último elemento é o capital social⁵, agindo como fundamento de uma confiança recíproca entre determinados atores.

Recuero ainda propõe que nas redes sociais há elementos de cooperação, competição e conflito (RECUERO, 2009), capazes de aumentar o grau de semelhança entre os atores envolvidos ou separá-los de acordo com visões divergentes. Estas decorrem de múltiplas possibilidades, incluindo o posicionamento político distinto ou a disparidade de capital social acumulado. Os elementos citados acima

não são, necessariamente, processos distintos e não relacionados. São sim, fenômenos naturais emergentes das redes sociais. O conflito, por exemplo, pode envolver cooperação, pois há a necessidade de reconhecimento dos antagonistas como adversários. Esse reconhecimento implica cooperação (RECUERO, 2009.p.92).

Sobre a formação das comunidades virtuais, ou grupos como conglomerados de atores que de acordo com as trocas simbólicas se identifiquem enquanto pares, a autora ainda elenca: “os elementos formadores da comunidade digital seriam: as discussões públicas; as pessoas que se encontram e reencontram, ou que ainda mantêm contato através da internet (para levar adiante a discussão); o tempo e o sentimento” (RECUERO, 2009.p.137).

Com o advento do *Facebook* teríamos, segundo Santaella e Lemos (2010, p.58), a inauguração da era das redes sociais marcadas pela integração com outras redes e pelo uso generalizado de aplicativos e de dispositivos móveis. Essas características por si só teriam gerado mudanças na modalidade de interação, evoluindo em consonância com a penetração e a apropriação social dessas redes.

(...) os grupos/comunidades do *Facebook*, apesar de estarem estruturados em um site de redes sociais, ofereceriam um espaço coletivo no qual é possível experimentar o diálogo, o entendimento mútuo, a dimensão participativa/deliberativa, a solidariedade. Sem esses elementos, certamente a articulação desses novos movimentos sociais pela internet não seria possível, pois a rede social é mobilizada pela ação racional estratégica. (BATISTA, 2015. p. 16).

De fato, sem o uso pleno das novas mídias digitais, aplicativos e sites como *facebook*, *twitter*, *whatsapp*, *telegram*, entre outros, não teria sido possível a articulação promovida pelos movimentos sociais a partir de 2013. Sobre o uso das redes sociais nos movimentos sociais contemporâneos, Castells elenca que,

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente da ação coletiva. As redes sociais digitais, baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, deliberar, coordenar e decidir (CASTELLS, 2017.p.199).

⁵ Conceito bourdieusiano que pode assumir múltiplas facetas na interação social dos sujeitos, garantindo a sua distinção ou aproximação. “Capital econômico, capital escolar ou capital social - outros tantos poderes sociais, cuja eficácia específica pode ser reduplicada pela eficácia propriamente simbólica, ou seja, pela autoridade que dá o fato de ser reconhecido, mandatado, pela crença coletiva” (BOURDIEU, 2007.p.237).

Como analisamos o discurso de um desses movimentos em específico, o VPRB, escolhemos a rede social *facebook* para realizar a pesquisa. As contribuições aqui citadas serão de notável importância quando estivermos frente aos argumentos do movimento que utilizou, e ainda faz uso, das ferramentas aqui citadas para proferir um discurso, que sem as redes sociais não teriam alcançado a notoriedade que ainda possui. Sobre isso, Castells complementa: “as tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com mudança de formato do movimento” (2017. p.192).

3 O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

No presente capítulo trataremos à luz elementos relacionados à questão da corrupção no Brasil. De modo panorâmico, escolhemos momentos centrais para destacar a presença dos elementos corruptíveis e da luta anticorrupção.

Após uma breve introdução sobre a presença de tais elementos no Brasil colônia e Império, discutiremos sobre o segundo governo de Getúlio Vargas e as forças que se entrincheiram contra o seu mandato, aglutinando os argumentos do que hoje podemos chamar de extrema direita no Brasil — especialmente com as perspectivas udenistas que destacaremos ao longo do capítulo. A escolha de iniciarmos a argumentação no segundo mandato varguista se deu pelas diversas articulações dos setores opositores, que funcionam de maneira crítica para os argumentos a serem posteriormente desenvolvidos.

Esse esforço sócio-histórico tem por objetivo mostrar que a temática anticorrupção não é nada nova, e os ecos do passado podem nos auxiliar na investigação dos fenômenos em voga no campo político nacional. Ressoa especialmente no que diz respeito ao uso da mídia, com especial enfoque nas redes sociais como ferramentas de aglutinação e informação dos novíssimos movimentos sociais cuja emergência deu-se nas manifestações de 2013.

3.1 DOS PRIMÓRDIOS, A QUESTÃO PATRIMONIALISTA

Apesar de parecer uma problemática anacrônica analisar esses fatos de um passado não tão distante, alguns elementos são caros à nossa investigação e devem ser destacados; em princípio, a ausência de um sistema político ordenado entre a coroa e a colônia e uma não dicotomia expressiva entre o público e o privado (FIGUEIREDO, 2012). O retrato da administração, em que os oficiais portugueses eram distribuídos para a colônia “sem uma lógica burocrática para o cumprimento das tarefas de garantia do bem comum, voltadas à justiça, fazenda, defesa ou religião” (FIGUEIREDO, 2012.p.176), e a distribuição dessas e de outras funções ocorria por meio da lógica patrimonialista.

Os oficiais vindos para o Brasil traziam consigo a expectativa de que a sua alocação para os diversos cargos a que foram atribuídos pela coroa garantiria elementos de crescimento social, prestígio e riqueza. Mas os rendimentos esperados não se mostravam condizentes com as expectativas; sobre isso Faoro advoga que a

degradação dos vencimentos explicará as inúmeras denúncias de corrupção, aliada à violência, instrumento esta, para garrotear os súditos, sobretudo se as distâncias e o tempo os desamparam da vigilância superior. Os vícios que a colônia revela nos funcionários portugueses se escondem na contradição entre os regimentos, leis e provisões e a conduta jurídica, com o torcimento e as evasivas do texto em favor do apetite e da avareza (FAORO, 2001.p.201).

Como visto, a considerada paupérrima remuneração por parte da coroa propiciou o desenvolvimento de elementos corruptíveis na colônia, por parte das figuras administrativas que se enfileiram no sistema colonial.

Magistrados, capitães, governadores, vice-reis, meirinhos, contratadores, eclesiásticos não desperdiçaram chances de cultivar ganhos paralelos. Em troca deles guardas facilitavam a soltura de condenados, juízes calibravam o rigor das sentenças, fiscais unhavam parte das mercadorias que deveriam tributar. A participação em atividades de contrabando revelava-se também tolerada. Afinal era recomendável, ao menos tacitamente, participar das oportunidades da economia colonial amealhando ganhos para o patrimônio familiar. Essa lógica que tornava natural a recepção por parte dos funcionários de ganhos no exercício de funções em nome do rei integrava o universo cultural em diversas escalas, desde o ambiente das relações locais em que a autoridade atuava, que aceitavam, até as esferas decisórias na metrópole, que toleravam (FIGUEIREDO, 2012.p.177).

Torna-se importante destacar que no linguajar da época esses elementos não eram considerados propriamente como corrupção. Há uma diferença semântica que esse termo obteve com o passar dos séculos, especialmente no que nos diz respeito aos desmandos políticos e econômicos. Ainda segundo Figueiredo, a noção de corrupção na colônia “não é tangível no vocabulário da época, no qual ‘corrupção’ aparece significando deterioração material e moral, sem o emprego objetivo do termo para se referir às condutas ilícitas de oficiais régios” (FIGUEIREDO, 2012. p.178). Apesar disso, é de notório destaque a existência de elementos corruptíveis, ligados aos indivíduos mais abastados, desde a colônia, seguindo os ocorridos também durante o período imperial.

Convocar uma leitura sobre a corrupção no Brasil império possui dois lastros essenciais para a nossa discussão, sendo o primeiro deles o início de uma noção própria de corrupção e favoritismo por parte da corte como uma questão moral, e o segundo o papel da imprensa nacional como veículo de informações e denúncias sobre elementos corruptíveis ligados diretamente à figura do Estado.

Segundo Lilia Schwarcz, o termo “corrupção” raramente foi utilizado durante o Brasil Império; a antropóloga e historiadora remete isso à própria temporalidade do termo, que vai ganhando suas conotações com o passar dos séculos. A monarquia imperial representou no Brasil uma espécie de quarto poder, acima e com poder de veto sobre os demais, e o caráter de

idolatria com a figura do imperador passava uma noção de que o mesmo estaria acima da justiça terrena devido a

sua aparente abnegação e desprezo pelo poder, sua exaltação através de fatores que escapam da órbita política, mais que são arranjados enquanto tais. o imperador estava assim em posição superior quando comparado a deputados, senadores, ministros; era um ser que beirava o transcendental dedicado ao saber ir à prática da boa conduta por que não se rebaixava aos aspectos mesquinhos o debate político partidário. A idealização – e seria esta uma constante em grande parte do imaginário nacional, o que permitiria entender a ânsia pelo Salvador da pátria, assim como a decisão ao militarismo ou a obsessão pela corrupção em toda parte? – é sempre pelo ser o que parece avesso as seduções do dinheiro e do poder moralmente elevado, de princípios inflexíveis e não maleáveis, apartidário incorruptível (DE NICOLA, 2014.p.16).

Enquanto o regime permanecia forte, raros eram os questionamentos acerca dos dois imperadores que a história brasileira data. Não obstante, segundo Schwarcz (2012) a monarquia passou por acusações de suborno, tentativa de silenciamentos e fornecimento de títulos na intenção de evitar escândalos que maculassem a imagem da família imperial.

Uma série de leis controversas, a demora na abolição da escravatura e mudanças abruptas nos ministérios racharam a imagem do imperador e a imprensa foi um fator preponderante nesse momento, no qual “se o conceito de corrupção está vinculado ao ato de “corromper”, e à ação de “subornar, o fato é que pela primeira vez o regime seria caracterizado por esse tipo de prática” (SCHWARCZ,2012. p.192). Ao citar o conhecido furto das joias da imperatriz ocorrido em 1882, a autora advoga que “o que desgastou a monarquia não foi exatamente o furto, mas uma determinada convivência com ele e a falta de medidas punitivas” (SCHWARCZ, 2012. p.195).

Ainda sobre o império, antes da declaração da república a imprensa, em jornais como *Jornal do Commercio* e o *Correio Mercantil*⁶, e sua participação nas denúncias acima citadas merecem destaque no desenvolvimento da narrativa aqui proposta; “os grandes impasses do Império tomavam forma. Questionava-se, ora a abolição, ora o poder pessoal que D. Pedro II ainda conservava em suas mãos” (SCHWARCZ, 1998. p.637).

Em escala mundial, não seria a primeira vez que jornais e folhetins criticavam a postura de monarquias, vide o exemplo da França em vias da Revolução Francesa e das diversas críticas à monarca Maria Antonieta. No caso Brasileiro, Schwarcz nos traz uma reflexão interessante pois “atacar o imperador era sinônimo de atacar o Estado” (SCHWARCZ, 2012. p.198). Note

⁶ Diferente dos conhecidos “jornais da corte” que exaltavam a figura de D. Pedro II e da família imperial, como por exemplo o *Correio das Damas*, jornal português que circulava entre a alta roda intelectual no Rio de Janeiro.

que aqui não se trata de questionar ações corruptas isoladas, mas sim de atacar a figura centralizadora do estado brasileiro, nesse momento a figura do imperador. Artifício próximo dos dias atuais, fosse por meio do texto escrito ou até mesmo com o uso de charges, uma vez que boa parte da população ainda era analfabeta, macular a imagem dos governantes a partir de elementos corruptíveis pode representar o florescimento do discurso anticorrupção.

Corrupção é, portanto, uma noção que surge nesse contexto – mesmo que sob outros nomes –, como forma de acusação ao sistema, o qual, para existir, precisava estar acima dela. Dentre as especificidades da monarquia está justamente esta complicada relação entre esferas públicas e privadas. O que cabe ao rei, o que é parte das responsabilidades do Estado é difícil de dizer ou afirmar. Dessa vez, pois, criticar o monarca significava, de alguma maneira, lancetar o sistema em sua idoneidade (SCHWARCZ, 2012.p.199).

O império brasileiro só viria a cair em 1889, mas seus últimos dez anos foram profundamente marcados pelo grande número de escândalos que atingiam agressivamente a imagem antes idônea do imperador. A prática de atacar uma figura central do governo como forma de criticar toda a administração estatal é a contribuição que a narrativa histórica nos traz. Quando estivermos à frente dos fatos ocorridos durante o regime republicano, a corrupção sempre estará à tona quando se faz necessária a crítica a um determinado regime ou a sua maneira de governar.

Em *Os Donos do Poder*, Raimundo Faoro discute a formação do patronato político nacional, elencando elementos corruptíveis e como a relação com a corrupção mudou no cenário brasileiro. Em certa parte, sobre os idos de 1930, o autor discorre,

A raiz não se revela nas censuras moralizantes, senão que suga a seiva de um dissídio histórico, desde quando o Estado se autonomiza, em tempo distante, adulterando e vedando os condutos renovadores que partem de baixo, desdenhada esta contribuição porque o povo era analfabeto, depois por pobre e incapaz de independência para opinar e votar (FAORO, 2001. p.863).

3.2 VARGAS EM XEQUE

Iniciemos a discussão sobre o Segundo governo Vargas, que findou em 1954 com o suicídio do então presidente. Vargas foi presidente do Brasil durante 15 anos ininterruptos, entre 1930 a 1945, destacando-se que de 1937 a 1945, foi presidente ditador, durante o Estado Novo implantado após um golpe de Estado. Apesar disso, Vargas retornou ao cargo de presidente por voto direto, assumindo a cadeira presidencial em 31 de janeiro de 1951. O segundo ingresso de

Vargas no poder foi marcado por um forte apoio das classes populares, com as quais se afiliou, o que desagradou setores das elites nacionais.

Após as eleições, Vargas⁷ teve diversas atitudes polêmicas que desagradaram os seus opositores, como o aumento do salário-mínimo e assecuramento de direitos trabalhistas, as quais, dentre outras ações, acabaram por estabelecer nele fortemente a alcunha de “pai dos pobres”. A corrupção mostrou-se uma questão central durante o seu governo, as críticas recebidas e inflamadas por seus opositores utilizaram a imprensa como o principal veículo de fragilização do governo varguista. “A denúncia de práticas políticas e administrativas corruptas cometidas pelo grupo varguista tornou-se uma das principais bandeiras da oposição liberal, notadamente da UDN” (MOTTA,2012 p.206).

O udenismo, compreendido enquanto vertente do liberalismo brasileiro, constituía uma ideologia de constante contestação à ordem, percebida como ilegítima. Vício esse decorrente da inaptidão das massas para o sufrágio direto, que os levava a escolher os menos adequados às funções de governo, em detrimento daqueles que, por tradição e caráter, eram naturalmente voltados para o exercício do poder, os udenistas. Ante um governo ilegítimo, legítimas eram todas as ações destinadas a derrubá-lo e desestabilizá-lo. A superioridade das tradicionais elites as permitia vislumbrar os desvios praticados pelo povo, que por sua inerente miopia era incapaz de percebê-los (CHALOUB,2013. p.300).

Pensando na oposição antivarguista, precisamos retornar aos elementos aglutinadores da direita no Brasil, o que nos remete a 1945, ano de fundação da União Democrática Nacional enquanto partido político, e o conjunto de suas características principais conhecido como udenismo⁸, movimento reverberante mesmo após a extinção do partido (BENEVIDES, 1981). O argumento aqui proposto trará os elementos udenistas como fundamento moral na atuação dos setores conservadores, e como base para analisarmos os movimentos recentes no Brasil contemporâneo na luta contra a corrupção. Evidentemente, a UDN e o udenismo não são os únicos elementos para pensarmos essa questão, mas diante de algumas similitudes focaremos na perspectiva udenista não apenas nesse capítulo, mas mostrando como a herança de perspectivas udenistas ainda permanecem nos grupos ligados aos setores da direita.

Cinco categorias de fundadores participaram de seu surgimento: as oligarquias que saíram do poder com a revolução de 1930; antigos aliados de Vargas que ficaram à margem do governo após 1930 ou 1937; participantes do Estado Novo que se afastaram

⁷ Esse descrédito nas eleições, quando os resultados não eram favoráveis aos udenistas, acabava por revelar um elemento golpista do partido e dos que assumiram a sua postura no futuro. As tentativas de tomada do poder, mesmo indo contra a decisão democrática, revelam o caráter elitista dos políticos udenistas que acreditavam que apenas os seus candidatos teriam moral e capacidade intelectual para governar o país.

⁸ Conceito desenvolvido pela autora Maria Victória de Mesquita Benevides em seu trabalho *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*, em 1981.

antes de 1945; grupos liberais de forte identidade regional; e as esquerdas formadas por políticos e intelectuais de aspirações socialistas, comunistas dissidentes da linha oficial do partido comunista e estudantes do movimento estudantil de aspirações socialistas (ANDRADE, 2016. p. 17. *apud.* BENEVIDES, 1981).

Um elemento importante para a nossa discussão é deixar claro que o partido UDN e o udenismo são elementos diferentes. A UDN enquanto partido atuante no cenário político nacional serviu como espaço aglutinador de ideias. Sobre esse conjunto de ideias e perspectivas foi cunhado, como já dissemos, o termo udenismo, para destacar outros atores políticos que possuam a mesma perspectiva, mesmo após a extinção do partido de onde as ideias germinaram (CHALOUB, 2013). No próprio partido existiam distinções entre práticas no campo político, como aponta Chaloub, havendo, entretanto, um conjunto de traços próprios no comportamento udenista.

A partir da distinção entre partido e ideologia, pode-se seguramente apontar algumas características inerentes ao udenismo, conferindo-lhe certa unicidade, mesmo ante a existência de diversas UDN's. O elitismo, o moralismo, a visão policial da política, o bacharelismo e o golpismo se fazem presentes em graus distintos, em discursos de diversas manifestações do udenismo (CHALOUB, 2013. p.297).

Destaquemos algumas características importantes na fundação da UDN, servindo como argumento à nossa reflexão conceber que a perspectiva udenista está arraigada em três elementos fundamentais: o liberalismo, a moral e o elitismo (BENEVIDES, 1981). Trazia em suas entrelinhas a herança do liberalismo de forte tradição entre as elites, que tinha por intenção alienar as classes populares das decisões políticas, não considerando estas aptas à tomada de decisões. Existia ainda a dicotomia em posicionar políticos como bons ou maus: “o resultado disto pode ser a desqualificação do processo eleitoral. Intrínseco à ideia de que o processo eleitoral se resume a bons e maus políticos e eleitores, está o problema da não aceitação do resultado das urnas” (ANDRADE, 2016. p.14). O desrespeito ao pleito popular e democrático também representa uma das suas principais feições.

Essa crença se fundamenta na ideia de que o povo jamais será politicamente responsável e que pode ser no máximo politicamente direcionado ou educado pelas elites políticas. Em outras palavras, o liberalismo anti-povo da UDN se traduzia na ideia de que os setores populares precisam ser guiados pelas elites do poder (ANDRADE, 2016. p.20).

Arelado à perspectiva antivarguista dos udenistas estava o apoio de setores da imprensa contrários a Vargas. Segundo Schwarcz e Starling, a imprensa teve um papel fundamental na criação do caos político e social instaurado no país, em que os udenistas se associavam à figura dos militares, os quais por sua vez já se mostravam como uma possível ameaça à governabilidade de Vargas; “os meios de comunicação funcionavam como o principal

alimentador de crises do governo Vargas, e Lacerda⁹ era sua estrela mais estridente” (SCHWARCZ; STARLING 2015.p. 407). O jornalismo, assumindo o caráter investigativo, faz largo uso dos escândalos políticos midiáticos, que envolvem “indivíduos ou ações que estão situados dentro de um *campo político* e que tem impacto nas relações dentro desse campo” (LIMA, 2012. p. 443. Grifo do autor). Essas questões mostram, pois, o entrecruzamento no caso brasileiro das questões do campo político atreladas ao midiático, como propícios espaços de disputa.

Carlos Lacerda, um dos principais líderes udenistas, perseguiu Vargas de modo ferrenho, levando à imprensa diversas denúncias ligadas à estrutura palaciana, que prejudicavam e desmoralizavam não apenas a figura do presidente, mas toda a sua equipe, inviabilizando, por conseguinte a sua governabilidade e causando o isolamento político do então presidente. Lacerda,

concentrou fogo numa série de denúncias de escândalos verdadeiras ou não que comprometiam a administração de Getúlio – tráfico de influência, empréstimos irregulares, antiamericanismo, corrupção. Bem desdobradas pelos jornais e pelo rádio, essas denúncias repercutiram durante semanas e aumentaram muito a pressão sobre o governo, além de corroer sua credibilidade e contribuir para seu isolamento político e social (SCHWARCZ; STARLING 2015.p. 407).

O atentado sofrido por Lacerda na porta do prédio onde residia, número 180 da Rua Tonelero, em 5 de agosto de 1954, foi o estopim para o fim do governo Vargas. O jornalista acusou diretamente o presidente pela tentativa de assassinato, com a morte do Major da aeronáutica Rubens Vaz no local inflamando o processo de investigação por parte do setor militar. As investigações levaram à prisão dos autores do crime¹⁰, que confessaram o envolvimento do chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato, e do irmão do presidente, Benjamim Vargas.

Quando as investigações chegaram diretamente ao presidente, os oficiais da aeronáutica entraram no palácio do Catete e removeram diversos documentos que ligavam a atuação de Fortunato ao presidente.

⁹ Carlos Lacerda, ferrenho opositor do regime varguista, jornalista e político brasileiro. Foi membro da União Democrática Nacional (UDN).

¹⁰ Dentre os envolvidos no atentado a Carlos Lacerda: Alcino foi condenado a 33 anos de prisão, pena depois reduzida. Cumpriu 23 anos e sobreviveu a duas tentativas de assassinato. Gregório foi condenado a 25 anos, vindo a ser assassinado na prisão, assim como Climério, condenado a 33 anos. José Antônio Soares foi condenado a 26 anos. Nelson Raimundo a 11 anos.



Figura 1: Capa do jornal Folha da Tarde em agosto de 1954.

Fonte: <http://blogluso-carioca.blogspot.com/2015/05/historia-do-brasil-atentado-da-rua-dos.html>

Para além da tentativa de assassinato de Lacerda, nos arquivos examinados havia vários registros de atividades corruptíveis por parte da alta cúpula do Catete, incluindo a participação do próprio presidente, e toda a documentação foi distribuída de bom grado à imprensa. “Havia mesmo muita corrupção em volta de Getúlio. As transações ilegais aconteciam em larga escala, estavam envolvidos inúmeros assessores e figuras públicas, além de pelo menos um membro de sua família – o filho Manoel Vargas” (SCHWARCZ; STARLING 2015.p. 409).

Os notórios acontecimentos foram um prato cheio para os jornais da época alinhados aos ideais udenistas: “Última hora (...), *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *O Jornal*, *O Estado de São Paulo*, *Folha da Manhã* - Escancararam seu papel como protagonistas da crise política que iria pôr fim ao governo de Vargas” (SCHWARCZ; STARLING 2015.p. 408). As acusações estampavam diariamente os jornais de viés conservador, com interesses particulares em remover Vargas do poder por meio de um golpe de estado.

Mas as denúncias tinham outro objetivo: atingir o governo Vargas, que vinha, desde seu início, promovendo ou anunciando medidas que afetavam os interesses não só da mídia, mas os interesses econômicos das grandes empresas estrangeiras que elas defendiam (DANTAS, 2014. p.62).

Destaquemos três pontos importantes diante dessa narrativa: 1) o forte discurso anticorrupção por parte dos opositores; 2) as críticas ao presidente, visto que mesmo antes dos atos de corrupção chegarem aos olhos do público, Vargas já se encontrava numa posição frágil desde as eleições devido ao apoio dedicado às classes populares — motivo de desagrado para as elites; 3) o papel da imprensa como disseminador da ideia de corrupção na alta cúpula do governo federal. Apesar dos intentos, o suicídio do então presidente trouxe surpresa para os apoiadores e opositores.

O suicídio de Vargas e a carta-testamento por ele deixada provocaram grande comoção em todo o país. No documento, o presidente apontava uma “campanha subterrânea de grupos internacionais” aliados a “grupos nacionais”, organizada para barrar as medidas de caráter nacionalista que vinha tomando. No final da carta, dramaticamente, Getúlio afirmava: “Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. [...] Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte” (DANTAS, 2014.p.64).



Figura 2: Capa do Jornal Última Hora, 24 de agosto de 1954

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/getulio-se-mata-com-um-tiro-no-peito>

A população mostrou-se revoltada, o que obrigou Lacerda e outras lideranças udenistas a deixarem o país às pressas com medo do levante popular. A morte de Vargas acalentou os ânimos, inclusive do setor militar e dos políticos conservadores da corrente udenista, mas a calma não duraria muito tempo. Destaques como uma conclusão desta seção que o suicídio de Vargas acabou adiando o Golpe em 1954, engendrado pelos udenistas em parceria

com os militares. O que fica de mais pungente para nossa discussão é a emergência nos idos de 1950 da extrema direita no Brasil, surgida a partir dos elementos udenistas que iam além de uma luta anticorrupção e passavam por uma moralidade política *sui generis*, carregando consigo um golpismo que consideravam legítimo.

3.3 PÓS-VARGAS, O GOLPE DA ELITE QUE NÃO OCORREU

Com o suicídio de Vargas, o golpe que vinha se engendrando entre os setores conservadores, numa aliança entre, especialmente, os udenistas e os militares acabou sendo adiado. Café Filho, vice-presidente de Vargas, assume o poder e acalma os ânimos, pois seu governo foi marcado por medidas econômicas liberais comandadas pelo economista Eugênio Gudin. Nesse cenário, as articulações para um golpe após a comoção nacional causada pela morte de Vargas não fariam sentido. Entretanto, contra os intentos udenistas foi eleito presidente Juscelino Kubitschek, considerado por muitos como um continuador das ideias varguistas tão repudiadas pelos setores conservadores da época.

O projeto desenvolvimentista de Kubitschek foi atacado pelos udenistas, mais uma vez derrotados no pleito presidencial, novamente com escândalos políticos midiáticos. O uso sistemático dos escândalos políticos midiáticos também faz parte das principais características udenistas, com imprensa e mídia atacando não apenas um determinado partido, porém, como destacaremos, particularmente a figura centralizadora do governo federal: “o moralismo da UDN era explícito principalmente nas constantes denúncias de corrupção administrativa e na caça aos escândalos sobre os adversários políticos” (ANDRADE, 2016. p. 22). Dentro do campo midiático, há, portanto, um adensamento de forças, algumas delas de apoio a essa extrema direita que se engendrava enquanto outras iam na sua contramão, defendendo as estruturas propriamente democráticas.

Como é sabido — e sobretudo, como foi assumido com orgulho pelo próprio partido — a UDN monopolizou as artes conspiratórias nos primeiros anos cinquenta. De maneira velada (contatos com militares, com a imprensa) ou pública (a defesa do "estado de exceção") a conspiração udenista justificava-se como a contrapartida eficaz para a frustração de um partido duas vezes derrotado nas urnas (BENEVIDES, 1981, p. 59).

Apesar de uma relativa estabilidade no seu mandato, já que conseguiu passar os cinco anos no poder federal, o sucessor de Vargas, Juscelino Kubitschek, encontrou dificuldades no tópico da corrupção, sendo visto “pela oposição conservadora e liberal como um continuador do varguismo, inclusive no mal uso da máquina pública” (MOTTA, 2012.p.207).

O projeto desenvolvimentista do Governo Kubitschek, cuja marca foi a realização de grandes obras, notadamente a construção de Brasília, forneceu aos opositores novos argumentos para denunciar a corrupção, com frequência mencionando o próprio presidente (MOTTA, 2012. p.207).

A UDN não mediu esforços para desmoralizar a imagem de Kubitschek, mas não obteve muito sucesso. Apesar da não transparência das contas públicas para construção de Brasília — em um tempo relativamente curto para uma edificação daquela magnitude — e um sem-número de obras que foram passíveis de investigação, não foram encontradas provas de corrupção por JK durante sua atuação enquanto presidente, mesmo tendo o Brasil entrado numa profunda crise econômica, decorrente dentre outros fatores de seu projeto desenvolvimentista. Os opositores, entretanto, permaneceram atrelando-o a elementos corruptíveis, mesmo que falaciosos, buscando defender um discurso anticorrupção carregado de entrelinhas, como o revanchismo dos setores conservadores por mais um presidente ligado às classes populares ter sido eleito.

O caso mais notório envolvendo JK se deu após a sua atividade enquanto presidente, durante a ditadura militar, quando teve os seus direitos políticos e o próprio cargo de senador cassados devido a inúmeras denúncias por parte do governo golpista. Este buscava a todo custo atrelar a imagem do ex-presidente a elementos corruptíveis, ainda sem obter muito sucesso. A mais conhecida das acusações diz respeito ao caso em que JK foi acusado de ocultar como patrimônio um apartamento — em alguns momentos das investigações, todo o edifício — na avenida Vieira Souto em Ipanema.

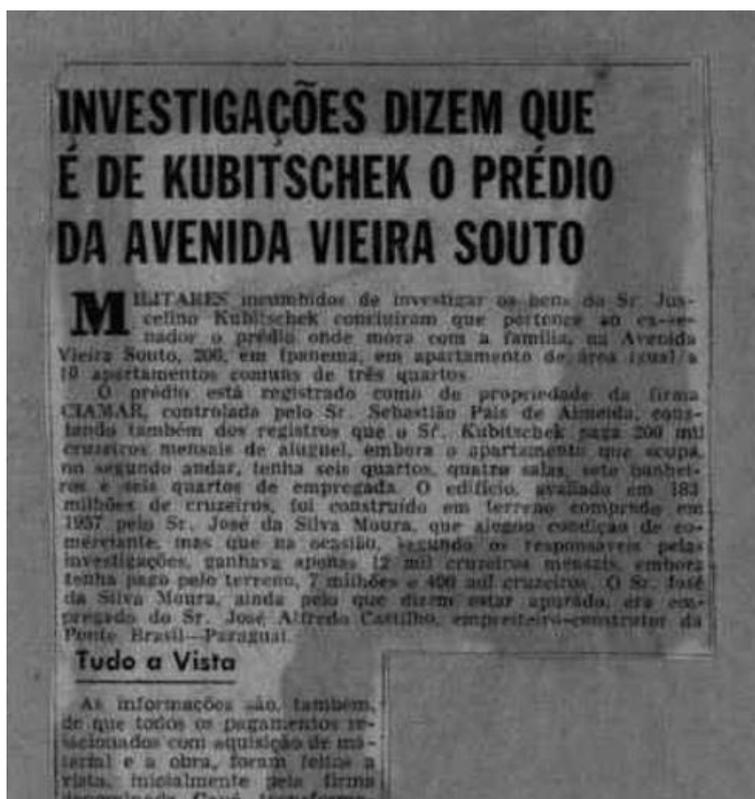


Figura 3: manchete do jornal O Globo em 24 de junho de 1964

Fonte: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2016/03/15/tratado-como-ladrao-jk-foi-acusado-de-ser-dono-de-imovel-em-nome-de-amigo/>

As acusações e tentativas de macular a sua imagem foram infundadas e o caso citado não chegou a ser julgado pelos tribunais da justiça comum. Atrelada à ditadura militar, a imprensa tentou manchar a imagem de Kubitschek, no intento de legitimar o regime golpista, destacando a corrupção do regime anterior. A sucessão de JK seria um grande desencadeador das forças conservadoras na figura dos militares, mas Jânio Quadros e João Goulart precisam ser pontuados antes disso.

A campanha eleitoral de Jânio Quadros nos anos de 1960 foi marcada por um forte discurso anticorrupção que conclamou a população e garantiu a sua eleição, na “maior votação já registrada no país” (SCHWARCZ; STARLING 2015.p. 431). O candidato udenista conseguiu a vitória no pleito com alta vantagem, interrompendo o ciclo de derrotas do partido. A vassoura, símbolo de sua campanha, ganhou aclamação popular com a ideia de “varrer do Estado a corrupção e seus praticantes” (MOTTA, 2012. p.207). Um candidato messiânico, por assim dizer, representou no imaginário nacional a possibilidade de um país sem corrupção.

O slogan de Jânio funcionou, garantindo a sua elegibilidade; o vice-presidente João Goulart, por sua vez, não era visto com bons olhos pelas elites nacionais, por ser associado ao

estilo de Vargas de governar, o que continuamente incomodava os setores conservadores¹¹. A renúncia de Jânio em 25 de agosto de 1961 reacendeu a chama dos que acreditavam que o país retornaria ao “mar de lama¹²” da era Vargas, em especial os setores udenistas, os militares e a imprensa apoiadora das elites.

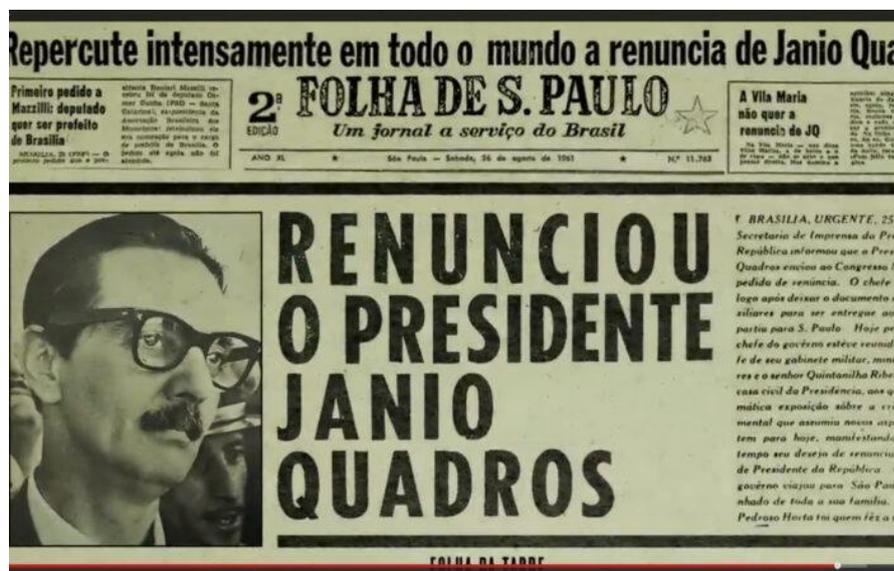


Figura 4 Capa do jornal Folha de São Paulo em agosto de 1961.

Fonte <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/janio-quadros-renuncia/>

Como não poderia deixar de ser, a renúncia de Quadros e a ascensão de Goulart gerou grande frustração nos segmentos da sociedade tocados pelo argumento de que o varguismo estava intimamente ligado a corrupção. O retorno da aliança PTB-PSD ao poder com Goulart significava aos olhos de tais grupos que o problema não fora resolvido. Assim, parte da indisposição contra o governo de Jango deveu-se à convicção de que o presidente era tolerante com a corrupção, característica que seria típica de seu grupo político. De acordo com os adversários, a corrupção seria prática corriqueira na gestão Goulart e esse foi argumento importante na mobilização liberal-conservadora responsável pelo golpe de 1964 (MOTTA, 2012. p.208).

As acusações direcionadas a Goulart tiveram início na imprensa da época logo após a sua posse em 7 de setembro de 1961. Para governar foi essencial ao então presidente a participação do PSD no legislativo, além da manutenção da aliança PTB-PSD. Diversas outras medidas foram tomadas por Jango a fim de acalantar os ânimos e garantir o seu mandato,

¹¹ Importante destacarmos que no sistema eleitoral da época, os votantes tinham a opção de escolher separadamente para os cargos de presidente e vice-presidente. Goulart era candidato a vice da chapa do candidato do PSD, Henrique Teixeira Lott. Apesar da vitória udenista, possuir um vice-presidente ligado diretamente a perspectiva varguista era um elemento a ser combatido por parte dos udenistas. Com a abdicação do poder por parte de Jânio Quadros, os udenistas viram escapar mais uma vez a possibilidade de administrar o país sob a perspectiva liberal que almejavam.

¹² Expressão bastante utilizada durante o Governo Vargas para se referir a possível administração corrupta do presidente e da alta cúpula do palácio do Catete.

incluindo a “montagem de um gabinete sustentado por uma base suprapartidária que reunia os três principais partidos políticos – PSD, PTB e UDN – apropriadamente batizado de ‘gabinete de conciliação nacional’” (SCHWARCZ; STARLING 2015.p. 437).

Mesmo com essas tentativas, a crise política entre direita e esquerda ainda era acirrada. No que concerne à corrupção, Goulart, ao assumir a presidência, foi acusado por opositores de eliminar sindicâncias criadas por Jânio Quadros enquanto ainda presidente para apurar elementos corruptíveis existentes durante a era Vargas (MOTTA, 2012); eliminando essas instâncias de investigação, o presidente sofreu “acusação implícita de conivência com atos ilícitos para proteger seus aliados” (MOTTA, 2012. p.209). A tentativa de ligar a imagem de Goulart com o getulismo foi um dos pontos principais da agenda conservadora, e uma nova tentativa de golpe, dessa vez bem sucedida, começava a se engendrar entre os atores que já conhecemos bem.

A crise política relacionada a elementos corruptíveis percorreu todo o mandato de Jango, tendo o mais notório caso ocorrido em janeiro de 1964, com acusações relacionadas à corrupção na Petrobras. Repercutindo fortemente na imprensa¹³ e manchando ainda mais a imagem do então presidente, “O escândalo levou Jango a demitir o presidente da Petrobras, o general Albino Silva, e nomear para seu lugar outro general, Osvino Alves” (MOTTA, 2012. p. 209). Mesmo nomeando um outro general para o cargo, Jango, já conhecido por sua postura conciliadora, não conseguiu acalmar os ânimos dos militares e dos setores mais conservadores.

Apesar das acusações e elementos corruptíveis que poderiam estar ligados a figura de Goulart, é necessário refletirmos sobre o caráter golpista dos udenistas, que derrotados sucessivamente nos pleitos eleitorais não legitimavam o processo que permitiu a eleição de Goulart como vice, e também as leis eleitorais que colocaram Goulart na posição de presidente devido a renúncia de Quadros. Essas forças conservadoras, que aqui aglutinamos como direita no Brasil, desenvolvem os argumentos para o Golpe, pensado para 1954, mas que chegaria com 10 anos de atraso.

Diante do que foi exposto, adensemos a questão do golpismo udenista e suas tentativas de tomada do poder durante seus anos de atuação, até a diluição do partido pelo governo militar, que mesmo tendo chegado ao poder através das articulações daqueles, não os poupou. As constantes derrotas nos pleitos eleitorais eram consideradas pelos udenistas como golpes

¹³ Em jornais comerciais como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *A Noite*, *Correio Brasiliense* e *Zero Hora*.

eleitorais legitimados. “A expressão “golpe por via eleitoral” se identifica com o pensamento da direita da época, era defendido ostensivamente pelos liberais” (ANDRADE, 2016. p. 21), uma vez que desconsideravam o poder da vontade majoritária da população votante,

O tratamento das reivindicações sociais – sobretudo as trabalhistas – como caos, anarquismo e desordem; e o desprezo solene pelo povo, pela massa, que se refletia nas constantes revoltas do partido em relação a suas derrotas nas urnas. Os udenistas consideravam suas derrotas eleitorais como resultado da ignorância do povo. A junção desses dois atos costumeiros da UDN acabou por constituir um argumento para defender a intervenção militar e reprimir o movimento operário, visto como subversivo (ANDRADE, 2016. p. 20).

O crescimento da questão anticomunista, atrelada diretamente pelos setores conservadores a uma prática do governo vigente que visava os direitos trabalhistas, foi uma questão fundante das forças da direita que se articulavam no campo político. O argumento anticomunista penetra no discurso udenista como ferramenta de combate à subversão e se atrela também ao combate à corrupção direcionada às estruturas governamentais, vestidas com o argumento de defender a democracia. Defender um golpe para reestabelecer a democracia, o que soa como um contrassenso, era o argumento udenista.

Esse alinhamento com o movimento golpista repetia a posição de amplos setores do empresariado, assustados com a possível implantação das reformas de base anunciadas com alarde pelo governo de João Goulart, inclusive em comícios em praça pública. O fantasma da tomada do poder pelo comunismo pairava no ar (DANTAS, 2014. p.67).

A pressão influenciada pelas manchetes diárias¹⁴ foi tamanha que foi instaurada pelo Congresso Nacional uma sindicância para apurar os fatos ocorridos na Petrobras. A sindicância chegou a duas conclusões interessantes sobre os desvios financeiros operados na referida empresa, indicando que os recursos desviados iriam para dois caminhos distintos: “de um lado, seriam usados para financiar atividades de grupos da esquerda, como organização de eventos e publicações; outra parcela do dinheiro desviado teria rumado diretamente para os bolsos de alguns diretores da Petrobras” (MOTTA, 2012. p. 209). Para além disso, a presença de funcionários comunistas na empresa ainda serviu como lenha para a imprensa conservadora, uma vez que a sensibilidade ao anticomunismo era um elemento latente, mas não suficiente para justificar o Golpe de Estado que já estava em articulação.

Os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo vinham, simultaneamente à conspiração que avançava nos quartéis, ampliando a cada dia o espaço para respaldo ao movimento. Alguns desses veículos, como no caso de *O Estado de S.Paulo* e *O Globo*, além do notório *Tribuna da Imprensa*, participavam ativamente da conspiração. (DANTAS, 2014. p.67)

¹⁴ Poucos foram os jornais que mantiveram o apoio a Jango, dentre eles se destacam: *Última Hora*, *Diário Carioca* e O jornal *Novos Rumos* que agia como órgão semioficial do Partido Comunista Brasileiro.



Figura 5: Capas do Jornal Correio da Manhã em abril e maio de 1964.

Fonte:

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A imprensa e seu papel na queda de Goulart](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A%20imprensa%20e%20seu%20papel%20na%20queda%20de%20Goulart)

Havia, portanto, uma evidente disputa no campo comunicacional. Enquanto jornais ligados aos setores conservadores e propriamente à direita atacavam a figura do presidente, atrelando-o à corrupção varguista, jornais mais voltados à esquerda buscavam defender a sua imagem. Uma disputa nada leal entre esquerda e direita, que se reverberava no campo político, mostrando o poder da imprensa e as disputas no campo jornalístico como um elemento central para a análise dos fatos da época.

Os argumentos para o Golpe passam pela linha da subversão, que aqui podemos ancorar no discurso anticomunismo e na campanha contra o Governo Jango a partir do discurso anticorrupção na imprensa. “As grandes empresas jornalísticas cumpriam, assim, o papel que consideravam legítimo em defesa de seu capital. A mídia tornava-se poderoso instrumento ideológico na preparação e, mais tarde, no respaldo ao regime militar” (DANTAS, 2014, p. 67). A questão da corrupção por si só não funcionava como elemento suficiente para a culminância do Golpe, tornando-se uma questão de segundo plano nesse momento. Ao atrelar a luta contra o comunismo à anticorrupção, o discurso dos setores conservadores e militares ganha força, sendo esta a fagulha que os citados setores precisavam para articular a Ditadura Militar.

Primeiramente, é preciso destacar que não apareceu nenhum caso rumoroso de corrupção envolvendo *pessoalmente* o presidente Goulart; segundo, ainda estava muito próxima a sensação de decepção causada por Jânio Quadros, líder eleito para varrer a

sujeira e cuja renúncia inexplicável deixou perplexos os seus seguidores, tornando mais difíceis os esforços visando mobilizar a sociedade por meio de discursos anticorrupção; finalmente, dado o agravamento do quadro político no decorrer da gestão Goulart, e a sensação de iminente ruptura institucional ou guerra civil, acusações sobre improbidade administrativa tornaram-se problema menor (MOTTA, 2012. p. 210).

3.4 GOLPE MILITAR E A CULATRA DA UDN

Dada a culminância do Golpe¹⁵, segundo Starling um dos lemas da época foi “combater a corrupção e derrotar o comunismo” (STARLING, 2012. p. 213). Não obstante, o discurso anticorrupção tornou-se uma questão de primeiro plano com o sucesso dos intentos conservadores, quando ficou evidente que a ameaça da assombração comunista havia sido superestimada. O Governo Militar pautou-se em um discurso contra a corrupção de modo ferrenho, sendo uma de suas principais bases de sustentação no poder. Não cabe a nós uma descrição densa de todos os fatos ocorridos durante o Governo Militar, mas destaquemos alguns elementos relacionados à luta anticorrupção e suas contradições.

¹⁵ “O Comício das Reformas, ocorrido no dia 13 de março de 1964, e o levante dos marinheiros, no dia 25 de março, levaram o Jornal do Brasil, o Diário de Notícias, o Correio da Manhã, e outros jornais a intensificar a campanha contra Goulart. O editorial de primeira página do Jornal do Brasil, da edição de 29/03/1964, lido nos quartéis, conclamava o Exército a manter a legalidade e o estado de direito e colocava o presidente da República na ilegalidade. Os editoriais do Correio da Manhã dos dias 31 de março ("Basta") e 1º de abril ("Fora") tiveram grande repercussão junto à população, uma vez que este jornal carioca era visto como um jornal menos envolvido no clima de crescente radicalização”.

Trecho da matéria de Alzira Alves de Abreu ao site da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_impressao_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart (acessado em 25/10/2020).

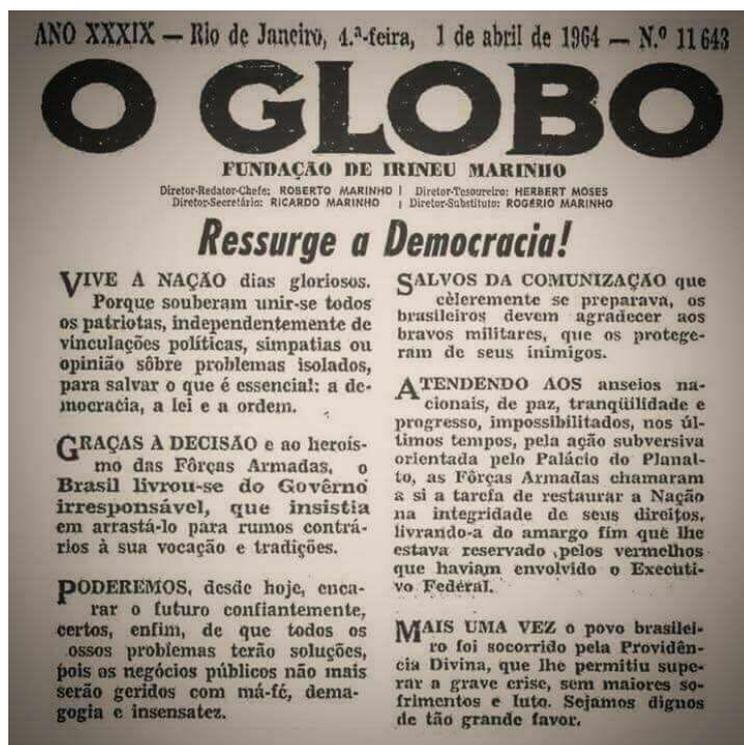


Figura 6: trecho da capa do Jornal *O Globo* em 1º de abril de 1964.

Fonte: <https://jornalggn.com.br/noticia/a-globo-e-o-golpismo-ontem-e-hoje-voltou-a-democracia/>

A Ditadura Militar no Brasil durou 21 anos, incluindo nesse contexto 5 mandatos de presidentes. Tratou-se de um período de horror e censura, inclusive dos próprios instrumentos que ajudaram os militares a chegarem ao poder: jornais foram censurados, opositores perseguidos e torturados, “jornalistas, professores, intelectuais, cidadãos suspeitos de subversão foram presos e torturados; vários tiveram seus direitos políticos cassados. Rapidamente o golpe que fora saudado como uma revolução revelava a sua verdadeira face” (DANTAS, 2014. p. 68).

Essa “página infeliz da nossa história”¹⁶, como diria Buarque, continua encoberta de dúvidas, ocultações e desaparecimentos ainda não explicados. A bandeira do discurso anticorrupção foi uma das mais levantadas e uma das principais justificativas da intervenção violenta efetuada pelos militares de 1964 até 1985. Apesar de ter sido a UDN um dos grandes articuladores do Golpe Militar, a administração militar não os poupou, pois com o AI-2 o partido foi extinto e boa fatia de suas lideranças silenciadas ou exiladas. A própria conduta da UDN com os governos anteriores foi o elemento que causou a sua destituição. Não seria interessante para o governo golpista manter em seu círculo um partido que aglutinou ideias de

¹⁶ Trecho da canção *Vai Passar* de autoria de Chico Buarque, perseguido e exilado pela Ditadura como tantos e tantas que tiveram a sua liberdade ceifada.

golpe para com os governos anteriores, mas, de certo modo, os militares aprenderam com a UDN, mantendo em sua atuação várias perspectivas udenistas, como veremos adiante.

A UDN acabou alimentando um monstro, que cobrou seus custos, levando a cabo o próprio partido. O interesse udenista nunca foi o de reestabelecer a democracia brasileira através da luta contra a corrupção, mas sim de endossar uma “democracia das elites” onde podemos observar a alimentação de uma extrema direita. Esta pretendia apoiar-se na deslegitimação dos direitos trabalhistas, cuja categoria contava com o apoio do presidente deposto. A corrupção, o anticomunismo e o restabelecimento da ordem são questões capitais no discurso do passado udenista, mas existiam interesses particulares que utilizavam as vestes da anticorrupção para legitimar as suas ações. Acompanhemos o desenrolar dessa herança na direita brasileira ao longo da história, buscando com isso seus ecos.

A sociedade às vistas do governo golpista era tida como incapaz de resolver a questão da corrupção, identificada pelos militares como uma prática relacionada diretamente à falta de uma moral para com a administração pública. De acordo com Starling, foi justamente por não conseguir observar além dessa lente que o governo militar falhou em seus intentos anticorrupção (STARLING, 2012). O argumento de que a população era incapaz de lutar pela solução dos seus problemas encontra espaço nas perspectivas udenistas, uma herança que os setores conservadores mantiveram no bojo de sua atuação.

A preocupação dos cinco presidentes foi, por meio dos jornais e revistas da época, passar ao povo brasileiro uma moral idônea, legitimadora do Golpe. A questão ligada diretamente aos seus patrimônios pessoais era latente, haja vista as críticas feitas com relação aos presidentes anteriores, e com isso a ditadura aprendeu dos processos de disputa no campo político e midiático a utilizá-los a seu favor.

o patrimônio do general Castello Branco, por exemplo, se restringia a um Aero Willis preto e um imóvel em Ipanema; o general Médici adiou um aumento do preço da carne para vender na baixa os bois de sua estância e desviou o traçado de uma estrada para que ela não lhe valorizasse as terras; o general Geisel recusou-se a comprar um apartamento, embora tivesse economias suficientes, porque “estou indo para a Petrobras, e se eu comprar esse apartamento, vão logo dizer que estou roubando” (STARLING, 2012. p.215).

Para essa discussão é necessário pensar que mesmo os jornais que auxiliaram a chegada dos militares ao poder passaram por um ferrenho processo de censura agravado com o AI-5 em 1968. O referente ato institucional atingia em cheio a esfera democrática e a liberdade de expressão, seja nos já citados jornais ou nas recentes emissoras de televisão, sendo as últimas

uma das grandes ferramentas do Estado para a manutenção do governo. Interessadas muitas vezes nos subsídios governamentais, submeteram-se a transmitir o que os militares queriam e ignorar o que não seria interessante ao regime por meio da censura.

Desde os seus primórdios, à imprensa brasileira sempre se ofereceram duas opções: ou fazer o jogo dos poderosos e viver à sombra dos governos autoritários, ou se expor quando independente, a todos os perigos diretos ou indiretos ameaçadores de sua sobrevivência. Foi assim no período colonial. Foi assim no Império. E por mais contraditório que pareça, ao longo da Primeira República, quando deveríamos começar a desfrutar dos privilégios das franquias democráticas, todos os períodos governamentais, sem exceção, foram marcados por fases de “estado de sítio”, que somados representaram 1.579 dias de arbítrio com a suspensão dos direitos individuais, cujos reflexos imediatos se consubstanciaram na mais ferocíssima censura aos meios de comunicação (MATTOS, 2005, p. 102-103).

A televisão, em especial, teve função notável na transmissão de conteúdos interessantes ao governo militar, centralizando as informações e permitindo que pouco escapasse da censura e chegasse ao grande público. O subsídio, muitas vezes escorrido do lucro das empreiteiras para as mãos dos militares, e por fim para os setores da imprensa que apoiaram o governo golpista, mostram a intrínseca relação entre essas três instâncias.

O sistema de TV serviu ao regime militar dando a ele uma cara e um instrumento de comunicação impositiva, linha única de cima para baixo, tendo o povo como massa pacífica bombardeada pelos “podes” e “não podes” dos militares e seus seguidores. Ao mesmo tempo, serviu-se do regime militar, engordando sua estrutura, atraindo fatia cada vez maior das verbas publicitárias e aproveitando-se de facilidades para se modernizar (importações facilitadas, isenções de taxas e impostos, uso de serviços públicos como antenas repetidoras, etc.). De sua parte, também os militares se serviram da TV, como cria própria de seus interesses numa soberania nacional baseada na centralidade política e no nacionalismo simbólico (ANDRADE, 2002, p. 20-21).

Não obstante, torna-se difícil fugir do corrente discurso de que “na ditadura não havia corrupção”, afinal, nos jornais, revistas e programas de televisão eram vinculadas as benesses do governo como o “milagre econômico brasileiro”. Segundo Standing, a corrupção se fazia presente mesmo que nas sombras, uma vez que “estava representada na própria natureza desse regime – vale dizer, estava inscrita em sua estrutura de poder e no princípio de funcionamento de seu governo” (STANDING, 2012, p. 2018).

Um Governo incapaz de conviver com as estruturas democráticas, de permitir a participação social universal na escolha de seus governantes, estaria fadado a tentar manter o poder com força ferrenha. E ainda que ostentasse uma bandeira de luta contra a corrupção, essa acontecia sob a conivência dos governantes, mesmo não chegando a público na época. Muito do apoio aos meios de comunicação vinha da verba fornecida pelas empreiteiras.

Há uma pronunciada ligação entre o governo golpista, a imprensa e as empreiteiras. Estas últimas ganharam, desde o governo JK, notoriedade no cenário econômico devido à sua participação como empresas da construção civil e similares, notoriedade esta “ameaçada” diante das políticas propostas no governo de Goulart.

Durante o governo Kubitschek, houve amplas demandas ao setor, fazendo com que as empreiteiras ascendessem em seu poder e riqueza, deixando de ter escala predominantemente local e regional. Assim, elas passaram a se organizar nacionalmente em entidades como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção – Cbic, de 1957, e abrangendo empresários da construção pesada e do ramo imobiliário – e o Sinicon, fundado em 1959 no Rio, e que abrangia exclusivamente empreiteiros de obras públicas. Esse órgão era poderoso e articulado politicamente e teve participação de seus principais agentes no golpe civil-militar de 1964. Após o golpe, os empreiteiros tiveram franco acesso ao poder durante a ditadura e foram significativamente beneficiados pelas políticas estatais implementadas ao longo do regime (CAMPOS, 2018. p.4).

Alguns exemplos de atividades corruptíveis durante o regime, como o contrabando de armas para a polícia do exército, os governadores biônicos no governo Médici¹⁷, o caso Lutfalla¹⁸, entre outras, podem ser citadas. O que os referentes exemplos mostram é que a ditadura militar no Brasil não apenas foi incapaz de impedir as atividades corruptíveis ligadas à economia, mas utilizou-se de um dos seus instrumentos mais ferinos para silenciar os opositores, a prática da tortura.

Como se vê, a corrupção não era um problema para a ditadura; ao contrário, ela alimentou o comportamento desviante do regime militar, degradou a lei em arbítrio, esvaziou o corpo político de seu significado público e espalhou o mal. Com efeito, a outra maneira pela qual a corrupção se inscreve na própria natureza do regime militar fica visível a partir de sua associação com a tortura – o máximo de corrupção de nossa natureza humana (STANDING, 2012. p. 219).

Os exemplos citados anteriormente demonstram a convivência militar para com a corrupção, mesmo se amparando na bandeira de luta contra a referida. Os poucos jornalistas que se atreviam a publicar as denúncias sofriam com o risco das sanções da censura, que passavam pela já mencionada tortura, podendo chegar ao exílio. Em suma, sem a devida cobertura midiática, silenciada pelo governo golpista, estrutura-se a ideia de que esse foi um período sem corrupção por parte do governo. Segundo Cunha, em artigo publicado em 2014,

Graças a pesquisas levadas a cabo ao longo da última década sobre indivíduos, grupos e instituições diversos, possibilitadas pela liberação de fontes sobre o período e pela

¹⁷ Muitos dos indicados pelo presidente para os governos estaduais apropriavam-se do subsídio público para intentos pessoais com o conhecimento do Governo Federal.

¹⁸ Envolvimento de Paulo Maluf, antes de se tornar governador, em esquemas de corrupção ligados à pasta do planejamento, na figura do então ministro Reis Velloso. Sobre esse caso em específico não houve punição alguma em nenhuma das partes envolvidas, mesmo atestada a atividade.

consolidação do regime democrático, temos hoje uma compreensão mais ampla do regime militar e dos fundamentos do autoritarismo brasileiro (CUNHA, 2014. p.1).

Em suma, sem a atuação midiática, não se tinha conhecimento sobre elementos corruptíveis e sobre o caráter autoritário dos anos de Governo Militar.

A mídia mostra-se como um elemento essencial para a atuação democrática, e a censura criava uma ilusão propiciada pelos militares que, a todo custo, tentaram manter a legitimidade simbólica de sua permanência no poder. Diversos dados sobre o período da ditadura militar ainda estão em investigação, como forma de garantir que o ceifar da liberdade democrática não torne a ocorrer no cenário brasileiro contemporâneo. O Regime militar durou até os anos de 1985, e o cenário de reorganização da esfera pública com a promulgação da Constituição Federal de 1988, entre outros fatores, permitiu que em 1989 a primeira eleição presidencial direta do país ocorresse desde o Golpe de 1964.

3.5 REDEMOCRATIZAÇÃO, QUANDO O APOIO POPULAR RESSURGE

A abertura lenta e gradual do sistema político no Brasil ocorreu de fato de maneira lenta, usando as palavras do último presidente militar, o general Figueiredo. Somente em 1982, foram retomadas as eleições diretas para governador, tirando esse poder das mãos dos militares. Nesse período da história, o Brasil contava com quatro partidos políticos na oposição¹⁹.

Apesar da pressão popular, notadamente no movimento das Diretas Já, que exigiam a participação popular na eleição para presidente, apenas em 1989 tal eleição aconteceu. O jovem político Fernando Collor foi eleito com 35 milhões de votos; sua figura representou uma novidade no cenário nacional, um novo rosto, apesar de já ter tido participação política em outras instâncias, elegendando-se deputado federal, prefeito nomeado, governador e, por fim, candidato a presidente da República.

O aprendizado de Collor do Brasil moderno não se deu apenas por este ter vivido e sido educado na região mais dinâmica do país, o Sudeste, mas também por conviver de perto com os meios de comunicação de massa, dado que sua família era proprietária em Alagoas de uma TV repetidora da Rede Globo de Televisão, a mais importante do país (SALLUM JR; CASARQUES. 2011.p.166)

Contudo, essa nova face representada por Collor não conseguiu seus intentos, tendo o seu impeachment levado a cabo em 1992. A questão da corrupção esteve em consonância com

¹⁹ Eram eles o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

a sua saída do governo, entretanto não foi o único elemento que garantiu o impeachment; os equívocos de sua própria administração também possuem grande notoriedade. “Os “erros” capitais que teria cometido decorreriam, no fundo, de agarrar-se à sua tradição política ao invés de ajustar-se aos novos tempos” (SALLUM JR; CASAROES. 2001.p.168).

O apoio dos meios de comunicação acabou se mostrando insuficiente para Collor, diante das faltas administrativas do seu governo e dos sucessivos escândalos; “o recurso farto à comunicação de massa como reforço à vontade política se esvaiu na medida em que fracassou sua política de estabilização e revelou-se a corrupção que permeava o seu governo” (SALLUM JR; CASAROES. 2001.p.168-169). Mesmo os meios de comunicação de massa acabaram se voltando contra Collor à medida que o jogo no campo político mostrava a corrupção inata do seu governo, e sem o apoio da grande mídia não demoraria para que o presidente perdesse toda a sua credibilidade junto ao povo.

A incapacidade de estabilizar a alta inflação do início da década de 1990 foi o grande desencadeador de sua derrocada: “a recessão prolongada, uma série de escândalos de corrupção envolvendo membros do governo e o estilo pessoal de Collor exercer o poder produziram uma redução drástica do prestígio do presidente junto à população” (SALLUM JR; CASAROES. 2001.p.176).

o impeachment de Collor estava longe de ser o resultado inevitável de seus deslizes e fracassos passados. Na verdade, foi uma surpresa para todos [sic]. Nas palavras de Lamounier, o impeachment foi o resultado inesperado da combinação praticamente impossível de cinco circunstâncias extremamente raras (SOUZA, 2000, p. 138).

As cinco circunstâncias citadas dizem respeito ao envolvimento do irmão do presidente num esquema de corrupção em parceria com Paulo Cesar Farias, o qual favoreceria diretamente o presidente²⁰, a incapacidade de Collor e Farias de encobrir o escândalo, a incompetência da bancada do governo de defender o presidente diante desse cenário, a ausência de tentativas de silenciamento da imprensa²¹, e por último Collor ter fincado pé que não abdicaria do poder (SALLUM JR; CASAROES. 2001). Em entrevista à revista *Veja*, o irmão do então presidente denunciou-o publicamente.

²⁰ O caso se tornou público diante da publicação na revista *Veja* em 1992 com uma entrevista de 17 páginas com Pedro Collor, irmão do então presidente.

²¹ Numa evidente tentativa de se desmembrar das perspectivas de silenciamento imposta pelos governos durante a ditadura militar.

“VEJA – O senhor acha mesmo que o PC é um testa-de-ferro do presidente nos negócios?”

Pedro Collor – Eu não acho, eu afirmo categoricamente que sim. O Paulo César é a pessoa que faz os negócios de comum acordo com o Fernando. Não sei exatamente a finalidade dos negócios, mas deve ser para sustentar campanhas ou manter o status quo”²² (REVISTA VEJA, 1992).



Figura 7: Capa da revista *Veja* publicada em 1992

Fonte: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-entrevista-que-pedro-concedeu-a-veja-ha-20-anos-e-que-esta-na-raiz-do-odio-que-fernando-collor-tem-da-revista/>

Os cinco pontos citados, em consonância com as já citadas recessão e inflação constantes e incontroláveis, acabaram levando a cabo o mandato presidencial de Collor. Segundo Schwarcz e Starling havia uma visível semelhança entre os governos de Collor e Jânio, no que concerne a postura que assumia o presidente diante dos demais políticos, uma visão moralista e espetacular do que significava estar no alto poder do governo federal. “Falava de maneira postiça e na Presidência, assumiu uma postura imperial: contrariava interesses, desdenhava a luta política, desconsiderava a precariedade de sua equipe e agia como se nada pudesse atingi-lo” (SCHWARCZ; STARLING 2015.p. 494).

Os elementos citados pelas autoras destacam as semelhanças entre os respectivos mandatos, contudo, “Jânio fez tudo isso e caiu quando tentou dar o golpe da renúncia. O

²² Disponível em <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-entrevista-que-pedro-concedeu-a-veja-ha-20-anos-e-que-esta-na-raiz-do-odio-que-fernando-collor-tem-da-revista/>

governo Collor caiu por corrupção” (SCHWARCZ; STARLING 2015.p. 494), a incapacidade de Fernando Collor de driblar as denúncias trouxe grande comoção popular e cobertura notória dos meios de comunicação. “Até o último instante o próprio Collor não acreditou que poderia ser derrubado” (SCHWARCZ; STARLING 2015.p.495), mas o que Collor não esperava era que os brasileiros fossem às ruas protestar contra a sua administração, com elementos que chegam até os dias atuais nas manifestações, como elencam as autoras:

A população estava empenhada em desmentir o presidente, e as manifestações políticas voltaram às ruas com força total. Traziam novidades: o traço carnavalesco e a marca do bom humor. Surgiram bonecos gigantes de Collor vestido como presidiário, fantasias de ratazanas com bigodes e óculos como os de Paulo Cesar Farias, esquifes com o nome do presidente e de Zélia Cardoso de Mello. Os estudantes, que já andavam indóceis, pintaram os rostos de preto ou de verde e amarelo – eram chamados “caras-pintadas” –, convocaram a população para protestar e sacudiram as manifestações com a palavra de ordem: ‘Fora Color’ e ‘Impeachment já!’ (SCHWARCZ; STARLING 2015.p.495).

O pleito presidencial de 1993 elegeu o sociólogo Fernando Henrique Cardoso para assumir a presidência. Seus dois mandatos dedicaram-se a reestruturar economicamente o Brasil, mesmo dentro de perspectivas ferinas de privatização dos serviços públicos. Dentre os seus múltiplos feitos, o mais notório foi a aplicação do plano Real, que trouxe estabilidade à frequente troca de sistema monetário que vinha ocorrendo no Brasil.

Pouco há para ser dito da administração FHC, não havia interesse em questioná-lo enquanto presidente, uma vez que foi ele quem pôs em encaminhamento grande parte das reformas neoliberais no Brasil, agradando com isso o setor empresarial. Sobre a narrativa que estamos construindo ao longo deste tópico, Cardoso possuía uma postura notadamente liberal, um presidente propriamente “PSDBista”. Sua conduta aproximava-o bem mais das elites e do empresariado do que das classes populares.

No entanto, como nosso objetivo é tratar notadamente de elementos relacionados à corrupção na esfera federal, um notório caso merece nota. Durante o seu primeiro mandato foi promulgada a emenda constitucional que permitia a reeleição para cargos públicos. O Jornal *Folha de São Paulo*²³, revelou em 13 de maio de 1997 denúncias sobre deputados que haviam recebido benefícios para votar a favor da emenda.

²³ Disponível no acervo através do link: <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/02/25/ha-20-anos-camara-aprovou-emenda-da-reeleicao/>



Figura 8: Capa do jornal *Folha de São Paulo* em 1997.

Fonte: <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/02/25/ha-20-anos-camara-aprovou-emenda-da-reeleicao/>

Apesar da investigação ocorrida na Comissão de Constituição e Justiça, não foi comprovada a participação direta de FHC no esquema que garantiria a sua reeleição. Outros elementos de ação corruptíveis notáveis não obtiveram notoriedade, haja vista o liberalismo que percorreu todo o seu governo, o qual, mesmo lentamente, iniciava um grande processo de privatizações, agradável às elites empresariais. FHC completou os seus dois mandatos passando a faixa presidencial para Luiz Inácio Lula da Silva, que venceu o pleito no ano de 2002 contra José Serra, duas vezes ministro de FHC e uma das principais lideranças do PSDB.

Diante da alta taxa de juros e da fuga de capital durante a posse de Lula em 2002, a solução encontrada pelo novo governo foi estabelecer uma perspectiva de estabilização, indo contra o que se esperava de um governo do Partido dos Trabalhadores. As taxas de juros foram mantidas altas, chegando a 25%²⁴, e os salários foram congelados, o que estimulou a poupança e não o consumo, diminuindo a pressão da inflação.

Com o decorrer do seu primeiro mandato, alternativas de inserir as classes mais pobres na economia foram desenvolvidas gradativamente. Em especial no seu segundo mandato, através das políticas distributivistas atreladas principalmente ao aumento do salário-mínimo e ao crescimento econômico do país, os sujeitos que alcançaram uma condição econômica mais

²⁴ Dados disponíveis em <https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>

confortável passaram a ocupar locais e elementos de consumo, que antes apenas pertenciam aos indivíduos “privilegiados”. Estes podiam desfrutar de espaços que anteriormente representavam uma distinção social entre eles.

Segundo Singer (2012), a tentativa de melhoria das condições de vida e renda da população pobre, por meio da participação do Estado, se constituiria em um mercado interno de massas, ou seja, mais consumo do que poupança, que estimula a economia e tornaria possível um novo modelo econômico. O que ocorreu, entretanto, foi uma distribuição de renda, não uma distribuição igualitária da riqueza. Apesar das conquistas, o reformismo ocorrido no governo Lula é considerado fraco por Singer, já que as soluções para os problemas sociais foram superficiais e não estruturais para suas causas (SINGER, 2012). O governo Lula foi “marcado, de um lado, por um bom desempenho na economia e pela popularidade do presidente e, de outro, pelas debilidades do governo na gestão política e pelas dificuldades no Congresso, a maioria associada a escândalos de corrupção” (SILVA, 2013. p.163), em especial o escândalo do mensalão.

As investigações produzidas sobre o escândalo indicavam que o mensalão representava um pagamento indevido a parlamentares, realizado com dinheiro público, para que os mesmos apoiassem o Partido dos Trabalhadores. Segundo Angela Alonso “o mensalão foi espetáculo midiático, com comentaristas e colunistas de imprensa tomando o partido do tribunal contra o governo” (ALONSO, p.50. 2017), com foco crítico na figura do presidente como o grande articulador de todo aquele processo. A imagem do PT foi comprometida até os dias atuais, alimentando o imaginário de que seria este partido a fonte de todas as mazelas relacionadas à corrupção no Brasil. É, porém, um argumento que ao longo de nossa discussão vem sendo desconstruído, já que os elementos corruptíveis e a luta anticorrupção já existiam antes da fundação do referido partido.

Vários fatores contribuíram para singularizar o mensalão em meio a tantas outras derrapadas éticas da elite política nacional, entre eles o talento histriônico do principal denunciante, o deputado Roberto Jefferson, ou o fato de que eram atingidas figuras centrais do governo de um partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), que fizera da moralização da política sua bandeira mais vistosa. Mais importante, talvez, foi a incapacidade do governo em sufocar a crise. Enquanto seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, impedia a abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com uma base mais frágil no Congresso se viu obrigado a conviver com diferentes CPI's investigando seu governo durante meses (MIGUEL; COUTINHO.2007. p.98)

Por se tratar de um governo de esquerda, os mandatos de Lula, especialmente o primeiro, foram vistos com olhos de desconfiança por diversos setores da sociedade, incluindo

a imprensa. Nesse contexto, o escândalo do mensalão tornou-se um profícuo espaço para críticas ao então presidente e ao PT, inflamadas ainda por outras investigações, como foram as denúncias de corrupção nos correios.

Entre os fatores que explicam a importância adquirida pela crise está a ação dos meios de comunicação de massa. A revista *Veja* iniciou a denúncia de um esquema de corrupção nos Correios, empresa pública gerida por um dos partidos da base de sustentação do governo. O caso ganhou nova dimensão após a entrevista bombástica do então deputado Roberto Jefferson ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 6 de junho de 2005. Nela, Jefferson afirmou que o governo pagava mesadas para deputados votarem a seu favor e cunhou o termo “mensalão”. Daí em diante, os principais jornais diários e as revistas semanais de informação passaram a competir por novas denúncias e evidências contra autoridades da República, repetindo a “dobradinha” mídia/CPI que, em 1992, levou ao impeachment do presidente Fernando Collor de Melo (MIGUEL; COUTINHO.2007. p.98).



Figura 9: Capas da revista *Veja* em agosto de 2005.

Fonte: <https://butecodoedu.wordpress.com/2010/09/20/as-capas-da-revista-veja/>

Apesar das denúncias e acusações constantes à figura do presidente, o PT mais uma vez conseguiu chegar ao governo federal reelegendo Lula, devido especialmente ao seu grande apelo junto às classes populares. Além do apoio popular, uma série de acordos feitos por Lula garantiram a sua reeleição, como a boa relação com o empresariado (não maculando seus lucros), sem com isso se afastar das camadas populares e das políticas de redução da pobreza, que apesar de frágeis mantinham o apoio das classes populares. O segundo mandato foi mais seguro, destacando o adensamento das políticas de equidade social, redução da pobreza, reforço do SUS e políticas relacionadas à educação (SINGER, 2012). Mesmo com as denúncias

relacionadas ao PT o ex-presidente Lula não sofreu impeachment; pelo contrário, encerrou o seu segundo mandato com uma aprovação de 83%²⁵ e ainda conseguiu eleger a sua sucessora, Dilma Rousseff, que havia atuado como ministra da Casa Civil.

O governo Dilma Rousseff não gozava do mesmo prestígio que o de seu antecessor, que sabia jogar o jogo político, tecendo as alianças que fossem necessárias para garantir a sua governabilidade. Dilma por sua vez possuiu uma postura muito austera de controle dos gastos públicos, mas sem diminuir as políticas de redução da pobreza adensadas no governo Lula. Segundo Domingues, sobre alguns possíveis equívocos cometidos durante o governo Dilma, os quais acabaram levando ao seu impeachment no segundo mandato,

Acabou alienando a maior parte da sociedade, em particular as classes médias (médicos, cientistas, grande parte do judiciário) e inclusive das classes populares ascendentes, além de ela e o PT terminarem confrontando-se com seus principais aliados, inicialmente o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e enfim o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (DOMINGUES, 2017. p. 1748).

Como aqui tratamos sobre os elementos corruptíveis ligados à economia que destacamos ao longo do capítulo, para Dilma os casos mais notórios dizem respeito à presença dos elementos corruptíveis no que ficou conhecido como Petrolão, as investigações da operação lava-jato e, por fim, as pedaladas fiscais, que não configuram uma ação corruptível, mas foram utilizadas como argumento de justificativa para o impeachment. Estas serão destrinchadas analiticamente na seção 5 da presente dissertação.

A aproximação do governo Dilma com as classes populares, através de políticas distributivistas já iniciadas nos governos Lula, foram adensadas. Contudo, Dilma acaba por aderir a medidas neoliberais que não foram suficientes para agradar as elites e ainda levaram à perda de apoio de setores da esquerda, o que facilitou a articulação que levou a então presidenta ao Impeachment. Sua reeleição contra o candidato Aécio Neves, do PSDB, por uma pequena margem de diferença acendeu uma chama de golpismo desde o resultado do pleito. Os novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2016) foram parte fundamental das críticas ao governo Dilma, fato que já ocorrera em 2013, não nas manifestações sobre o aumento das passagens de ônibus, mas nas decorrentes manifestações difusas que trouxeram às ruas pessoas com pautas diferentes.

²⁵ Dados disponíveis em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf

Importante destacarmos que nesse momento, o largo uso da internet por meio dos *smartphones* já não era uma novidade; grupos de *whatsapp* e *facebook* se aglutinavam e discutiam, inclusive convocando manifestações. Os jornais, revistas e a mídia televisiva não perderam fôlego durante o período que aqui tratamos. Contudo, a forma como os indivíduos se informavam se tornava muito mais dinâmica, e esse processo de dinamismo da informação, próprio de uma sociedade de ritmo acelerado, será essencial para as manifestações que vão se desenvolver, contra e a favor do governo Dilma.

Voltaremos ao governo Dilma Rousseff nas sessões subsequentes, em especial quando tratarmos da pauta do seu impeachment em 2016. Não obstante, é necessário primeiro discutirmos os movimentos que tiveram a sua semente plantada nas jornadas de julho em 2013, em que protestos sobre o aumento das passagens de ônibus acabaram tomando as ruas do país, transmutando-se a cada nova movimentação que se organizava, especialmente pelos setores da direita, e questionando a competência da presidenta em ocupar o alto cargo do governo federal.

3.6 2013, O ANO QUE AGLUTINOUS DISCURSOS

Em junho de 2013 o Movimento Passe Livre (MPL) vai às ruas da cidade de São Paulo para protestar contra o aumento de passagens, incluindo nessa luta a necessidade de um transporte público de qualidade e vias de acesso mais rápidas para o deslocamento das classes populares, que utilizam esse transporte, além de dinâmicas acessíveis para usufruir da cidade (JUDENSNAIDER, 2013).

Quando, em junho de 2013, o Movimento Passe Livre de São Paulo dá início a mais uma jornada de lutas, certamente não tem dimensão das proporções que sua ação pode tomar. A jornada que se inicia em 6 de junho, já num contexto de mobilizações crescentes que tomavam conta de Porto Alegre, Natal, Teresina e Goiânia. Até pela centralidade política, a jornada de lutas convocada pelo MPL São Paulo inicia um dos quatro principais movimentos de massas do Brasil nos últimos quarenta anos. Ela fermenta um caldo de cultura, um conjunto de condições subjetivas e objetivas que, unidas, criam a liga para esses acontecimentos históricos. O que os eventos de junho de 2013 trazem de novo é a unificação, na prática, da luta do MPL no cenário nacional (JUDENSNAIDER, 2013. p.17).

Segundo Maria da Glória Gohn (2014), alguns elementos relacionados aos protestos contra o aumento de passagens que se espalharam pelo país devem ser destacados, para uma compreensão pungente dos movimentos sociais que seguiram pós-junho de 2013, não mais contra o aumento das passagens de ônibus, mas numa agenda de lutas por vezes disforme. De

modo geral, junho de 2013 mostrou o poder das ruas e a capacidade de aglutinar sujeitos com indignações em comum para protestar contra o que valha a esses indivíduos.

Um importante elemento apontado por Gohn é o perfil desses manifestantes, dada a “predominância de camadas médias, conectados por e em redes digitais” (GOHN, 2014. p.14). Essa estética particular irá para além das jornadas de junho, como ficaram conhecidas: “as convocações para os atos foram feitas via redes sociais, e a grande mídia contribuiu para crescimento repentino das mobilizações e manifestações em junho com adesão da população” (GOHN, 2014. p.15). Sobre o uso das redes sociais nos movimentos sociais contemporâneos, Castells elenca que,

Os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente da ação coletiva. As redes sociais digitais, baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, deliberar, coordenar e decidir (CASTELLS, 2017.p.199).

Segundo a perspectiva de Angela Alonso, os protestos que seguiram após as jornadas de junho nunca foram homogêneos. Algumas das categorias propostas pela pesquisadora são essenciais para evidenciar o raciocínio aqui proposto; dentre essas, destaco duas pivotais que abriram margem para os protestos: as mudanças na relação entre governo e movimentos sociais, e a corrupção, uma vez que o mensalão já havia maculado a imagem do PT no cenário político nacional, mesmo não tendo impedido a reeleição de Lula e a eleição de Dilma. A ressuscitada questão da corrupção já era por si só um prato cheio para as manifestações contra o governo federal, mas Alonso destaca ainda uma outra prerrogativa que endossou o coro dos descontentes,

O terceiro elemento foi a transformação rápida da pirâmide brasileira durante os governos Lula, o aumento de acesso à educação superior e ao consumo, que juntos diminuíram a distância entre os estratos sociais. O processo perturbou a representação simbólica da hierarquia social, ao tornar menos eficazes os seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça) (ALONSO, p.50. 2017).

Diante das diversas bandeiras levantadas com os protestos iniciados em junho de 2013, a bandeira sobre uma mudança nos padrões demonstrou a perturbação dos extratos médios da sociedade brasileira. O *status*, ou a perda deste, frente às outras classes que ascenderam minimamente, tornou-se explícito. Segundo a análise de Avritzer, ao traçar o perfil socioeconômico dos manifestantes, é destacado que,

Os manifestantes tinham as seguintes características socioeconômicas: a divisão entre ambos os sexos, 50% de cada um deles; 63% tinham entre 14 e 29 anos; 43% tinham curso superior completo; 24% declararam não trabalhar e 52% declararam estudar. Quando indagada a renda familiar, 23% declararam que tinham renda acima de dez salários-mínimos. Esses dados permitem uma caracterização: o perfil central dos

manifestantes é composto pela classe média, principalmente pelos filhos desta. (AVRITZER, 2016. p.73).

As manifestações de 2013 mostraram que a sociedade brasileira não estava apática diante dos problemas sociais. As ruas provaram-se um profícuo espaço de mobilização, especialmente para setores atrelados à direita, que conseguiram aglutinar sujeitos em torno de críticas ao governo federal, frente às denúncias de corrupção que surgiram com o “petrolão” no ínterim da operação lava-jato. As manifestações voltaram a acontecer em 2014 contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e também contra a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, que por uma margem pequena conseguiu vencer o candidato Aécio Neves (PSDB).

As manifestações que tiveram início em junho de 2013, destacadas ao longo desta seção, foram a semente para o surgimento de diversos grupos de mobilização política, que se aglutinam especialmente com o uso das redes sociais para disseminação de informações, mobilização para manifestações, entre outras agendas específicas, como o impeachment de Dilma Rousseff. Como o discurso anticorrupção e quem está por trás dele são os nossos elementos orientadores, estudaremos o caso do movimento Vem Pra Rua no que concerne, em especial, o espaço que a lógica anticorrupção possui no movimento, o qual ocupa notoriamente não apenas as ruas, mas também o *cyberespaço*.

4 O CASO VEM PRA RUA

No presente capítulo apresentaremos alguns elementos preliminares sobre o movimento Vem Pra Rua, e sua atuação nas redes sociais como instrumento fundamental para a obtenção de notoriedade no campo político midiático. Buscaremos diferenciá-lo dos demais movimentos que estavam em voga durante o seu desenvolvimento, refletindo sobre tais elementos com sensível apoio da revisão de literatura de Maria da Glória Gohn.

Para tal intento, decidimos trabalhar com dados disponibilizados pelo próprio movimento em seu site e conteúdo de sua página no facebook, sobre a qual iremos nos debruçar no próximo capítulo. Optamos ainda pelo uso de entrevistas concedidas por Rogério Chequer, porta voz do Vem Pra Rua, por acreditar que em sua própria narrativa conseguimos acessar dados sobre a fundação do movimento, seus objetivos e, na medida do possível, algumas contradições entre atuação e discurso, como a não prestação de contas públicas sobre os gastos e lucros do VPR, bem como a falta de transparência a respeito de suas fontes de financiamento.

O capítulo é necessário para compreender as bases e o caráter escorregadio que o movimento demonstra ao tratar de determinados questionamentos, a exemplo de sua posição apartidária, mesmo tendo apoiado a candidatura de Aécio Neves no pleito presidencial de 2014 contra Dilma Rousseff.

4.1 COMO CARACTERIZAR O MOVIMENTO?

Após as jornadas de junho em 2013, formam-se novos movimentos sociais, embasados em pautas diversas. Os movimentos, dentre os quais podemos destacar o MBL Movimento Brasil Livre e o VPR Vem pra Rua, pautaram a sua agenda de protestos e luta no discurso anticorrupção, pois a corrupção estaria ligada, em sua visão, diretamente ao poder federal, em termos temporais ainda no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Serão, portanto, instrumentos cabedais da luta política nos últimos anos, aglutinando discursos e sujeitos através de pautas que destacaremos ao longo do texto. Uma das principais, sem dúvida, foi o impeachment da então presidenta.

Ainda no íterim das manifestações de 2013 é importante, utilizando a literatura de Maria da Glória Gohn, destacarmos alguns elementos de diferença e similitude entre os movimentos, antes de nos dedicarmos plenamente ao VPR. Dedicuemo-nos, então, a três

essenciais para compreender o contexto e suas implicações: o Movimento Passe Livre (MPL), Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua (VPR).

O Movimento Passe Livre, como citamos anteriormente, ganhou notoriedade na mídia nas manifestações contra o aumento das passagens de ônibus em 2013. Estas reverberaram em mobilizações ocorridas em todo o país, as quais posteriormente transmutaram em manifestações outras não mais sobre o olhar do referido movimento. O MPL, entretanto, existe oficialmente desde 2005, fundado na cidade de Porto Alegre no Fórum Social Mundial (FSM), mesmo já possuindo redes de contato antes da fundação oficial, especialmente em universidades, as quais organizaram manifestações em 2003 e 2004 nas cidades de Florianópolis e Salvador (GOHN, 2017). Algumas novidades surgem nos levantes desse movimento, como o não uso de carros de som, a ausência de líderes declarados, a padronização das roupas utilizadas nos protestos²⁶, no caso camisas brancas com o símbolo de uma catraca, o que no geral modifica a “*performance* das manifestações” (GOHN, 2017.p. 32. *Grifo da autora*).

O Movimento Brasil Livre²⁷, concebido em novembro de 2014 na cidade de São Paulo com apoio de adeptos também no Rio Grande do Sul (GONH, 2017), possuiu desde sua fundação bandeiras liberais e neoconservadoras, posturas que jamais foram escondidas. O discurso do referido movimento inicia-se com perspectivas de estado mínimo e o fim de políticas distributivistas, mas se volta contra o PT justamente no processo do pleito presidencial.

A fundação do MBL está diretamente ligada à EPL, Estudantes Pela Liberdade, uma organização de caráter estudantil internacional para a formação política de jovens por meio de cursos diversos. O perfil ideológico da EPL será, na perspectiva de Gohn, direcionado numa condição que “une o liberal a proposições consideradas dos libertários, ou seja, apoia propostas liberais para o papel do Estado na economia, com privatizações, Estado mínimo e o fim do financiamento das políticas públicas distributivistas” (GOHN, 2017. p.46). O EPL, presente no Brasil desde 2012, participou das jornadas de junho, tendo como sua principal liderança Kim Kataguiri, futuro fundador do MBL.

²⁶ Apesar desse elemento não ser uma ‘novidade’, haja vista as manifestações contra o ex-presidente Collor que destacamos antes já contarem com esse artifício. Mas acreditamos que o seu destaque tantos anos depois precisa ser mencionado pois será reutilizado pelos demais movimentos a serem citados.

²⁷ Segundo Gonh (2017), a sigla MBL foi criada na intenção de se relacionar com o MPL, que já possuía grande notoriedade na mídia e com o público nesse momento, mesmo que os movimentos sejam totalmente distintos.

A perspectiva liberal e o neoconservadorismo misturam-se no espectro político do MBL, tornando difícil a sua categorização. “O Estado é visto como problema quando regula ou intervém no mercado. A corrupção não é vista pelo MBL como um problema endêmico do capitalismo, mas como um efeito colateral da intervenção do Estado nas empresas (privadas e estatais) (GOHN, 2017. p.46-47). Ainda segundo Gohn, o MBL “é neoconservador por ser contra vários direitos sociais e culturais modernos” (GOHN, 2017. p.47); o que torna sua análise difusa é a posição como anarcocapitalistas, não sendo contra os direitos da população LGBT, descriminalização das drogas, entre outras pautas, apesar de se declararem neoconservadores. “O MBL atua na política brasileira de forma explícita, ao contrário do Vem Pra Rua, que atua mais na política via bastidores” (GOHN, 2017. p.48).

Ao contrário do VPR, o MBL não se abstém de participação em eleições, visto que “lançou candidatos de seu grupo de líderes para concorrer a cargos eleitorais, via partidos políticos” (GOHN, 2017. p.47). As lideranças incluem o já citado Kim Kataguiri, Fernando Holiday e Renan Antônio Ferreira dos Santos, representando, portanto, as faces do movimento; “composto predominantemente por jovens, o MBL organizou-se como uma *startup* e seus líderes principais (...), sempre são tratados pelos adeptos do movimento como *pops stars*” (GOHN, 2017.p. 48).

O Movimento Vem Pra Rua utiliza alguns elementos dos dois movimentos citados, mas também se diferencia em aspectos que justificam sua escolha para ser o caso estudado na presente dissertação. O VPR foi concebido em janeiro de 2014, seguindo o fluxo da indignação que ainda emanava de 2013, mas só começou ativamente as suas atividades em outubro de 2014, temporalidade semelhante ao MBL. Uma de suas principais características vem de uma concepção empresarial e corporativista emanada de seus ideais liberais, e na própria forma de organização do movimento. Segundo Gohn, “na narrativa de Chequer²⁸, a indignação era contra a política econômica do Brasil, havendo necessidade de mudar seu rumo, e a corrupção como o grande mal a ser combatido” (GOHN, 2017. p.38).

Com um início tímido, em manifestações pequenas que acabavam se juntando a outras manifestações ocorridas no mesmo dia (GOHN,2017), o VPR, diferente do MBL, não defende a inserção de seus membros nos pleitos eleitorais, que se quisessem se candidatar deveriam se retirar do movimento: “os membros não devem estar dentro das estruturas de poder, mas

²⁸ Rogério Chequer, porta voz do VPR.

estimulam a participação política dos cidadãos e a carreira política de seus membros desde que se desvinculem do movimento” (GOHN, 2017. p.39).

A questão da corrupção apresenta-se como seu grande elemento norteador. Apesar de suas lideranças apontarem outros propósitos, como discutiremos adiante, a corrupção é o grande elemento de agregação dos sujeitos ao VPR, dentro de uma estrutura de negação da política que ecoa das ruas de 2013. O VPR, “ao se apresentar como paladinos de combate à corrupção, aos maus políticos etc., ganha a simpatia e a confiança de grande parte da população” (GOHN, 2017. p.39). As ações e passeatas acabaram abocanhando espaço em todas as capitais brasileiras, com lideranças regionais e municipais que, ao fazer manifestações concomitantes, chamaram a atenção da grande mídia e do público.

Apesar do apoio ao candidato Aécio Neves no pleito de 2014, o VPR diz-se suprapartidário, mas não apartidário; ou seja, sem vínculo direto com nenhum partido político, mas, dependendo dos interesses do movimento e da sua agenda, podendo apoiar ou criticar um determinado partido. Com esse discurso, os ataques direcionados ao PT foram ferrenhos diante da reeleição de Dilma na referida eleição. A discussão sobre alternância de poder que permeia suas falas tornou-se uma crítica direta à conduta da então reeleita presidenta.

Outro ponto a ser destacado a nível de introdução sobre o VPR é o nacionalismo extremo externado em suas indumentárias. Camisas verde-amarelas, muitas vezes da Seleção Brasileira de Futebol, tornaram-se o uniforme dos manifestantes a irem às ruas protestar; o verde-amarelo contra a corrupção passou a fazer frente ao vermelho do PT, remetido ao fantasma do comunismo e à corrupção federal. O uso de outros símbolos nacionalistas, como o hino nacional cantado pelas multidões nas manifestações, dava o caráter do movimento que se desenhava. O último, e mais importante, elemento aqui introdutório é o uso massivo das ferramentas digitais para reunir indivíduos, especialmente o *Whatsapp* e o *Facebook*. Tais ferramentas, aliadas à opinião pública e ao cenário político brasileiro, auxiliaram a desenvolver o movimento nos termos atuais.

4.2 AS LIDERANÇAS E OS IDEAIS LIBERAIS

Seguindo nossa contextualização sobre o VPR, antes de adentrarmos em suas representações nas redes sociais, faz-se necessário trazer à luz algumas questões no que concerne às suas lideranças. Cercadas de uma cortina de fumaça desde sua fundação, o

movimento contou com duas figuras centrais que assumiram o papel de falar em seu nome, Rogério Chequer, empresário e engenheiro civil, e Colin Butterfield, também engenheiro e empresário. Foram as duas grandes vozes do movimento, com especial enfoque no primeiro.

Chequer iniciou sua carreira em 1992 no Deutsche Bank, atuando como *Trainee*. Em 1997 foi convidado a trabalhar no *Deutsche Bank*²⁹ de Nova York, administrando mercados de países emergentes. Em 2012, após 15 anos morando nos Estados Unidos, retornou ao Brasil para dedicar-se às atividades na SOAP³⁰ Brasil. Atuou como comunicador, palestrante e ativista político. As palestras ministradas por Chequer no Brasil tinham como propósito preparar empresários para argumentar com os seus funcionários, buscando uma maior produtividade na empresa. Sua alta capacidade argumentativa, essencial ao movimento VPR particularmente em suas manifestações de rua, apontava Chequer como uma escolha óbvia para ser a voz do movimento.

Segundo Pierre Bourdieu, a competência política, bem como a linguagem política dentro de seus espaços de atuação, estão ligadas a uma competência específica por vezes considerada intrínseca e ligada diretamente aos fatores de classe; “a competência “técnica” depende, fundamentalmente, da competência social e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convocado a exercer essa capacidade específica, portanto, a detê-la” (BOURDIEU, 2007.p.383).

Essa competência, da qual os indivíduos são por vezes dotados, supõe “que a competência no sentido de capacidade técnica – cultura política – varia como a competência no sentido de capacidade socialmente reconhecida, de atributo e de atribuição estatutários” (BOURDIEU, 2007.p. 373). A opinião pessoal estará, nesse sentido, ligada ao espaço que o indivíduo ocupa no campo e ao *habitus* propriamente adquirido ao longo da vida.

Todas as opiniões, seja qual for o seu produtor são equivalentes – ela exprime, desde a origem, os interesses dos intelectuais, pequenos produtores independentes de opiniões, cujo papel se desenvolve paralelamente à constituição de um campo de produção especializado e de um mercado para os produtos culturais e, em seguida, de um subcampo especializado na produção das opiniões políticas (com a imprensa, os partidos e todas as instâncias representativas) (BOURDIEU, 2007.p. 372).

²⁹ Filial do maior banco alemão.

³⁰ Empresa especializada em apresentações profissionais que surgiu em 2003, com o propósito de auxiliar empresas e executivos a alcançarem a alta performance em apresentações estratégicas e reuniões decisivas.

Nascido em 1968 em família de classe média alta e tendo estudado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, as habilidades de oratória de Chequer não devem em nenhum momento ser consideradas inatas ou intrínsecas. Foram adquiridas ao longo da vida e de todo o seu processo de socialização.

Quando o movimento VPR ganha notoriedade nacional, no final de 2014, ano da reeleição da presidenta Dilma, manifestações convocadas traziam argumentos estruturalmente articulados que deixavam clara a sua intencionalidade. Em entrevista concedida ao programa Roda Viva em 23/03/2015, o empresário participa da sabatina após uma das maiores manifestações do movimento; algumas de suas respostas e os questionamentos postos pela mesa podem nos auxiliar na compreensão das intenções do VPR, em discursos constantemente repetidos. Sobre os pilares do movimento Chequer afirma:

“Rogério - A nossa estratégia, os nossos Pilares, serão exatamente os mesmos que eram no primeiro dia da criação do movimento e que são hoje. A gente tem três pilares do movimento VPR: o primeiro são Pilares Democráticos, então é, a gente exige uma separação entre poderes, a gente exige que haja liberdade de expressão, nós não queremos que sejam desenvolvidos os processos de democratização da mídia que não sabe muito bem o que significa, democratização ou demonização da mídia não está claro, mas queremos que isso seja preservado. A interferência entre poderes hoje é uma vergonha no Brasil e é uma ameaça às instituições democráticas. Porque esses poderes foram concebidos para serem separados, porque começa ver executivo se misturando com judiciário se misturando com legislativo, o que está escrito como a democracia consolidada? Um exemplo prático: nós temos a instrução normativa 74 que foi assinada tentando trazer a regulamentação dos acordos de leniência que estavam acontecendo no nível do Judiciário. Foi elaborada, difundida, trabalhada e propagada pelo executivo pela advocacia-geral da União que é do executivo, é um caso absolutamente típico de uma coisa que estava acontecendo no judiciário e executivo interfere, tenta trazer para o TCU mais poder para determinar alguns aspectos desses acordos de leniência e nisso você já tem uma confusão de poderes, e por que que o poder judiciário não pode tratar disso sozinho? Em vários ele tivesse tempo daria para falar de várias interferências de um poder para outro, essa é apenas a primeira linha do movimento vem pra rua. a segunda é de política ética e políticos éticos. Não precisaria falar disso, mas o que nós vemos hoje são políticos, como eu falei lá no começo, depois de eleitos começam a desviar o seu foco das promessas que foram feitas, começa a da presidente que cometeu casos de mentira eleitoral totalmente inovadores, né? O terceiro: Estado desinchado e mais eficiente; então sem elaborar

mais isso aí, se alguém tiver interesse a gente elabora, esses três princípios já existiam desde o começo do movimento; se o governo federal atual e o congresso estão respeitando isso nós estaremos atrás deles; se houver impeachment ou se não houver impeachment o governo tem que for estiver lá nós vamos estar vigiando, monitorando junto com a sociedade para que essas coisas também não aconteçam, independe do partido”.

A ideia elencada de um Estado desinchado e eficiente revela o caráter liberal presente não apenas no pensamento de Chequer, mas em todo o movimento e suas ações, uma vez que este é o porta-voz e figura central do mesmo. A ideia de um Estado mínimo vai de contramão às perspectivas em voga do PT no surgimento do VPR, em que os governos petistas ampliaram as dinâmicas de equidade social por meio de políticas distributivistas, acesso à educação de qualidade desde os primeiros anos e ampliação do sistema único de saúde, dentre outras. É importante lembrar que mesmo se colocando como um movimento suprapartidário, o VPR se entrincheirou a outros grupos semelhantes apoiando o candidato Aécio Neves no pleito de 2014.

A centralidade na figura de Chequer no movimento VPR, foi questionada pela Jornalista Daniela Lima, do jornal *Folha de São Paulo*, durante o mesmo programa:

“Daniela - *e qual sentido de centralizar em você? por que você é a única figura que fala pelo grupo com a mídia?*

Rogério - *Então de novo, o grupo é novo, mas temos seis meses, de lá para cá cada um tá desempenhando uma função, a quantidade de coisas para fazer para trocar o movimento é muito maior do que qualquer um de nós.*

Daniela – *Então em algum momento nós vamos conhecer o núcleo duro do vem para rua?*

Rogério - *eu não sei o que nós estamos pensando no núcleo duro, e a gente pode até entrar no assunto porque que é que você tá caracterizando como uma falta de Transparência, que não é bem...*

Daniela – *Mas são anônimos né, e muitas dessas pessoas a gente não conhece...*

Rogério - *pessoas que trabalham para empresas muitas vezes preferem não mostrar o nome, não mostrar a cara porque sentem algum receio de algumas coisas que pode acontecer. Nós sabemos de algumas coisas que acontecem no Brasil relacionadas às vezes...*

Daniela – *É de retaliação que você está falando?*

Rogério – *exatamente, isso que acontece as pessoas hoje têm medo então é preciso de uma combinação de características para vir ser o porta-voz do movimento que é. Você poder falar e não ter uma empresa que impeça você fazer isso, você não ter as características de dar a cara para falar, enfrentar tudo isso. Quando você começa a ver todas as características não são muitas pessoas que cumprem tudo isso e precisa de tempo, fora os desempregados do movimento que existem alguns, todo mundo trabalha durante o dia, o VPR não é a atividade principal E aí a gente vem também nos outros grupos que foram mencionados, outros grupos grandes. As pessoas só fazem isso, fazer isso o dia inteiro é uma grande diferença para ver se o dia inteiro você tem que trabalhar o dia inteiro, muitas vezes chegar em casa, cuidar de crianças, cuidar da casa, cuidar da sua vida e contribuir numa causa dessa.”³¹*

Esse foi um dos argumentos dados para a centralização da sua figura como porta-voz do VPR; entretanto, em entrevista fornecida ao Estadão em 18 de outubro de 2017, sobre o protagonismo, Chequer afirmou:

“é preciso de uma voz, e preciso de uma série de características, então você tem que tem que ser alguém que tenha uma vida limpa, porque no Brasil de hoje todo mundo fez uma coisinha errada aqui e ali; eu não sou perfeito, mas você tem que ser, se trabalha você tem que estar pagando imposto, tem que tá fazendo as coisas certinho porque senão fica complicado”³².

Rogério Chequer permanece como sendo a figura central do VPR, mesmo após um breve afastamento em dezembro de 2017 para concorrer ao cargo de Governador do Estado de São Paulo pelo Partido Novo, não obtendo sucesso no pleito e retornando às suas funções no movimento após as eleições. Enquanto ausente, a figura em voga no VPR foi o também empresário Colin Butterfield. Mesmo tendo aparecido ao lado de Chequer em manifestações antes de seu afastamento para concorrer ao governo, Butterfield não tinha a mesma notoriedade, não conseguindo, portanto, ser remetido diretamente ao VPR como o colega. Apesar disso, em suas poucas declarações corroborava com os pilares do movimento, incluindo o Estado mínimo. Sobre esses líderes, destacamos que estavam “ligados ao mundo financeiro e empresarial, de modo que muitos de seus pronunciamentos públicos advogam a defesa da incorporação da gestão empresarial ao mundo da política” (GARCIA, LOPES, 2017, p. 9).

³¹ Entrevista disponível na íntegra em <https://www.youtube.com/watch?v=oZAn4KthDJ4>

³² Entrevista disponível na íntegra em <https://www.youtube.com/watch?v=qRN7QqY7xY8>

Segundo Bourdieu, os profissionais da política muitas vezes apresentam-se na figura de um porta voz transmissor dos ideais, utilizando especialmente a “imposição da legitimidade (...), exercida pelo uso dominante da linguagem tacitamente reconhecida” (BOURDIEU, 2007.p.431), uma vez que as questões políticas só adquirem significado “em referência a um campo semântico” (BOURDIEU, 2007.p. 432), costumeiramente na presença de uma boa oratória e aspectos de fácil manipulação e adesão. Na tentativa de defender o argumento de que o VPR é um movimento plural nascido das necessidades e indignações da sociedade civil (CHEQUER; BUTTERFIELD,2016), seus líderes que falam em nome do movimento, posicionam-se discursivamente como antiprofissionais da política, mesmo quando a concepção contrária torna-se visível nesses porta-vozes.

4.3 A ESTRUTURA DO MOVIMENTO

O modelo de atuação do movimento encontra-se disponível no site pertencente ao VPR, e nele é possível observar como se dá a articulação entre o já citado núcleo duro e as lideranças, regionais, estaduais e municipais. A divisão entre essas instâncias reproduz uma lógica empresarial, mas o núcleo nacional permanece indistinto; as pistas deixadas pela atuação do movimento e as declarações de Chequer tornam possível a ligação do movimento com o setor empresarial, apesar dessa caixa preta do VPR ainda não ter sido aberta.



Figura 10 Hierarquia do VPR

Fonte: <https://www.vemprarua.net/>

A partir dessa estrutura hierárquica, o movimento consegue se manter ativo em todo o território nacional. As decisões e escolhas de que caminhos tomar obviamente vêm do núcleo duro do VPR, que deve ir muito além das duas lideranças citadas anteriormente.

O VPR possui outras agendas de luta, mesmo que a cruzada contra a corrupção seja o seu grande norte de atuação e conclamação do seu público. Destaquemos alguns dos projetos do movimento que se encontram disponíveis em seu site: o primeiro naturalmente diz respeito à questão da corrupção como grande chaga a ser eliminada da política brasileira.



Luta Contra a Corrupção

Juntos mudando o Brasil!

A luta contra a corrupção é a principal atividade do Vem Pra Rua, e, para isso, é feito um constante monitoramento da política nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, a presença nacional do movimento permite que o acompanhamento também seja feito em escala regional, chegando até o município. Parte do trabalho nessa luta é traduzir os efeitos da corrupção para a população, mostrando seus impactos no dia a dia, seja por atrasos nas votações importantes, seja pelo alto volume de impostos.

Ninguém está à margem da lei, e, sempre que isso ocorrer, o Vem Pra Rua dará publicidade ao fato, veiculando notícias em suas redes sociais e onde for necessário.

Figura 11 Projetos do VPR

Fonte: <https://www.vempraru.net/>

Tchau Queridos

Acabou a memória curta do brasileiro!

O projeto Tchau Queridos destacará a atividade dos parlamentares nos últimos anos por meio de uma plataforma que mostrará o histórico dos atuais deputados e senadores durante votações importantes e os processos a que respondem na justiça, promovendo o amplo conhecimento dos eleitores.

A plataforma integra as principais redes sociais para que a população possa compartilhar com seus amigos e familiares. Acesse o site em www.tchauqueridos.net.



Figura 12 projetos VPR

Fonte: <https://www.vempraru.net/>



Frente pela Renovação

Um Congresso comprometido com a mudança.

A Frente pela Renovação é um projeto criado em parceria com outros movimentos que se uniram para transformar o Brasil por meio do Congresso, certificando e dando visibilidade a futuros congressistas que sejam íntegros e comprometidos com uma agenda pública e centro-liberal de renovação focada em justiça, integridade, sustentabilidade e democracia.

Em resumo, a agenda busca lutar pela melhoria dos serviços básicos e pelo aumento de oportunidades para os mais pobres, pelo combate a corrupção, impunidade e privilégios, por uma gestão eficiente do Estado com responsabilidade fiscal e pelo estabelecimento da real representatividade.

ACESSE

Figura 13 projetos VPR

Fonte: <https://www.vempraru.net/>

Mobilização Nacional

Juntos somos milhões criando um Brasil melhor!

O Vem Pra Rua tem hoje mais de 14 mil voluntários espalhados por todo o Brasil, empenhados em lutar contra a corrupção, e mais de 2 milhões nas redes sociais, uma das maiores páginas de temática política na internet brasileira. Para ampliar e manter ativa essa mobilização, o movimento investe no relacionamento e em inteligência para acompanhar e divulgar informações vitais para a população.

Todo esse contingente está motivado a levar a mensagem de um Brasil democrático, ético e justo a mais e mais pessoas.



Figura 14 projetos VPR

Fonte: <https://www.vempraru.net/>



Advocacy

Lutando pelas tão necessárias reformas.

Uma das principais atividades do Vem Pra Rua, o Advocacy significa a defesa dos direitos e a argumentação junto a políticos e ministros em favor da luta contra a corrupção.

É um trabalho contínuo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e na implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população no tocante a ética, justiça, transparência e democracia.

O Vem Pra Rua mantém representantes em Brasília, em sua maior parte voluntários, para ampliar a participação e a representatividade da sociedade na luta contra a corrupção e para a formulação e a aprovação de políticas que favoreçam a democracia.

Figura 15 projetos VPR

Fonte: <https://www.vempraru.net/>

Manifestações de rua

A indignação popular de forma organizada.

As manifestações são a parte mais visível do trabalho do Vem Pra Rua, porém é o final de um processo que se inicia bem antes. Uma manifestação exige grande organização e alinhamento com outros movimentos e organizações para garantir o maior número de pessoas nas ruas e aumentar a pressão sobre políticos e ministros.

O acompanhamento diário dos acontecimentos políticos nos permite a rápida identificação de situações de risco institucional à democracia e, sempre que necessário, convocaremos toda a população para ir às ruas demonstrar sua indignação.

As manifestações acontecem tanto nacional como regionalmente, organizadas também pelas regionais do Vem Pra Rua contra fatos locais.



Figura 16 projetos VPR

Fonte: <https://www.vempraru.net/>

Os projetos elencados destacam os pilares do movimento, não apenas ao que concerne a perspectiva liberal e incorporação de elementos próprios da lógica empresarial na administração pública no Brasil. Vale salientar que não foi incluso na lista disposta no site o apoio a Aécio Neves; mesmo considerando-se suprapartidário, o movimento não se absteve de apoiar um determinado partido ou liderança política quando os seus interesses estavam combinados, especialmente quando essa ligação direciona-se aos ideais empresariais.

A aproximação entre o Vem pra Rua e as lideranças do PSDB, bem como o apoio explícito ao candidato Aécio Neves durante o pleito de 2014 fomentaram diversas críticas entre os próprios apoiadores do movimento, que passaram a questionar seu caráter de renovação. Pese ainda o fato de que muitos de seus articuladores igualmente se candidataram a cargos eletivos, embora o movimento tenha destacado que os candidatos tiveram de se afastar do movimento em função de regras rígidas internas a este respeito (GARCIA; LOPES. p. 9. 2017).

Para a nossa discussão, dentre os projetos elencados destaca-se o combate à corrupção e também as manifestações nas ruas, e os elementos que tornaram-nas tão robustas em termos de número de participantes. Antes, porém, de adentrarmos na discussão sobre o objeto próprio de análise, faz-se por bem apontarmos algumas contradições existentes na trajetória do VPR.

4.4 CONTRADIÇÕES NO MOVIMENTO E SUA ATUAÇÃO

Para além da questão do suprapartidarismo, já destacada ao longo desta seção, há algumas contradições na atuação do movimento, especialmente no que concerne à prestação de contas das manifestações. Segundo a biografia do movimento, lançada em 2016 por Chequer e Butterfield, é declarado que o financiamento para as manifestações vem de recursos próprios dos membros, doações, vendas de camisa, entre outras atividades (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016). Contudo, um movimento dessa magnitude quando vai às ruas gera custos altíssimos, mesmo se as manifestações fossem feitas em parceria com outros movimentos, como o MBL e o Revoltados Online. A única prestação de contas publicada pelo VPR diz respeito ao ano de 2017, publicada no site do próprio movimento³³. Mesmo que as múltiplas declarações de Chequer, já destacadas em suas entrevistas, insinuem a participação de setores do empresariado no núcleo duro do VPR, mais uma vez a cortina de fumaça cobre de onde surgem os valores e quem são os agentes financiadores do movimento.

³³ Documento relacionado a prestação de contas disponível em https://www.vempraru.net/downloads/prestacao_contas_2017.pdf

Em investigação conduzida pela BBC Brasil³⁴, foi descoberto que o domínio onde o site do VPR estava situado na rede foi adquirido pela Fundação Estudar, pertencente ao empresário Jorge Paulo Lemann, um dos sócios do conglomerado Ambev, da rede de fast food *Burger King* e diversos sites de comércio eletrônico em atuação no Brasil. Após a divulgação do fato, tanto o VPR quanto a Fundação Estudar declararam que tudo se tratava de um equívoco, cometido por um ex-funcionário que não compunha mais o corpo da fundação. O caso foi abafado e o endereço eletrônico do domínio onde o site do movimento VPR estava foi modificado e realocado para outro por sua equipe. Outras investigações jornalísticas foram realizadas sobre a atuação do VPR e sua associação com forças políticas, em espaços como o jornal *The Intercept Brasil*; delas destaco duas, publicadas em 2017 e 2019, respectivamente³⁵.

4.5 A ATUAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Os novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2017) conseguiram notoriedade em grande parte pelo uso amplo das mídias sociais, sendo um profícuo canal de comunicação entre os idealizadores das manifestações e o público interessado, indo além das manifestações para virar um canal de informação a seus receptores. Nesse sentido, precisamos refletir que a maneira de se informar e buscar a informação, seja ela corriqueira ou, em nosso caso, política, mudou com a popularização dos meios de comunicação via internet (RECUERO, 2011).

A esperançosa contribuição de Castells em seu já clássico *Sociedade em Rede* vê na sociedade em rede novas possibilidades de mudança social propositiva, numa grande teia global de transferência de informações. O autor anunciava que cidadãos antes isolados em opiniões pessoais, consideradas particulares, poderiam encontrar na sociedade em rede possibilidades de articulação, refletindo sobre as crises políticas e monopólio da mídia tradicional como o único veículo de comunicação política e cultural (CASTELLS, 2003).

Na obra aqui citada, o autor já destaca a possibilidade de novas articulações por parte dos movimentos sociais a partir das redes, algo essencial em diversas mobilizações sociais no Brasil e no mundo já no início do século XXI.

³⁴ Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-financia-os-grupos-que-pedem-o-impeachment/>

³⁵ <https://theintercept.com/2017/03/12/mbl-e-vem-para-rua-convocam-populacao-para-mais-uma-farsa/> e <https://theintercept.com/2019/08/11/deltan-lava-jato-vempraru-lobby-stf/>

Os movimentos sociais tendem a ser fragmentado, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. O fundamentalismo religioso – cristão, islâmico, hindu e até budista (o que parece uma contradição de termos) – Provavelmente é a maior força de segurança pessoal e mobilização coletiva nesses tempos conturbados. Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. (...) enquanto isso as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, religiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas (CASTELLS, 2003.p.41).

O movimento sobre o qual nos debruçamos, dentre outros já citados, utilizaram-se das redes sociais para convocar manifestações, aglutinar sujeitos em grupos e ainda transmitir informações que fossem do seu interesse com um linguajar próprio para os seus intentos. Sem as redes sociais, dificilmente os movimentos ocorridos desde os anos de 2013 até os dias atuais teriam alcançado seus intentos de maneira tão pungente. Sobre o uso das redes sociais a pesquisadora Raquel Recuero destaca a articulação nas redes e de que forma os indivíduos acabam se aglutinando nesses espaços virtuais, de acordo, principalmente, com o capital social que trazem de seu processo de socialização fora das redes, mas que reverbera no seu comportamento nelas (RECUERO, 2011; BOURDIEU, 2007).

Em nosso caso, temos um cenário onde a hipercomunicação traz de modo extremamente acelerado as informações para os sujeitos, que não mais precisavam esperar o dia seguinte, ou o boletim informativo televisionado para saber o que ocorria nas instâncias do poder. A sociedade hipercomunicada e hiperacelerada³⁶ (HAN, 2017), com o uso dos *smartphones*, computadores e *tablets*, apresenta a informação em tempo real para os sujeitos, e os movimentos citados no início desta seção, dentre outros, fizeram das redes sociais o seu principal veículo de convocação e informação. Segundo Chequer, na já citada entrevista concedida ao Programa Roda Viva:

“Não seria possível fazer o que nós fazemos, com a velocidade que nós fazemos, sem as mídias sociais. Nós utilizamos intensamente as mídias sociais não apenas para convocar, mas para informar.”

³⁶ Fruto da sociedade pós-fordista, em que o tempo passa a ser um elemento crucial em todas as instâncias da sociedade; o tempo para se informar também precisou se tornar mais dinâmico e acelerado devido às próprias transformações dos modelos de acumulação do capital.

Como nosso objetivo é compreender os usos do discurso anticorrupção na página do *facebook* do VPR, dedicar-nos-emos à análise das nuances presentes nas postagens, buscando com isso convocar elementos desse movimento com ecos passados do discurso anticorrupção, mesmo que numa nova roupagem, já que a imprensa e a televisão não são o foco do movimento investigado. Aqui, são as redes sociais que propiciam uma impressão de interação direta entre emissores e receptores (RECUERO, 2011; HAN, 2017). No caso da página Vem Pra Rua Brasil, alguns elementos podem ser destacados para uma melhor leitura das postagens selecionadas à análise na seção seguinte.

A página VPRB existe desde 2014 e reserva em seus dados postagens relacionadas aos momentos selecionados. Sua escolha para o estudo é justificada pelo caráter intacto da página, observado na presença de todos esses dados — a exemplo dos eventos ou manifestações convocadas, diferente de outros movimentos surgidos na mesma época, como o Revoltados Online³⁷ ou o próprio MBL. Estes tiveram suas redes sociais derrubadas diversas vezes, devido à agressividade de suas postagens e por serem dotados de discurso de ódio aos olhos da lei.

Convocando Bourdieu para o debate, destaquemos como a página organiza-se dentro do campo das ofertas político ideológicas (BOURDIEU, 2007). Diferente dos casos analisados por Bourdieu no contexto francês nos anos de 1970, a página possui semelhanças essenciais dos jornais de opinião. Mesmo possuindo um posicionamento firme, ligado a uma perspectiva liberal e empresarial como alternativa para a administração do Brasil, a página encouraça-se no discurso anticorrupção e no apartidarismo que vai além da não vinculação com um partido político. Ao se posicionar no mercado de opiniões (BOURDIEU, 2007) como uma instância que está acima dos interesses políticos, o movimento e respectivamente a sua página acabam caindo no gosto dos descontentes, especialmente após a vitória de Dilma por uma margem muito pequena comparada ao candidato Aécio Neves no pleito eleitoral de 2014.

A sua posição no campo das ofertas político ideológicas acaba se mostrando como um braço empresarial que não poderia se vincular a um partido político, mas precisava de representatividade e participação das massas para conseguir os seus intentos, feito conseguido pelo movimento em diversas manifestações nas ruas. Com o apoio “popular” o VPR acaba se colocando como “povo”, o “povo” nas ruas contra um governo corrupto e destruidor do país.

³⁷ O Revoltados Online existe desde 2010, mas só adquire notoriedade com o surgimento dos demais movimentos. Desde a sua fundação esteve ligado a um discurso eminentemente anti petista, e sua crítica aos elementos corruptíveis do partido só encontra lugar no coro dos descontentes quando torna-se uma temática em voga por todos os movimentos que se opunham ao governo Dilma.

A página do movimento VPRB funciona, no campo das ofertas político ideológicas, tal como uma revista política aglutinadora de indivíduos que corroborem com a sua visão acerca de determinados temas, entre eles a luta contra a corrupção. Nesse contexto, é possível uma reflexão sobre a narrativa da página e seu público, indagando se sua participação se inclina “para impor uma representação de si normalmente associada a uma condição superior e garantir-lhe a adesão e o reconhecimento que a transformam em uma representação legítima e objetiva” (BOURDIEU, 2007.p. 236).

Pensemos, portanto, nela enquanto participante do campo da oferta de opiniões político-ideológicas que valida o seguidor na posição de agente político; “muito mais do que opiniões ‘pessoais’ de que o leitor tem necessidade, eles lhe reconhecem a dignidade de sujeito político, capaz de ser o sujeito, não propriamente da história, mas no mínimo de um discurso sobre a história” (BOURDIEU, 2007. p. 418).

A comunicação direta, via *twitter*, *facebook* ou *Whatsapp*, do movimento trazia no bojo uma crítica aos meios de comunicação também já citados anteriormente, como jornais, revistas e as emissoras de televisão, mais uma vez aglutinando os indivíduos descontentes com a administração federal e que consideravam os meios de comunicação “tradicionais” como passíveis de opiniões particulares, e por vezes pendendo à esquerda ou à direita.

A possibilidade de participar de uma página do *facebook*, *twitter* ou grupos de *whatsapp* onde é possível expor suas opiniões por meio de comentários desenvolve nos sujeitos o ideal de que são todos liderança de um movimento idôneo. Contudo, convoco o exemplo de um dos grupos de *whatsapp* do referido movimento, cujo link de acesso é disponibilizado no seu site. Os referidos grupos não permitem que seus membros conversem entre si, de modo que apenas os administradores dos grupos — existindo centenas deles ligados ao VPR — podem publicar conteúdos informativos.



Figura 17 Um dos Whatsapps do VPR

Fonte: o autor

O mesmo ocorre no grupo e na página do *facebook* do VPRB: apenas administradores podem publicar, restando aos seguidores os comentários nas postagens. Às centenas, muitas vezes podem ser falas discordantes do que está exposto, mas acabam tornando-se mais um número, já que postagens com um grande contingente de comentários só trazem propaganda para a página.

Diante disso, num movimento que se diz suprapartidário, democrático, pluralista e surgido das necessidades do “povo” (CHEQUER; BUTTERFIELD,2016), não há uma participação evidente de membros que não compunham as lideranças na tomada de decisões. Apenas os administradores possuem voz, cabendo aos demais membros do grupo receber as informações como são lhes expostas. Tratando como verdade irrevogável algo que pode ser uma *Fake News*, os conteúdos são reproduzidos e reenviados para outros sujeitos num efeito de viralização da informação.

Situação semelhante ocorre com as publicações nos grupos do VPRB no *facebook* e em suas páginas³⁸. Nesses espaços virtuais a transmissão da informação representa a intencionalidade de quem emite o discurso, em outras palavras, as lideranças do movimento. Esse fenômeno se deu desde as primeiras manifestações do VPR até os dias atuais, no cenário de pandemia causada pela COVID-19, em que a internet se projeta com pungência ainda maior como grande canal de transmissão das informações.

O mesmo processo de viralização dá-se com as manifestações convocadas pela página principal, para os eventos na cidade de São Paulo. As subpáginas de cada estado acabam seguindo a mesma perspectiva da principal, marcando todos os eventos no mesmo dia e horário, produzindo por diversas vezes a impressão de que todo o Brasil estava nas ruas de verde e amarelo, cores que o movimento adotou para si. Sem o auxílio das redes sociais não seria possível essa articulação nacional. De modo semelhante aos grupos já citados, também não é possível postar algo no evento do *facebook*; o que ocorre é o incentivo por parte do movimento para que os “convidados” convidem também a sua rede de contatos na função “amigos” do *facebook*, inclusive explicando por meio de tutorial como realizar, num efeito manada, o convite de toda a lista de contatos automaticamente.

Manifestações convocadas pelo VPR na sua página:

Panelaço na casa de Graça Foster	03/02/2015
Mega Manifestação – Fora Dilma Fora PT!	16/08/2015
#NatalSemDilma – Marcha pelo Impeachment	19/10/2015
#NatalSemDilma – Marcha pelo Impeachment	26/10/2015
Impeachment: com o povo na rua, agora vai!	13/12/2015
Mega Manifestação – 13 de março	13/03/2016
Muro da Vergonha - Divulgando os que não apoiaram o Impeachment	03/04/2016
Prisão após segunda instância JÁ!	17/04/2016
Manifestação Nacional	31/07/2016
Ação em apoio a Lava Jato e as 10 medidas contra corrupção	17/09/2016
Livro do Vem Pra Rua – Lançamento	20/09/2016

³⁸ Remetemo-nos sempre à página Vem Pra Rua Brasil, mas outras páginas ligadas ao movimento existem, divididas por estados. Não obstante, funcionaram como reprodutoras do que foi dito na página sobre a qual nos debruçamos.

Vem Pra Rua apoiar a lava jato e as 10 medidas	20/11/2016
Vem Pra Rua – 4 de dezembro	04/12/2016
Manifestação – 26/3	26/03/2017
SOS STF – A hora da justiça	25/04/2017
Vem Pra Rua contra A Impunidade e pela renovação	27/08/2017
Ato em defesa da Lava Jato	03/12/2017
Ato em defesa da Justiça	23/01/2018
Manifestação – Ou você vai, ou ele volta	03/04/2018
Manifestação #TCHAUQUERIDOS	30/09/2018
PT NÃO	21/10/2018
Vem Pra Rua salvar a lava jato	07/04/2019
Vem Pra Rua dia 30/06	30/06/2019
9/11 – Prisão em Segunda Instância já!	09/11/2019
Sem segunda instância – Sem férias!	08/12/2019
Carreata em defesa da lava jato	15/08/2020
Manifestação contra o acordão pela impunidade	18/10/2020

*Os eventos destacados estão disponíveis para consulta pública na página Vem Pra Rua Brasil.

Todos os eventos, o motivo de cada manifestação, número de confirmados, número de recusas e número de convites enviados encontram-se disponíveis na página VPRB. Das diversas manifestações, a partir do número de indivíduos confirmados, podemos visualizar o crescimento do movimento. Nesse jogo político sobre o movimento, não é possível desmembrá-lo de suas redes como seu principal canal de atuação, sendo a partir delas, com enfoque na atuação no *facebook*, que pode ser destrinchada, em detalhes, a narrativa anticorrupção do VPR.

5 A PÁGINA VEM PRA RUA BRASIL E OS USOS DO DISCURSO ANTICORRUPÇÃO

Chegamos, finalmente, ao capítulo onde analisaremos seção por seção os diversos momentos de atuação do movimento VPR e como o discurso anticorrupção está posto nas postagens da referida página, refletindo sobre as questões e nuances por trás do referido discurso. Antes de adentrarmos nas postagens selecionadas para a análise, faz-se por bem dedicarmo-nos a explicitar como os dados foram recolhidos.

Diante das restrições estabelecidas pelo *facebook*, não é possível a utilização de softwares para auxiliar no recolhimento dos dados necessários para a pesquisa. A maneira encontrada para capturar esses dados foi a indicação básica de “captação de dados em redes sociais” (KOZINETS, 2014). Segundo Kozinets, “Duas formas básicas de capturar dados online são: salvar o arquivo em um modo legível em computador, ou como uma imagem visual de sua tela que aparece quando você vê os dados” (KOZINETS, 2002.p.96).

Isso faz-se necessário para que exista um recorte possível da amostra, uma vez que a página contém mais de 20.000 postagens. Tão grande volume inviabiliza a apreciação de todas as publicações, tornando-se válida uma seleção do material coletado. “A coleta de dados deve ser limitada a volumes de dados relativamente pequenos” (KOZINETS, 2002. p. 95), que tornem possível a posterior análise. Foram selecionadas 573 postagens da página VPRB versando sobre a questão anticorrupção; a partir desse conjunto, o tratamento e a análise realizou-se traçando elementos de similitude nos discursos das postagens, remetendo às questões elencadas adiante.

Principais termos encontrados nas postagens selecionadas:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Dilma	22	65	29	8	16	-	-
Impeachment	1	46	39	-	-	3	38
Lula	12	39	50	46	17	4	3
Sérgio Moro	17	41	62	34	58	40	70
Corrupção	25	50	40	35	65	18	46
Bandidos	9	18	28	21	30	14	40
Temer	-	4	30	45	-	-	-
Bolsonaro	-	1	4	35	70	45	49

*Tabela construída pelo autor com o conjunto de postagens pré-selecionadas antes da seleção final para o capítulo de análise. O número total ultrapassa as 573 postagens pelas temáticas estarem interligadas; por exemplo, em 2015 quando se fala de impeachment também se fala de Dilma e corrupção.

Para a análise do material coletado no *facebook*, seguimos tópicos propostos por Flick, numa análise de conteúdo. Trabalhamos com a perspectiva de codificar os dados em categorias analisáveis, em que, segundo Flick, “O mais importante é a sensibilidade do pesquisador na codificação do material em relação ao que nele ocorre” (FLICK, 2009, p. 295). Ainda de acordo com o autor, “as categorias são, em grande parte, elaboradas a partir do texto, mas são também recebidas da literatura” (FLICK, 2009, p.295), o que aqui ressoa, uma vez que trabalhamos com uma literatura pré-existente antes de nos inserirmos no campo, com a finalidade de uma melhor compreensão do tema abordado.

Buscamos, portanto, palavras-chave e elementos-chave nas postagens, o que nos possibilitaria encontrar pontos em comum na narrativa da temática proposta. Conseguimos destacar tais pontos durante o esforço analítico, os quais possibilitaram trazer a discussão a cinco tópicos que, além de essenciais para a compreensão da história do movimento VPR e os usos do discurso anticorrupção, também são críticos para compreender o Brasil contemporâneo e as forças políticas que se colocam em campo. Reduzimos as postagens até chegar a um número plausível para o trabalho de dissertação, algo possível pelos ditos pontos em comum, sem reduzir de cada uma dessas postagens: o discurso repetia-se em suas nuances, não sendo necessário trazer publicações além do selecionado para a análise nos próximos tópicos.

5.1 A PAUTA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Antes de chegarmos ao impeachment é necessário contextualizar a crise político administrativa que se instaurou no Brasil devido aos diversos escândalos político midiáticos. O Governo Dilma encontrou muitas dificuldades em seu primeiro mandato, sendo a principal delas a herança do mensalão como escândalo que maculou a imagem do PT. Mesmo que Lula tenha conseguido se reeleger em 2006 e Dilma a sua eleição em 2010, a chama da corrupção ligada ao partido já estava acesa e alimentada especialmente pelos setores das classes médias altas e das elites ligadas à direita. Nesse espaço estão os instrumentos midiáticos pelos quais nossa página em análise se insere.

No pleito eleitoral de 2014, as forças políticas estavam em campo apoiando a eleição do então candidato Aécio Neves, conseguindo largo apoio dos seus adversários no primeiro turno na empreitada contra a reeleição de Dilma, e nesse sentido, mais quatro anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Durante o processo eleitoral a questão da corrupção petista surgiu largamente, ao passo que os novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2017) ligados aos setores da direita declararam apoio ao candidato do PSDB.

É nesse contexto que a página VPRB começa, juntamente com os setores da direita organizada e os novos movimentos sociais em rede, a fincar pé no seu posicionamento à direita e contra a esquerda. Em diversas manifestações de apoio a Aécio estavam presentes as lideranças do movimento VPR, ganhando nesse cenário cada vez mais fôlego. Com a derrota do candidato Aécio Neves e a reeleição de Dilma por uma pequena margem, os setores direitistas viram mais uma vez o pleito eleitoral escorrer pelos dedos. Em números absolutos, Dilma somou 54,5 milhões de votos, enquanto Aécio 51,041 milhões, diferença tida como tão irrisória que acabou por reacender velhas características dos setores conservadores da direita brasileira. Destas destacamos três: o desrespeito ao pleito eleitoral quando os candidatos direitistas perdem as eleições, a crença de que o Povo não seria capaz de eleger candidatos idôneos e reforçadores de seus ideais e, por último, o caráter golpista, que vê golpes de estado com legitimidade em defesa da democracia.

Diferente das redes sociais de outros movimentos como MBL, Revoltados Online e Endireita Brasil, que pediam o impeachment de Dilma no dia seguinte às eleições, o VPR dotou-se de um discurso nas entrelinhas. Não legitimavam o processo eleitoral, acreditando em uma possível fraude, mas a tomada de posição com relação ao impeachment foi lenta e gradativa,

numa série de publicações que nutriam o discurso de que o PT afundou o Brasil em um “mar de lama”, e que algo precisava ser feito para mudar a forma de administrar o Brasil. Contudo, existem outros elementos chave nessas postagens que permitem uma interpretação mais profunda do VPR.

No início do ano de 2015 o movimento fez diversas manifestações, ainda sem pedir diretamente o impeachment; as postagens analisadas indicam que as manifestações convocadas pela página, ou em parceria com outros movimentos, eram pela defesa da democracia. Ao contrário de outros movimentos como o MBL e setores da direita que já conclamavam por um impedimento pós-eleitoral, a página na qual nos dedicamos começa a engrossar o coro dos que pediam pela saída de Dilma em abril de 2015, convocando sucessivos levantes, puxados pela VPRB que a esta altura já gozava de grande prestígio entre os apoiadores da direita.

Importante destacarmos que mesmo com a sua notoriedade, não foi apenas o VPR e os demais movimentos em rede que levaram o processo de impeachment a cabo. A mídia, especialmente a ligada ao setor empresarial, também engrossava o coro dos descontentes. Como destaca Maria Eduarda da Mota Rocha no que chama de rito de destituição de Dilma (ROCHA,2019), ao analisar as matérias do Jornal Nacional, Rocha traz mais uma visão sobre esse processo. Apesar de nosso objeto estar situado nas redes sociais e compreendermos que estas estabelecem uma relação mais íntima, por assim dizer, com os indivíduos, a mídia televisiva, os jornais e revistas situados à direita foram alguns dos vários braços que acabaram tirando Dilma do cargo de presidenta. Entendendo, portanto, a página VPRB como uma forte força comunicacional, analisemos a sua atuação no mercado de opiniões (BOURDIEU, 2007).

5.1.1 O interesse empresarial no impeachment



Figura 18 Publicação na VPRB.

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/570835733097779/?_rdc=1&_rdr

As primeiras postagens sobre o impeachment já traziam um caráter de emergência pelo que estava para ocorrer, carregando também uma pressão sobre instâncias de poder que julgariam como procedente ou não o pedido. No título da imagem está descrito “Impeachment é desenvolvimento”; a crise política enfrentada no Brasil também possuía seu braço na economia. Na imagem evidenciamos a questão empresarial dentro dos interesses da saída de Dilma do governo, nos intentos do VPR. Como se a saída do governo Petista fosse capaz de resolver todas as questões econômicas do país.

O Governo Lula veio numa onda de crescimento vertiginosa, especialmente em seu segundo mandato (SINGER, 2012), diferente do Governo Dilma que passou por uma grave crise econômica. Mesmo não tendo suas raízes na questão da corrupção, a crise foi associada dessa maneira pelo discurso dos setores conservadores, especialmente devido a algumas decisões tomadas pela presidenta para desagrado de seus opositores.

Nesse sentido a economia aparece atrelada à democracia, como condição essencial para a sua existência. Os motivos para o impeachment são necessariamente econômicos, não tendo sido comprovada a participação de Dilma em nenhuma das acusações que endossavam o processo. O mercado, ou na perspectiva do VPR, o livre mercado, aparece como acima de qualquer instância. O interesse do setor empresarial e do mercado surge nuançado como interesse do ‘povo’; os intentos empresariais podem ser, em nossa análise, interpretados nas postagens como interesses nacionais e plurais.

5.1.2 A inversão do “particular” e do “universal” pela VPRB



Figura 19 Publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/487798488068171/?_rdc=1&_rdr

Com a crise instaurada e o processo de impeachment passando pelas várias instâncias necessárias para ser levado a cabo, a página volta sua atenção ao PMDB, partido do vice-presidente de Dilma, Michel Temer. É importante salientarmos que a boa relação com o partido citado foi bastante utilizada pelo então presidente Lula para garantir a sua governabilidade. Entretanto, a relação entre Dilma e Temer já não estava em bons termos.

O VPRB passou a pressionar este partido, o qual eventualmente rompeu relações com o governo Dilma, deixando a então presidenta ainda mais encurralada no processo que se engendrava. A postagem acima, vale salientar, questiona se o PMDB atenderia a vontade do ‘povo’, mas de que povo a página estaria falando? Certamente, não a maioria eleitoral que colocou a presidenta em seu cargo no governo federal. Existe aqui uma relação complexa entre o particular e o universal (ROCHA, 2019) que precisamos desatar.

O capital simbólico (BOURDIEU, 2007) é essencial para a manutenção do Estado moderno, e o monopólio desse capital nas mãos da figura centralizadora do governo federal é uma condição indispensável para garantir a governabilidade (ROCHA, 2019). No caso brasileiro a figura da então presidenta deveria centralizar esse capital, contudo o jogo das disputas políticas estava contra Dilma. Segundo Bourdieu, o capital simbólico seria um

conjunto de elementos que garantiriam ao seu portador ou portadora a legitimidade de falar em nome da nação.

O que Rocha elenca como o ritual de destituição do poder de Dilma Rousseff ocorreu devido ao extravio do capital simbólico que a mesma detinha, enquanto representante do Governo Federal brasileiro. Diversas forças entram no jogo político buscando o monopólio de falar em nome da nação, incluindo nesse conjunto de forças os setores conservadores, onde a página analisada se insere. O universal, o poder de falar em nome do povo e defender os seus intentos sai das mãos de Dilma devido ao processo de destituição do poder simbólico, e outras instâncias e atores entram na disputa pelo caráter universal do discurso. Dilma, juntamente com o PT e o ex-presidente Lula, acabam inseridos na esfera do particular, ligados diretamente à corrupção. Segundo Rocha, “a corrupção é um recurso retórico particularmente importante nessa empreitada porque é a constatação da permanência de interesses particulares no interior do Estado, que aparece como uma traição ao caráter sagrado do poder estatal” (ROCHA, 2009. p. 366).

As diversas instâncias no contexto da crise estatal instaurada, das quais se destacam “a mídia, o Congresso, a Polícia Federal e o Ministério Público” (ROCHA, 2009. p. 366), disputam o monopólio de falar em nome do ‘povo’. Nesse sentido, no espectro da mídia, o VPRB está inserido buscando falar também pela ‘nação’, de modo que o povo destacado na postagem tratasse de uma transmutação, um desvio do caráter particular voltado para o universal.

Para os interesses da página, entretanto, podemos pressupor que os seguidores que endossam o coro dos descontentes identificam-se como representados por essa categorização particular, posta pelo VPR no campo das ofertas político ideológicas (BOURDIEU, 2007). Ainda sob a perspectiva bourdieusiana, ao analisar os jornais de opinião nos idos de 1970 em *A Distinção*, o autor advoga que “quando a pessoa lê algum – é um jornal de *opinião* apenas para alguns” (BOURDIEU, 2007.p. 412, grifo do autor), o que mostra o caráter particular das questões dispostas, mas sob uma perspectiva universalizante.

A questão do particular e o universal também pode ser explicitada na publicação do dia 21 de abril de 2016, com o título “Impeachment é esperança para o povo brasileiro”.



Figura 20 Publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/571345759713443/?_rdc=1&_rdr

Mais uma vez é notável que a página dotava-se do capital simbólico para falar em nome do país, como argumentamos ao longo desta seção. Dilma, tendo removida a sua “autoridade universal” (ROCHA, 2019. p. 365), passa a ser ligada de modo particular à corrupção e ao apoio ao ex-presidente Lula, utilizando de seu poder estatal para garantir, de acordo com o discurso da página, o encobrimento das investigações contra a corrupção promovidas pela operação Lava Jato. No mercado de opiniões a utilização dessa retórica imbui o movimento das armas necessárias para aumentar o seu poder simbólico (BOURDIEU, 2007), e à medida que o processo seguia pelas instâncias, a página ganhava cada vez mais influência e notoriedade, características que permitiram à mesma assumir um caráter autoritário no campo midiático, como discutiremos adiante.

A captura desse argumento de falar pelo nacional torna-se um dos principais elementos nas entrelinhas da VPRB. Colocar de um lado Dilma e seu vil partido e do outro os paladinos, lutando por um Brasil livre do mar de lama da corrupção, foi um recurso retórico de extrema importância para os desdobramentos nos meses seguintes.

5.1.3 A argumentação autoritária

O autoritarismo é mais uma questão fundamental para compreendermos as raízes mais profundas do VPR. Enquanto o movimento e a sua respectiva página iam ganhando espaço no campo político midiático, o seu tom tornava-se cada vez mais diretivo, muitas vezes atacando algumas das instituições democráticas na cruzada pró-impeachment. Entretanto, diferente de outros movimentos sociais em rede que atuavam de forma semelhante, a página VPRB não atacava as instituições tão agressivamente, visto que as páginas dos demais movimentos já citados foram diversas vezes excluídas pelo *facebook* e *twitter*, devido ao tom autoritário que muitas vezes remetia a discursos de ódio.

Segundo Schwarcz,

O autoritarismo representa o antônimo da democracia. Com o incentivo da Constituição de 1988, e trinta anos de exercício democrático, solidificamos nossos poderes, nossas instituições se tornaram mais robustas, e animamos a convivência social com a diversidade. Ainda assim, temos mostrado sinais de mau funcionamento das instituições e até mesmo da Constituição. Afinal, qualquer processo democrático, por definição, é incompleto, inconcluso, e pede sempre aperfeiçoamento” (SCHWARCZ, 2019. p.182-183).

Pode parecer ao leitor um contrassenso argumentarmos sobre o autoritarismo como o avesso da democracia num movimento que se diz plural e democrático e, supostamente, luta por todos os brasileiros de todas as classes sociais (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016). Não obstante, esse argumento perpassa a problemática do impeachment de Dilma e esteve presente em diversos momentos elencados adiante.

O autoritarismo midiático, presente na página e em mesma medida no movimento, representa uma de suas principais características, dado o espaço que ocupou no campo das ofertas político ideológicas e o capital acumulado, como representante das vontades gerais da nação. É algo que Bourdieu nos auxilia a refletir, ao pensarmos nessa atuação demonstrada como “o controle simbólico da experiência que se exprime através do discurso socialmente reconhecido como político e que supõe a eliminação de qualquer referência direta e exclusiva à situação de sua singularidade concreta” (BOURDIEU, 2007.p. 430), o que coaduna com o que argumentamos na seção anterior.

Destacamos da página três publicações representativas do argumento autoritário do VPR, postadas durante o processo de impeachment sofrido por Dilma, para analisarmos suas nuances.



Figura 21 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/562109727303713/?_rdc=1&_rdr



Figura 22 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/562063883974964?_rdc=1&_rdr



Figura 23 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/580444268803592/?_rdc=1&_rdr

O autoritarismo nas referidas postagens será analisado a partir de três chaves: o tom autoritário, a negação da alteridade e a intimidação por via do autoritarismo. Na primeira publicação, do dia 2 de abril, às vésperas da votação por parte dos deputados durante o rito de impeachment a imagem descreve que “o único atestado aceito para o não comparecimento na votação seria o de óbito”, num evidente tom de ameaça da força conservadora que a página já representava, contra os deputados e deputadas que não comparecessem. Há ainda a divulgação de que o governo federal estaria comprando os votos dos deputados por 400 mil reais, mais um argumento que tinha por intenção ligar Dilma a atividades corruptíveis.

Já na segunda postagem, do mesmo dia, são divulgadas as imagens de Valdemar da Costa Neto, Jader Barbalho, Collor de Melo e Paulo Maluf. Os quatro não foram citados arbitrariamente: são ligados a escândalos remetidos à corrupção, portanto associar essas figuras à manutenção de Dilma no poder serve aos interlocutores dessa mensagem, via *facebook*, a ideia de que a então presidenta seria tão corrupta quanto.

Há ainda uma questão a ser pontuada nesta publicação. Independente de corruptos, os citados possuem direito a se expressar politicamente dentro da esfera de poder, de acordo com o espaço que lhes foi garantido pelo pleito eleitoral. O desrespeito à alteridade de qualquer deputado, deputada, senador ou senadora, era tolerado pelo VPRB, uma vez que a exposição pública minava não apenas a sua ligação com a suposta, porém nunca comprovada, corrupção de Dilma, mas também trazia nas entrelinhas uma conexão de Dilma com a corrupção dos citados, num duplo ataque promovido pela página.

A terceira postagem corrobora com o argumento que destrinchamos aqui, em que o nome de senadores e senadoras que votaram contra o fim do mandato de Dilma foram expostos e ameaçados, no sentido de não serem mais eleitos nas próximas eleições. Evidentemente a VPRB não possuía todo esse poderio, mas a ameaça foi feita e o tom autoritário presente nas três postagens citadas demonstra isso. Representantes da página ganhavam cada vez mais força, na medida em que se colocavam como paladinos do processo que se engendrava, e que culminou na destituição definitiva de Dilma do cargo de Presidenta eleita pelo pleito popular, mesmo quando nenhuma das acusações feitas a ela tenham sido comprovadas.

5.1.4 O protagonismo no impeachment

No dia 31 de agosto de 2016 foi consumado o impeachment da presidenta Dilma. Nesta data, as diversas forças que tomavam para si o protagonismo na culminância do processo buscaram destaque: os novíssimos movimentos, a mídia televisiva, com evidência na atuação da Rede Globo de televisão, e os jornais. Nesse campo de disputas político midiáticas também se situa a página que aqui analisamos.



Figura 24 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/633013796879972/?_rdc=1&_rdr

Contudo, o VPR, mesmo assumindo lugar de protagonismo na cruzada pró-impeachment, não se coloca diretamente como feitor de tal processo. O protagonismo é dado ao ‘povo’ nas ruas, e mais uma vez tornamos ao argumento apontado na segunda seção de

análise, da expertise em transformar o particular em universal. Colocar a articulação que culminou na saída de Dilma no poder, envolvendo vários braços, nas mãos do ‘povo brasileiro’ é uma chave extremamente interessante por parte da página, revelando mais uma vez o seu capital social (BOURDIEU, 2007) de falar em nome da nação sem ser deslegitimada no processo.

Na mesma via, temos a imagem de uma passeata convocada pelo VPR como símbolo da vitória verde amarela contra a corrupção vermelha do PT, todos os elementos que podem ser evocados sobre a remoção do capital simbólico de Dilma escapam aos limites da investigação. A atuação dos novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2017) foi crítica à conquista das forças conservadoras; mas, diferente dos demais movimentos aqui circunscritos, o VPR atua nas suas redes a partir das entrelinhas, mantendo o discurso anticorrupção como eterno Norte sob o qual subjazem informações e nuances implícitas — algo que nossa análise busca demonstrar. A participação e o agir linguístico (BOURDIEU, 2008) dentro da página representa ainda uma tentativa de obtenção de *status*; uma vez que a questão nodal é a corrupção no Brasil, o posicionamento contra tal prática define os membros participantes enquanto “cidadãos de bem”, tanto nas lideranças quanto entre os membros e apoiadores da página e de movimento.

5.2 A ATUAÇÃO NO GOVERNO TEMER

5.2.1 O apoio a Temer

Antes da culminância do processo de impeachment, a página já o considerava consumado, aguardando apenas a passagem do mesmo pelas diversas instâncias pertinentes. Temer, então afastado publicamente do governo Dilma, já era tratado por muitos como presidente, e as dúvidas pairavam sobre como seria a sua atuação, se ela estaria de acordo com os ideais defendidos pelo VPR em sua página. Antes do impeachment, já trazia postagens sobre como dar-se-ia a passagem do poder para as mãos de Temer e do PMDB.



Figura 25 Publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/580510662130286?_rdc=1&_rdr

Na legenda podemos ler: “o Vem Pra Rua não só endossa como apoia integralmente essa ideia”. Cabe nesse momento destacarmos o caráter autoritário e ameaçador externado pela página, corroborando com o processo de impeachment em voga. Eliminar todo e qualquer resquício do PT das estruturas possíveis seria um dos nortes de Temer, segundo a publicação. Após o impeachment, um período de incertezas e desregulação econômica continuou assolando o país, o que levou o VPR a se posicionar publicamente sobre não apoiar diretamente o então presidente.

AFINAL, O VEM PRA RUA É A FAVOR OU CONTRA O TEMER?  **VemPraRua.net**
VOCE MUDANDO O BRASIL

O Vem Pra Rua não apoia pessoas ou partidos. Apoia ideias e iniciativas.

O Movimento Vem Pra Rua não apoia pessoas. Temos a obrigação de manter independência para poder criticar aquilo que for contra os nossos princípios e valores.

O Movimento Vem Pra Rua apoia iniciativas. Aquelas que vierem ao encontro dos nossos valores e que ajudem a estabelecer uma linha segura para o futuro que desejamos para o Brasil.

Com relação ao governo Temer, apoiaremos as iniciativas que julgarmos louváveis e criticaremos acidamente as que não o forem. Aquelas relacionadas às reformas estruturais, por exemplo, têm e terão nosso apoio, assim como os temas que se referem ao equilíbrio fiscal do governo.

Já algumas decisões políticas, como por exemplo a demora na demissão do Ministro Geddel, foram erradas na nossa avaliação e por isso bastante criticadas.

Até o momento, o Vem Pra Rua entende que não há o que justifique uma campanha contra a continuidade do governo Temer. O balanço do que foi feito até agora é positivo. Poderia ter sido melhor? Com certeza, mas ainda é positivo.

A eventual participação de Temer em articulações junto ao Congresso para emplacar aprovações de medidas positivas é parte da vida política no sistema presidencial vigente. Da mesma forma, sua participação em articulações nocivas à nação, a favor de interesses pessoais ou que permitam e até facilitem que criminosos saiam ileso, é e sempre será inaceitável.

Ao contrário do que alguns afirmam, e do esforço de setores da mídia para nos caracterizar como tal, não defendemos nem estamos construindo um caminho para defender o "Fora Temer". Isso poderá mudar, dependendo exclusivamente das escolhas do governo.

Permaneceremos vigilantes. **Nossa obrigação e responsabilidade é com o Brasil.** O Vem Pra Rua é suprapartidário, a favor da DEMOCRACIA e de um ESTADO EFICIENTE E DESINCHADO.

Figura 26 Publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/680632492118102/?_rdc=1&_rdr

Mais uma vez os ideais do movimento, já expostos à exaustão, surgem, buscando demonstrar que este não está a favor de ninguém, a não ser de seus próprios interesses intrínsecos. À medida que o mandato de Temer seguiu, os frutos de sua incompetência e ingovernabilidade eclodem e instigam manifestações ‘Fora Temer’ por parte dos setores da esquerda; estas, porém, não foram coadunadas pelos movimentos da direita, que visavam manter a governabilidade do então presidente.

5.2.2 A esperança econômica da direita

Durante certa fração de tempo, especialmente no primeiro ano de seu mandato, ainda existia um apoio brando a Temer por parte da VPRB, em função da possibilidade de estabilidade fiscal e do tratamento econômico liberal posto em prática pelo presidente e sua equipe de

governo. Como exemplos disso, o veto a reajustes salariais, redução dos subsídios estatais para as políticas distributivistas, universidades públicas e SUS, dentre outros.



Figura 27 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vemprarua.net/posts/628668563981162?_rdc=1&_rdr

O “apoio de 100% da população brasileira” é novamente uma tentativa da página de falar em nome da nação, numa disputa no campo das ofertas político ideológicas (BOURDIEU,2008) entre as demais instâncias que já destacamos. É bom lembrarmos, como já foi discutido, da ligação íntima entre o VPR e o setor empresarial brasileiro. Esse tipo de política de austeridade e notadamente liberal encabeçada por Temer agradava ao setor, contudo a crise política que se desenvolveu no governo Dilma atingiria em cheio o novo governo, em parte por sua própria incompetência. A corrupção, pedra fundamental do VPR, assombraria o então presidente, mesmo que no seu caso as denúncias não tenham sido levadas a cabo como aconteceu com Dilma Rousseff. Este cenário, no entanto, seria agravado pela degradação do governo de Michel Temer.

5.2.3 As denúncias contra Temer: a associação com o PT

O então presidente também se tornou alvo das políticas anticorrupção da página. Mantendo a postura de não apoiar corruptos, seguido das denúncias a página repudiou a atitude do Congresso Nacional de arquivar a possibilidade de um impeachment de Temer, ou até mesmo uma impugnação da chapa eleitoral Dilma-Temer.

Nesse ínterim, defender Temer iria de encontro às ideias que garantiram ao VPR seu status de paladinos de uma política limpa, no campo midiático. Entretanto, apesar de não defendê-lo, a página assumiu uma postura branda após a publicação do dia 2 de agosto de 2017, em relação às publicações devotadas à presidência de Dilma.



Figura 28 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.349850951862926/826028277578522/?_rdc=1&_rdr

Mesmo com um forte argumento, em momento algum a VPRB apoiou o impeachment de Temer; ao contrário do discurso no ano anterior, a página lançava a proposta do ‘Renúncia Temer’ ou ‘Renuncie Temer, pelo bem do Brasil’. Ao se referir ao presidente o discurso era sempre este: o impeachment do mesmo não representava algo interessante para o país em termos econômicos, haja vista a fuga de capital estrangeiro desde o início da crise política em 2014. Frisemos ainda que o governantes estava fazendo, segundo o jargão da esquerda, o trabalho sujo que o setor conservador e liberal propunha com as reformas citadas neste capítulo, de modo que enquanto Temer mantivesse essa posição, a página não o atacaria.

Com essas cartas ainda em jogo, Temer utilizou-se da postura liberal, própria do PMDB, lançando mão de reformas pelas quais os setores empresariais e das elites políticas ansiavam.

Das reformas da previdência, trabalhista e administrativa, as duas primeiras saíram do papel em seu governo e foram elementos cabedais para garantir a sua governabilidade. A chaga da corrupção de Temer, no entanto, estava inflamada pelos meios de comunicação, e a página VPRB não poderia ficar de fora. A grande indignação nacional, construída nos argumentos da página, devido ao arquivamento das denúncias pelo congresso dá início a um processo de criminalização de Michel Temer, algo que já vinha se costurando desde antes da votação no congresso para tal arquivamento.



Figura 29 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/779883592192991/?_rdc=1&_rdr

A ligação de Temer com as figuras de Lula e Dilma, sempre atreladas à corrupção na página, serve à função de endossar o discurso de que o mesmo é também um político corrupto. O arquivamento pelo congresso do seu processo só serviu para inflamar ainda mais os ânimos, pondo o então presidente contra o discurso anticorrupção. Podemos pensar que, numa categorização geral, mas não arbitrária, o mandato de Temer ficou no fio da navalha durante todo o período em que esteve no poder federal. Porém, desde que o mesmo cumprisse os intentos dos setores ligados à VPRB, seguindo uma postura liberal e tirando do papel as reformas já elencadas, a página mantinha-se em silêncio. Com o passar dos meses, contudo, o tom autoritário e agressivo voltou às suas publicações, dessa vez com um tom de ameaça direcionada diretamente ao presidente.

5.2.4 Caráter intimidador: não mexe com a Lava Jato!”

Neste momento dedicamo-nos de modo mais pungente ao caráter autoritário da página. É uma questão já suscitada, mas que, dada a notoriedade com a qual aparece nos discursos presentes das postagens, merece um aprofundamento teórico que oriente, de modo mais assertivo, a nossa análise sobre as entrelinhas do discurso anticorrupção ligado ao autoritarismo na VPRB.



Figura 30 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/787891611392189/?_rdc=1&_rdr

Nas legendas dos meses seguintes o VPR mandava recados diretos para o presidente. “Estamos de olho”, “estamos atentos”, “cuidado!” tornaram-se palavras de ordem para se referir ao mesmo. Dado o capital simbólico (BOURDIEU, 2007) adquirido pela página, já com três anos de atuação no campo das ofertas político ideológicas, a mesma gozava desse poder, podendo direcionar-se ao então presidente da forma acusatória com a qual, pressupõe-se, tratou Dilma. Para isso seria necessária uma grande articulação entre os movimentos sociais em rede e dos próprios setores políticos.

Entretanto, as ameaças não passaram das postagens. Enquanto setores da esquerda ainda lutavam em nome do “Fora Temer”, aqueles conservadores, como é o caso do nosso objeto, tentavam encurralá-lo, mantê-lo sob controle para que a agenda liberal fosse mantida em prática. Qualquer passo em falso que pudesse colocar Temer fora da linha do liberalismo tornava-se alvo de críticas e acusações.

Postagens com esse teor demonstram o caráter autoritário do VPR, ligado diretamente a uma esfera patrimonial e à busca pelo lucro, próprios do liberalismo econômico. São achados que coadunam com o argumento adorniano sobre a agressividade autoritária — revelada em seus traços socioculturais, destacado nos anos de 1950 por Adorno e demais pesquisadores e pesquisadoras sobre o autoritarismo:

Não se pode falar de projeção sem falar de agressividade; não se pode discutir agressividade sem mencionar frustração; não se pode analisar a frustração sem chegar ao que é popularmente conhecido como inveja; e não se pode falar de inveja sem prever a ganância e a atitude social que a acompanha regularmente, e assim por diante (ADORNO, 2016. p.12. tradução nossa).

Esse traço específico da personalidade autoritária tende sempre a repelir e condenar aquilo que não se alinha com os interesses do sujeito, ou do conjunto de sujeitos. Carrega uma profunda hostilidade e agressividade no discurso, em especial por meio de elementos patrióticos e morais (ADORNO, 1950). Tais elementos são razões explícitas do VPR, ancorado no patriotismo do discurso à indumentária, para justificar suas ações contra a corrupção como propriamente morais, a exemplo da postagem a seguir.



Figura 31 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.349850951862926/878049315709751/?_rdc=1&_rdr

A operação lava jato, amplamente apoiada pelos setores conservadores, tornou-se ao longo de sua atuação um dos principais elementos que o VPR utilizou em defesa da democracia, mesmo num tom autoritário. A aclamação da operação vai de acordo com o tópico anterior, em que elementos corruptíveis na Petrobras, notadamente no Governo Dilma, aumentam a pungência do discurso anticorrupção. Se Temer se atrevesse a interferir nas investigações ou

nos atores sociais envolvidos na operação, a página não tardaria em interferir. A lava jato é um elemento essencial para nossa análise e merece um tópico próprio dada à sua importância para o VPR.

5.3 A DEFESA DA JAVA JATO E A PRISÃO DE LULA

5.3.1 A Lava Jato e a construção de um novo herói nacional na VPRB

A operação Lava Jato teve suas origens em 2008, com investigações da Polícia Federal, mas só veio receber tal alcunha anos depois. Com uma série de prisões iniciadas a partir da investigação, prisão e delação do doleiro Alberto Youssef, vários atores políticos foram identificados num grande esquema de corrupção que passava pelas instâncias municipal, estadual e federal, no congresso e também no Senado. No ano de 2014, muitos consideraram a operação como um dos grandes elementos desencadeadores da crise política, administrativa e econômica no país.

Não nos cabe descrever minuciosamente todos os ocorridos durante a referida operação, mas é importante destacarmos seu papel no campo midiático. Jornais, revistas, telejornais, bem como os grupos que se organizavam politicamente na internet, discutiam a lava jato, que só se tornou conhecida nesses termos quando os escândalos de corrupção na Petrobras vieram à tona. Funcionava como uma caça às bruxas, um verdadeiro espetáculo diário de acusações aos políticos corruptos em todas as instâncias governamentais.

A principal figura dentre os líderes da operação foi o juiz Sérgio Moro, citado diariamente nas diversas mídias por costumeiramente apresentar de forma escancarada as evidências da corrupção no âmbito federal, direcionada diretamente ao Palácio do Planalto. Naturalmente, como a narrativa anticorrupção recente no país passa por esse viés, Dilma e, particularmente, Lula foram postos em xeque como grandes articuladores dos esquemas criminosos investigados.



Figura 32 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/746642948850389/?_rdc=1&_rdr

Esses fatos por si já suscitam que a página VPRB e o movimento como todo, haja vista a ocorrência de manifestações nas ruas em defesa da lava jato, buscaram assumir o protagonismo nessa narrativa. De Sérgio Moro, a página e alguns outros instrumentos da mídia construíram a imagem do novo herói nacional, que não teria medo de lutar contra a corrupção a todo custo. A figura de Moro cresceu em popularidade como o herói verde e amarelo, buscando a menor grama de pó que pudesse criminalizar algum político — especialmente se fosse petista.

Evidentemente, a narrativa que construímos é diacrônica. As questões já elencadas como cabedais às investigações da Lava Jato estavam em curso durante momentos que já narramos, como o processo de impeachment de Dilma. Contudo, todos os fatos destacados ao longo deste capítulo estão interconectados na lógica anticorrupção. Por escolha metodológica nossa, optamos por tratar essas seções diacronicamente, mas sem perder o foco do que cada uma delas representou à VPRB.

5.3.2 A Lava Jato e a criminalização de Dilma



Figura 33 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/posts/351809045000450?_rdc=1&_rdr

Nesta publicação do ano de 2014 há uma evidente tentativa de ligar Dilma ao esquema de corrupção investigado pela Lava Jato. Contudo, como destacado na primeira seção deste capítulo, nenhuma das denúncias direcionadas à Dilma foram comprovadas e levadas a cabo; no entanto, qualquer detalhe que surgisse servia de pretexto para a trama anticorrupção aparecer novamente e minar a imagem dela e de seu partido.

A narrativa de Sérgio Moro como o herói nacional começa a se costurar à página no ano de 2015; um líder era necessário para ter o protagonismo na cruzada contra a corrupção petista, e os setores da mídia direita haviam encontrado o seu. Sobre essa perseguição direta ao Partido dos Trabalhadores destacamos a contribuição de Bourdieu sobre a cultura política, em que o autor postula:

Todos os julgamentos políticos, incluindo aqueles que pretendem ser os mais clarividentes, comportam uma parcela inevitável de *fides implicita* que se deve à própria lógica da escolha política enquanto escolha de *porta-voz* e procuradores, além da escolha de ideias, opiniões, projetos e planos, encarnados em “*personalidades*”, que dependem em sua realidade e credibilidade, dessas “*personalidades*” (BOURDIEU, 2007. p.397. grifos do autor).

A credibilidade confiada a Moro pela VPRB garantiu ao mesmo os aportes necessários no campo das ofertas político ideológicas (BOURDIEU, 2007), tornando sua palavra indecorosamente as palavras da lei. A conduta anticorrupção do juiz foi desde o ano de 2015 uma das pedras fundamentais das postagens. Salientamos que, tratando Sérgio Moro como “o herói”, estamos relatando a construção discursiva produzida no espaço de emissão de mensagens da página.



Figura 34 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruabrazil/photos/a.344411022406919/425610024287018?_rdc=1&_rdr

#SomosTodosMoro tornou-se um dos jargões do VPR, utilizado à exaustão em diversas postagens da VPRB relacionadas à Lava Jato. O texto da referida publicação também discorre que cada vez mais perto estaria Moro de chegar à Dilma, Lula e PT, num período em que o impeachment não havia sido consumado e o rito de destituição do capital simbólico de Dilma (ROCHA, 2019) ainda estava se entrenchando. A participação imagética de Moro nesse processo é, em nossa análise, essencial à criminalização de Dilma.

5.3.3 O cerco ao PT

A atuação da Lava Jato, com diversos mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva. A caça aos corruptos, como ficou

conhecida, não se limitava ao Partido dos Trabalhadores; não obstante, na página que analisamos a narrativa da operação aparece ligada diretamente ao referido partido, associando sempre que possível a imagem de Moro à caçada ao PT.

As investigações debruçaram-se especialmente sobre o ex-presidente Lula, destacando-se o cerco na data 4 de março de 2016, quando às 6 da manhã a Polícia Federal foi até a residência do citado com um mandado de busca e apreensão para evidências que conectassem o ex-presidente à investigação em voga. Na mesma data foi decretada a condução coercitiva de Lula para prestar esclarecimentos à PF, fato este muito caro à nossa narrativa. A ação foi veementemente criticada pelos setores ligados à esquerda, a exemplo do Instituto Lula apontando a medida coercitiva como um ‘atentado à democracia’. Setores da direita, por sua vez, comemoravam o fato de finalmente Lula estar na mira de Moro. Além da condução do ex-presidente, pode-se destacar também o uso de grampos telefônicos, não apenas para Lula e sua família, mas também para a própria Dilma ainda no cargo de Presidenta.



Figura 35 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/813710832143600/?_rdc=1&_rdr

Dotada de um caráter autoritário e anti-institucional, a VPRB construiu a sua teia de narrativas contra Lula já no ano de 2017. Com a aproximação do pleito eleitoral no ano seguinte, as publicações tornaram-se mais pungentes em sua narrativa, como podemos observar na postagem acima.

De certa maneira, o discurso da página ao descreditar decisões tomadas por órgãos responsáveis remete à conduta udenista, a qual constantemente deslegitimava decisões desfavoráveis a seus intentos. A página convoca uma “operação limpeza”, à semelhança do Udenismo conclamando por um Golpe quando achou conveniente — mesmo colhendo os frutos amargos dessa decisão. Os aspectos aqui evidenciados trazem-nos os ecos do passado e a herança udenista do Século XX para os novíssimos movimentos sociais.

Vem Pra Rua Brasil ✓
24 de setembro de 2017 · 🌐

Lava Jato amplia cerco a Lula com mais 6 apurações.

Investigações 6
Denúncias 2
Ações penais 7
1 CONDENAÇÃO

POLITICA.ESTADAO.COM.BR

Lava Jato amplia cerco a Lula com mais 6 apurações
Condenado a 9 anos e 6 meses de prisão, réu em 6 processos e de...

👍👎❤️ 3,3 mil 191 comentários 789 compartilhamentos

Figura 36 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/posts/855342697980413?_rdc=1&_rdr

Os ânimos no setor político mantiveram-se acirrados e o alvo continuou nas costas de Lula. Ao declarar que participaria do pleito eleitoral de 2018, a direita preocupou-se, afinal, mesmo com tantas denúncias, Lula ainda gozava de alto prestígio, especialmente entre as classes populares e alguns setores da esquerda que não se distanciaram do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, o cerco pode ser analisado por duas lentes: a primeira seria impedir a volta do PT ao governo federal; a segunda diz respeito à pressão pela efetivação das reformas citadas na seção anterior sobre o governo Temer, visto que dificilmente passariam

caso Lula voltasse ao poder. Nesse ínterim a Lava Jato continuou com as investigações, veementemente narradas pela VPRB, a qual inflamava a sociedade a se organizar contra a corrupção, ou seu possível retorno.



Figura 37 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/posts/869640463217303?_rdc=1&_rdr



Figura 38 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/889899671191382/?_rdc=1&_rdr

5.3.4 A prisão de Lula e a ameaça às instituições democráticas

Com o encaminhamento das investigações o cerco a Lula fechava-se cada vez mais, e enquanto a questão passava por várias instâncias, conteúdos como o elencado anteriormente sobre o arquivamento de denúncias por parte do Superior Tribunal Federal eram publicados. O VPR parecia ameaçar nas entrelinhas o STF e demais instituições democráticas que de algum modo favorecessem Lula, ao evitar a sua prisão.



Figura 39 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/978122072369141/?_rdc=1&_rdr

Salvar Lula significaria, nos argumentos da página, salvar todos os corruptos, condenados e ainda por condenar. É uma proposição de evidente tentativa de intimidação, reforçada pelo número de prisões, mandatos cassados e demais medidas de retaliação, e até mesmo recuperação de dinheiro público desviado.

A figura de Moro como líder, consagrado pelo VPR, coaduna com os elementos próprios da sociedade capitalista acelerada, em que desde o seio familiar se é desprovido de capacidade crítica e a família transforma-se em uma mera reprodutora de valores capitalistas, assim como demais instâncias a exemplo da própria indústria cultural. Já adultos, os indivíduos destituídos de autonomia crítica acabam virando dependentes da figura de um líder, o qual por vezes reproduz os ideais próprios de interesse do grande capital. Como nos diz Adorno, “essa

dependência, no entanto, não é focada nem consciente; é antes uma necessidade de ajuda de outros para se obter coisas; as pessoas de quem as coisas podem ser obtidas podem igualmente ser os pais, ou o ‘líder’, ou qualquer outra pessoa que pareça capaz de oferecer apoio tangível” (ADORNO, 1950. p. 353. Tradução nossa). A dependência pela figura do líder expressa-se tanto no âmbito da página, quanto na conduta de seus seguidores ao corroborarem com os argumentos expostos pela mesma.

A prisão só veio a ser decretada pelo próprio Sérgio Moro em 5 de abril de 2018, momento em que o pleito eleitoral a correr neste ano já estava em voga e a figura de Jair Bolsonaro começava a crescer lentamente nas pesquisas. Os dias anteriores à ordem de prisão já contavam com um clima de celebração na página, e quando a ordem foi encaminhada para o TRF-4 a página imediatamente postou esse momento de vitória.



Figura 40 publicação na página VPRB

Fonte: <https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/1015664821948199>

Na postagem do exato momento exato em que a ordem de prisão foi divulgada à imprensa, a página fez questão de na sua postagem celebratória apresentar o nome de Moro como algoz. A narrativa construída do bem e da justiça, Sérgio Moro, contra o mal, nas figuras de Lula, corrupção e PT, estava finalmente chegando ao fim. Por mais folhetinesco que possa parecer, foi dessa forma que a página se posicionou, construindo tal narrativa para seus seguidores e administradores, como estamos acompanhando ao longo das postagens destacadas junto ao texto escrito.



Figura 41 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraruia.net/photos/a.344411022406919/1015674195280595/?_rdc=1&_rdr

A prisão só veio a acontecer no dia 7 de abril, visto que Lula tinha até aquele dia para se apresentar à Polícia Federal do estado de Curitiba, a fim de cumprir a sua sentença. Foi no sindicato dos metalúrgicos no ABC Paulista que Lula permaneceu até sair de carro, rumo ao destino que a luta anticorrupção lhe reservava. Durante o intervalo entre a ordem de prisão e a apresentação à PF, mesmo respeitando o prazo legalmente definido, o ex-presidente não deixou de ser atacado por isso na página.

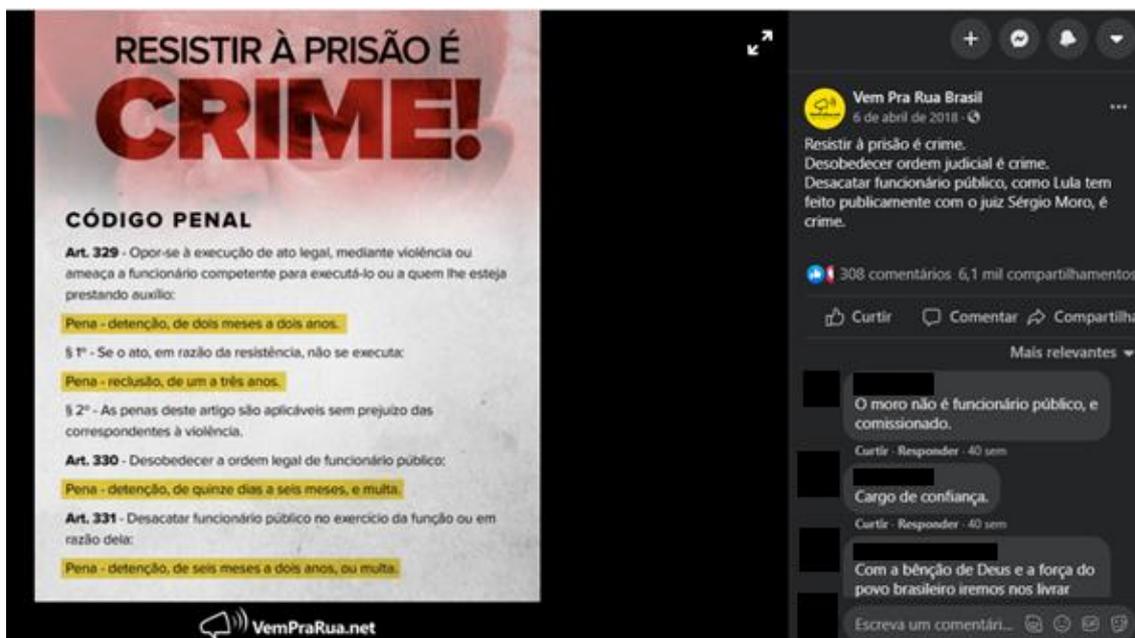


Figura 42 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1016281018553246/?_rdc=1&_rdr

Na visão do movimento, encerrava-se com a prisão de Lula o grande ciclo narrativo de destruição do Partido dos Trabalhadores, e em nossa análise de seu capital social (BOURDIEU, 2007), conquistado com muito suor pelas suas lideranças, incluindo o próprio Lula. O grande obstáculo das elites para o pleito presidencial havia sido removido, Sérgio Moro continuava como herói na voz do VPR, Bolsonaro vinha crescendo pouco a pouco enquanto conquistava apoio dos setores mais conservadores e moderados, a página continuava a gozar do seu prestígio. Então, o Brasil estava salvo da corrupção?

5.4 AS ELEIÇÕES DE 2018 E A ATUAÇÃO DA VPRB

5.4.1 A ascensão de Jair Bolsonaro

Jair Messias Bolsonaro foi deputado federal por sete mandatos, entre 1991 e 2018, e durante os notórios acontecimentos de enrijecimento da direita e extrema direita no Brasil após 2013, a sua figura e declarações apontavam para a personificação de um indivíduo extremamente autoritário e com um profundo desrespeito pelas estruturas democráticas — instâncias estas que o mesmo parece não compreender. De suas declarações, antes de

refletirmos um pouco sobre seu processo estruturante até se tornar o presidente da república, destacamos dois momentos, dentre muitos, em que Bolsonaro mostrou a sua posição reacionária e conservadora.

O primeiro foi a exaltação ao Golpe Militar, chamado pelo mesmo de ‘revolução’ no Congresso Nacional por meio de uma faixa; o segundo foi a aclamação a Carlos Alberto Brilhante Ustra durante a votação pelo impeachment de Dilma. Ustra foi um dos grandes torturadores nos anos de chumbo, sendo inclusive um dos responsáveis pela tortura da então presidenta Dilma, quando foi presa pelos militares. É evidente o sadismo de Bolsonaro expresso em seus discursos, e sua intenção de concorrer à presidência parecia à primeira vista uma piada de profundo mau gosto; contudo, a história mostrou-se bastante trágica para a democracia brasileira.

Diante das diversas e polêmicas falas de Bolsonaro, o mesmo começou a crescer em sua rede de relações e prestígio (BOURDIEU, 2008), dentre os setores da direita, conservadores, e mesmo os moderados. Nesse momento podemos começar a alinhar as questões relacionadas à chegada de Bolsonaro ao poder com a conduta da VPRB. No cenário que vislumbramos, a emergência dessa mentalidade conservadora no Brasil (LERNER, 2019) possui grande participação dos novíssimos movimentos sociais e da imprensa de um modo geral. O fantasma da corrupção, que, lembremos, é a pedra fundamental do movimento aqui analisado em sua representação no *facebook*, ainda assombrava o Brasil; mesmo após todo o ritual de destituição do PT, a página ainda açulava o ‘povo brasileiro’ a lutar contra a corrupção.

Nesse contexto, Jair Bolsonaro surge como um ator político não ligado às instâncias corruptíveis em investigação. Pelo contrário, em seu discurso violento não pedia a prisão dos condenados, mas sim que fossem fuzilados contra um paredão, ou mesmo que tivessem a mão direita cortada. Afirmações dessa natureza alinham-se com o sentimento de buscar justiça contra a corrupção a qualquer custo, instaurado nos setores ligados à direita e alimentado, em sua mentalidade violenta para com o outro, pelos novíssimos movimentos sociais em rede, em que incluímos o VPR. Pode não ter sido a intenção do movimento criar Bolsonaro como personagem dessa narrativa, mas sua participação na alimentação do mesmo torna-se evidente quando analisamos toda a conduta na página estudada.

Aplicando a perspectiva de Adorno, conseguimos tipificar a personalidade autoritária de Bolsonaro em três dos seus tipos, o que se revela extremamente problemático para um presidente, mesmo que para Adorno esses tipos autoritários não sejam excludentes. O primeiro

seria O Rebelde, o indivíduo que se rebela contra todo tipo de autoridade em desacordo com os seus intentos, o que podemos perceber em Bolsonaro pelo mesmo ainda viver na ilusão militar no Brasil. O segundo tipo seria O *Crank*, uma vez que para Adorno indivíduos com esse tipo de personalidade seriam ‘alucinados’ e vivendo dentro de uma realidade interna, mas que faz sentido no esquema mental que monta; *cranks* são também dotados de mania de perseguição constante, quando expressam que todos conspiram contra ele. O terceiro tipo no qual buscamos compreender a personalidade autoritária de Bolsonaro seria o Manipulador, tratado por Adorno como o mais perigoso. Indivíduos com esse traço, especialmente os que se encontram em posições de liderança, acreditam que todos são passíveis de manipulação e, quando conseguem, tentam por essa manipulação a cabo (ADORNO, 1950).

Diante dos exemplos extraídos da teoria adorniana, podemos refletir sobre cada um dos pontos elencados. Bolsonaro desacredita nos demais poderes que compõem a democracia Brasileira, especialmente o STF; a perseguição do mesmo para com os seus opositores só revela ainda mais seu caráter alucinado, especialmente com o Partido dos Trabalhadores, quando o próprio reproduz a narrativa de que o referido partido destruiu o Brasil. Um último exemplo vem de seu aspecto manipulativo, visto que, seguindo a mesma perspectiva do então presidente americano Donald Trump, Bolsonaro descredita os órgãos de imprensa ao determinar que todos são golpistas e estão contra ele, passando a dar declarações em sua página pessoal no *twitter*, *facebook* ou *instagram*. Esse descrédito para com a imprensa pode ser observado desde antes do pleito eleitoral, quando o mesmo se recusou a participar dos debates no primeiro e segundo turnos.

Podemos elencar alguns elementos de similitude entre o VPR em sua atuação e a campanha de Bolsonaro como presidenciável. Primeiro, o uso da indumentária: o verde e amarelo foi adotado pela campanha bolsonarista com intenção de mostrá-lo como um candidato propriamente patriota, colocando-se no campo político com intenção de defender o Brasil e os brasileiros; é uma estratégia também utilizada pelo VPR em suas manifestações de rua e nas cores de seu site, dentre outros elementos. Outro ponto em comum é a pauta anticorrupção: Bolsonaro alegava que todos os corruptos seriam punidos e que o Brasil se tornaria grande novamente, alusão ao *slogan* ‘make america great again’ de Donald Trump em sua campanha presidencial nos Estados Unidos da América. O caráter punitivo em relação aos corruptos também pode ser remetido à conduta do VPRB em sua página.

Elementos como os citados podem tecer a um indivíduo a ligação direta entre Bolsonaro e o movimento que nos dedicamos a analisar. Entretanto, a história provou-se bastante diferente.

A aposta em Bolsonaro era muito arriscada e o VPR sabia disso; analisemos as postagens relacionadas ao primeiro e segundo turnos, e verifiquemos como o discurso da página não apoiava Bolsonaro, indo na verdade contra uma volta do PT ao poder.

5.4.2 A VPRB no primeiro turno do pleito presidencial em 2018

Durante o primeiro turno das eleições presidenciais a página VPRB atuou em três frentes específicas: estimular a participação da população nas eleições, pois muitos, motivados pela crise política corrente e a descrença nas forças políticas em disputa, alegavam que votariam nulo; lutar pela não eleição de candidatos com histórico relacionado à corrupção, ou de candidatos petistas de modo geral; e, por último, manchar ainda mais a imagem do PT durante a campanha, nos níveis estadual e federal. O ataque era constante, voltado particularmente ao candidato à presidência Fernando Haddad.

Essa conduta do VPR não foi única, visto que outros movimentos e suas páginas também reproduziam o discurso de criminalização do Partido dos Trabalhadores. Nesse ínterim, a página seguiu um dos seus pilares fundadores, o suprapartidarismo, e não apoiou nenhum candidato em nenhuma dos 5 pleitos. Ao candidato Jair Bolsonaro, a página destacava um discurso bastante brando, pois, como já dissemos, a aposta em Bolsonaro era muito alta. Mesmo posicionado num espectro ultraliberal, talvez não fosse do interesse empresarial um presidente de comportamento tão controverso, com discursos imbuídos de racismo, sexismo, homofobia, dentre outros preconceitos, os quais ficavam de fora da seara de discussão da página e do movimento. Ainda que estes tivessem tendências conservadoras, uma pauta como a de Bolsonaro, abertamente militar, poderia causar mais problemas do que soluções.



Figura 43 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1164255870422426/?_rdc=1&_rdr



Figura 44 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1261843820663630/?_rdc=1&_rdr



Figura 45 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/posts/1240047156176630?_rdc=1&_rdr



Figura 46 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1261417377372941?_rdc=1&_rdr

A campanha #PTNÃO foi uma das grandes jogadas do VPR, e mesmo antes da culminância do primeiro turno, já havia sido convocada pela página uma grande manifestação em defesa do Brasil sem corruptos. É uma demonstração do caráter de inteligência por trás da VPR, pois caso Fernando Haddad não fosse para o segundo turno, ainda assim as cidades poderiam protestar contra a eleição de candidatos petistas em suas manifestações.

A figura de Jair Bolsonaro não aparece, como pudemos averiguar, nas postagens da página; quando surge é em caráter informativo, nunca acusatório ou de exaltação. O segundo turno, no entanto, colocou Haddad contra Bolsonaro, e mesmo com a possível ameaça do retorno de um governo petista ao poder federal, a página não apoiou Bolsonaro. O que parece ser minimamente um dissenso, uma vez que seguidores da página eram abertamente eleitores de Jair Bolsonaro, pode nos revelar um caráter interessante na conduta do VPR, como observado na seção seguinte.

5.4.3 A VPRB no segundo turno do pleito presidencial em 2018

No dia seguinte à realização do primeiro turno, a VPRB iniciou de modo mais pungente um ataque direto ao candidato petista, alegando que Lula governaria da cadeia em Curitiba e Haddad seria apenas um fantoche nas mãos de um ex-presidente preso e condenado corrupto.



Figura 47 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1263616040486408?_rdc=1&_rdr

Esta não foi a única postagem feita de mesmo cunho, buscando atrelar Haddad ao mesmo jogo anticorrupção que abarcou Lula e Dilma como explorado nas seções anteriores deste capítulo. Entretanto, este é um novo cenário e diferente dos demais movimentos em rede, a VPRB não demonstrou apoio explícito ao então candidato Bolsonaro no campo das ofertas

político ideológicas (BOURDIEU, 2008). O que podemos observar é que as forças políticas estavam se colocando mais uma vez de forma dicotômica no campo político. De um lado estava o vermelho, manchado pela corrupção, narrativa que a VPRB continuava a alimentar; do lado oposto estava o verde amarelo, do qual Bolsonaro se apropriou. Não seria a primeira vez que o Brasil se dividia dessa forma, mas a nossa questão é: por que não apoiar o candidato da direita?

A retórica da página assume um caráter interessante no campo político ideológico, o que nos permite desde já endossar alguns elementos conclusivos sobre a mesma. Assumindo mais uma vez o papel de falar em nome do ‘povo’, a manifestação convocada pela mesma assume o discurso do antipetismo, mas não do bolsonarismo. O VPR possui em nossa análise interesses próprios com a política nacional, sua tomada de decisões passa por um crivo e um refletir o qual só exímios jogadores de xadrez entenderiam. A luta da página não é propriamente contra a corrupção, mas sim contra o PT. O uso da pauta anticorrupção não focou em outros partidos políticos ou demais investigados nas operações que ainda estavam em voga. Em caráter analítico podemos afirmar que sempre foi contra a permanência ou retorno do Partido dos Trabalhadores ao poder.



Figura 48 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1276405862540759/?_rdc=1&_rdr

A manifestação, assim como as demais convocadas pelo movimento, foram replicadas nas páginas específicas de cada estado, e dependendo da região também de municípios, convocando a sair às ruas para impedir a volta do PT. Em contrapartida os movimentos ligados à esquerda puxaram o coro do #EleNão, convocando levantes para expor o caráter autoritário

de Bolsonaro e a impossibilidade deste se tornar um presidente digno e autocrítico, para um país com desigualdades tão gritantes e diversas como o Brasil.



Figura 49 Evento convocado pela VPRB

Fonte:

https://web.facebook.com/events/1759281784194606/?post_id=1759281800861271&view=permalink&_rdc=1&_rdr

Quando ocorrida, o que se esperava de uma manifestação contra o candidato petista acabou transformando-se numa de apoio para Bolsonaro, mesmo que essa não fosse a intenção aparente do VPR. Dentro do campo de atuação política (BOURDIEU, 2008) há de se ter cuidado com as forças que você está legitimando; mesmo que subliminarmente, o verde amarelo da manifestação remetia ao citado candidato.

Nos dias que se seguiram, Bolsonaro manteve-se abstenho de participar dos debates promovidos pelos diversos setores da mídia organizada, transformando o ensejo numa sabatina ao candidato petista que teve oportunidade de expor o seu plano de governo. E aqui está mais uma chave interessante para pensarmos no não apoio ao candidato Bolsonaro: o mesmo não possuía um plano de governo, não tendo assim condições de debater sobre economia, saúde, educação, dentre outros importantes temas que devem constar no cabedal de informações de um político — algo que o candidato da direita não dominava.

O movimento também estava atento a isso, havendo um elemento de preocupação com a situação econômica do país sentido nas entrelinhas desse não apoio. Era um medo palpável de que os frutos do despreparo político de Bolsonaro pudessem mergulhar o Brasil numa crise sem precedentes.

Bolsonaro foi um tiro no escuro da maior parte dos votantes. Alimentados durante anos pelos meios de obtenção de informação, em que inserimos a VPRB, por um ódio ao PT ligando-

o diretamente à corrupção, este candidato acabou sendo vislumbrado como a alternativa cabível no cenário político nacional. Vencendo o pleito, um período de incertezas assolou o país, incluindo o VPR: o que esperar de Bolsonaro? Sem muitas pompas, a página anunciou a sua eleição para presidência da república.



Figura 50 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1287199838128028/?_rdc=1&_rdr

Tratando da página no campo das ofertas político ideológicas destacadas por Bourdieu, podemos assumir que a estratégia de não apoiar diretamente Bolsonaro foi inteligente. Não assumindo o discurso bolsonarista, a página poderia, caso fosse necessário, disparar críticas ao então presidente, afinal era um momento de incerteza. Não saber o que esperar dos anos de governo Bolsonaro assombrou os setores políticos da direita e da esquerda, bem como as demais instituições democráticas brasileiras, dado o seu desprezo pelas mesmas.

Numa jogada bem assessorada, ao montar o seu conjunto ministerial, sobre o qual não vamos nos aprofundar, Bolsonaro convoca Sérgio Moro para assumir o cargo de ministro da justiça. Esse elemento em particular acalentou os setores conservadores, incluso o VPR, por Moro ser, como destacamos, o herói deste movimento, e porque sua atuação como ministro poderia representar uma expansão das políticas anticorrupção no país. A roda da história, porém, continuou a girar e Moro acabou não se tornando um aliado tão produtivo para Bolsonaro, como o mesmo esperava.

5.5 AO LADO DE MORO E CONTRA BOLSONARO

5.5.1 A imagem de Moro como sustentação do governo federal

Ao longo do primeiro mandato de Jair Bolsonaro, a página VPRB dedicou suas atividades a estimular a população a manter os olhos abertos para os políticos eleitos no pleito de 2018, e desde já começar a refletir sobre possíveis candidatos às eleições municipais em 2020. No que concerne às menções ao Governo Bolsonaro manteve-se uma postura neutra, mesmo diante de vários despautérios cometidos pelo então presidente em suas ações e declarações.

A página focava essencialmente na figura de Sérgio Moro como ministro da justiça empossado por Bolsonaro. A imagem de Moro, construída midiaticamente, no campo das ofertas político ideológicas (BOURDIEU, 2008) apresenta-se no discurso da página como um brilho de esperança sobre o mar de lama que a mesma divulgou abertamente nos anos anteriores, a respeito da atuação petista. A presença do ministro ajuda a construir a narrativa de que, aos olhos do VPR, o Brasil, ao menos na instância federal, havia se tornado um país incorruptível.

Havia ainda a esperança de que a Lava Jato, não mais comandada por Moro, mas permanecendo uma presença constante, seria expandida para investigações especializadas em todo o Brasil, indo a instâncias estaduais e municipais, para varrer de vez a corrupção nacional.



Figura 51 publicação da página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vemprarua.net/photos/a.344411022406919/1018431708338177/?_rdc=1&_rdr

Nesse cenário, o discurso da VPRB dava a Moro um maior protagonismo no governo, indo além do aspecto de herói que a página ajudou a construir e alcançando o *status* de *pop-star*. Dentre as postagens selecionadas para análise, era factível que Bolsonaro estava em segundo plano. Moro já vinha sendo cotado para concorrer ao pleito presidencial em 2022, o que desagradava o então presidente vigente, uma vez que Bolsonaro demonstrava interesse numa possível reeleição, e com isso observava atentamente o crescimento do ministro no campo político e na mídia.

Mesmo Bolsonaro se posicionando como um político de atitude ultraliberal, que pretendia, entre outras coisas, privatizar grande parte das instituições e enfraquecer políticas de redução da desigualdade no Brasil, a VPRB não o apoiava. Ainda que os intentos de ambos parecessem convergentes, nesse sentido podemos tecer uma generalização sobre o VPR. O movimento está ligado a interesses particulares, tidos como do setor empresarial, e denota uma conduta abertamente liberal; entretanto, o movimento e a página, sua representação, não se configuram como extrema-direita tal qual Bolsonaro e seus apoiadores, levando políticas propostas pelo Governo a não serem publicamente endossadas pelo movimento. Segundo Lerner, sobre o VPR e MBL, “racismo, classismo e xenofobia não constituem importantes norteadores das ações desses grupos conservadores que usam o Facebook como plataforma para um ativismo político” (LERNER, 2019.p.130).

Os motivos específicos para o não apoio fogem aos limites do trabalho proposto, entretanto, por meio das nuances, podemos exprimir que Bolsonaro foi tratado com extrema desconfiança por parte do movimento, o qual pretendia eleger um presidente liberal, mas liberal num estilo PSDB, não como um presidente que considera legítima a tortura militar nos idos das décadas de 1960 e 1970,

Mesmo sem um apoio explícito, não podemos deixar de pontuar que a página, assim como outros movimentos e meios de comunicação, ajudaram a alimentar o monstro do autoritarismo no Brasil. O VPR em específico pode não ter apoiado Bolsonaro, mas sedimentou o terreno no qual ele pôde erguer o seu mandato, de bases fracas e sem um projeto específico, mas frutífero na mentalidade conservadora emergindo no país. Segundo Celina Lerner, a “mentalidade ou comportamento social está fortemente associada à política, uma vez que essa

mentalidade expressa-se na discussão sobre política e é diretamente influenciada e estimulada pelas dinâmicas político-eleitorais de todo o período” (LERNER, 2019.p.72).

Um sem número de publicações sem sentido aparente começou a surgir. O governo passou a ser tratado como um grande *freak-show*, o que se distanciava da conduta que a página vinha assumindo desde então para os seus seguidores. A presença de Moro, contudo, permanecia idônea no meio dessa profusão de postagens, visto que o herói nacional, como desenhamos a partir da narrativa da página, ainda gozava de alto prestígio; sua atuação nas políticas anticorrupção garantiram essa posição, mesmo num governo sem um projeto aparente para o Brasil.

5.5.2 Incompetência administrativa de Bolsonaro

Aos poucos a imagem de Moro passou a ser insuficiente para garantir a legitimidade do governo, nos argumentos da página. Lembremos que o VPR reproduz ideais ligados diretamente ao empresariado. Os frutos da própria incompetência de Bolsonaro começaram a aflorar e a crise econômica no Brasil era um reflexo disso, trazendo em seu bojo a fuga do capital estrangeiro que prejudicava os setores conservadores ligados ao empresariado.

Entre o final do ano de 2019 e início de 2020, a página passa a atacar diretamente a administração pública do governo Bolsonaro. Recuperemos o argumento da sessão anterior: a página não apoiou abertamente a candidatura do mesmo, defendia em primazia o não retorno do Partido dos Trabalhadores; são chaves diferentes, que poderiam passar despercebidas quando não colocamos essas situações em perspectiva ampla dos ocorridos.

Nesse ínterim, Bolsonaro tornava-se cada vez mais autoritário, nos termos adornianos, reproduzindo mais fortemente o tipo autoritário denominado *Crank* (ADORNO, 1950), que segundo o autor possui alta paranoia remetida à perseguição. Bolsonaro isolava-se cada vez mais em sua paranoia, de tal forma que quando questionado sobre qualquer instância problemática evocava a culpa petista, partido afastado da presidência desde o impeachment de Dilma.

A desvalorização do Real atrelada à fuga do capital estrangeiro colocavam em xeque o governo, que já não estava sendo visto com bons olhos mesmo por antigos aliados e apoiadores como o MBL. Mesmo tendo apoiado abertamente Bolsonaro durante o pleito presidencial,

passou também a fazer duras críticas a seu governo. O presidente, que já não confiava nos meios de comunicação tradicionais, passou a também não confiar nas ferramentas de informação em rede que já estavam em pleno uso, seja pela direita, como é o caso do VPR e MBL, seja pela esquerda. Dessa forma, permaneceu utilizando apenas as suas redes sociais particulares (RECUERO, 2011) para fazer contato com o povo brasileiro e expor suas ideias. As exceções dão-se nos pronunciamentos em cadeia nacional e nas coletivas que o mesmo dá quase diariamente em frente ao palácio do planalto, em que seus apoiadores se reúnem e rechaçam qualquer pergunta que desabone o presidente.

Além das inúmeras postagens de desagrado com relação ao governo, três chaves são essenciais para refletir sobre seu rompimento com os setores da direita organizada (onde está nosso objeto): a primeira seria a ameaça à Operação Lava Jato, dada a interferência de Bolsonaro na PF; a segunda vem do descaso com a iminente crise sanitária causada pela COVID-19; e a terceira chave seria a saída de Sérgio Moro do cargo de ministro da justiça, um dos maiores abalos do governo Bolsonaro.



Figura 52 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1539273592920650/?_rdc=1&_rdr

Sobre a COVID-19, à medida que o vírus se espalhava pelo Brasil trazendo consigo uma gravíssima crise sanitária, Bolsonaro mantinha uma postura de desdém (presente desde os primeiros casos nacionais da doença), tratando a mesma como uma questão pífia e contrariando as recomendações da Organização Mundial da Saúde, no que diz respeito ao uso de máscaras, evitar lugares públicos e aglomerações, higienização constante das mãos, entre outros. Ainda, foram convocadas manifestações em defesa do governo por seus apoiadores durante a

pandemia, abonadas pelo governante num gesto de total absurdo e descaso. A VPRB não mediu esforços para expor o sadismo de Bolsonaro, à medida que o número de vítimas do vírus aumentava no país, e o próprio presidente da república colocava-se contra as medidas protetivas que tinham por intuito minimizar a proliferação do vírus e o número de infectados.

5.5.3 A saída de Moro e a volta da retórica anticorrupção

Sérgio Moro saiu do ministério da justiça de modo repentino, para boa parte do público. Sua relação com Bolsonaro, contudo, não era mais tão amistosa quanto no início do mandato presidencial, quando foi dada a Moro carta branca para ampliar as investigações da Lava Jato. O cenário mudou no momento em que Bolsonaro viu o nome de seus filhos envolvidos nas investigações.

Denúncias feitas pelo próprio Moro contra Bolsonaro vieram a público no dia 23 de abril de 2020, culminando com o pedido de demissão do então ministro, afirmando não mais corroborar os ideais de Bolsonaro devido à exoneração do então diretor da Polícia Federal, Maurício Valeixo. Os motivos de tal exoneração foram divulgados na forma de vazamentos e acusações tornadas públicas. A imagem de Bolsonaro ficou manchada com a saída do ex-ministro, o “mito” idolatrado por tantos era de fato tão incorruptível assim? Por que o Presidente da República estaria tentando interferir em investigações? A página Vem Pra Rua Brasil retratou todos esses momentos, com seu posicionamento no campo das ofertas político ideológicas agora mais pungente contra Bolsonaro.

Com o corte de relações entre o ex-ministro da justiça e o presidente, podemos afirmar que Bolsonaro saiu perdendo. Na narrativa construída pela página, Sérgio Moro não tinha mais interesse em compor um governo ligado à obstrução da justiça, em proveito da família do presidente. Bolsonaro, por sua vez, não media esforços para defender seus familiares. O status de incorruptível assumido pelo presidente esvaiu-se com a continuidade dos fatos ocorridos, como podemos observar nas postagens selecionadas.

À guisa de generalizações sobre a representação nas redes e sobre o corte de relações, podemos identificar o poder dos movimentos analisados, que em conjunto com os setores da

mídia tradicional conseguiram iniciar o processo de destituição do capital social (BOURDIEU, 2008) de Bolsonaro enquanto presidente da república, como destacaremos adiante.



Figura 53 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1782804315234242/?_rdc=1&_rdr



Figura 54 publicação na página VPRB

Fonte: <https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1795038987344108>

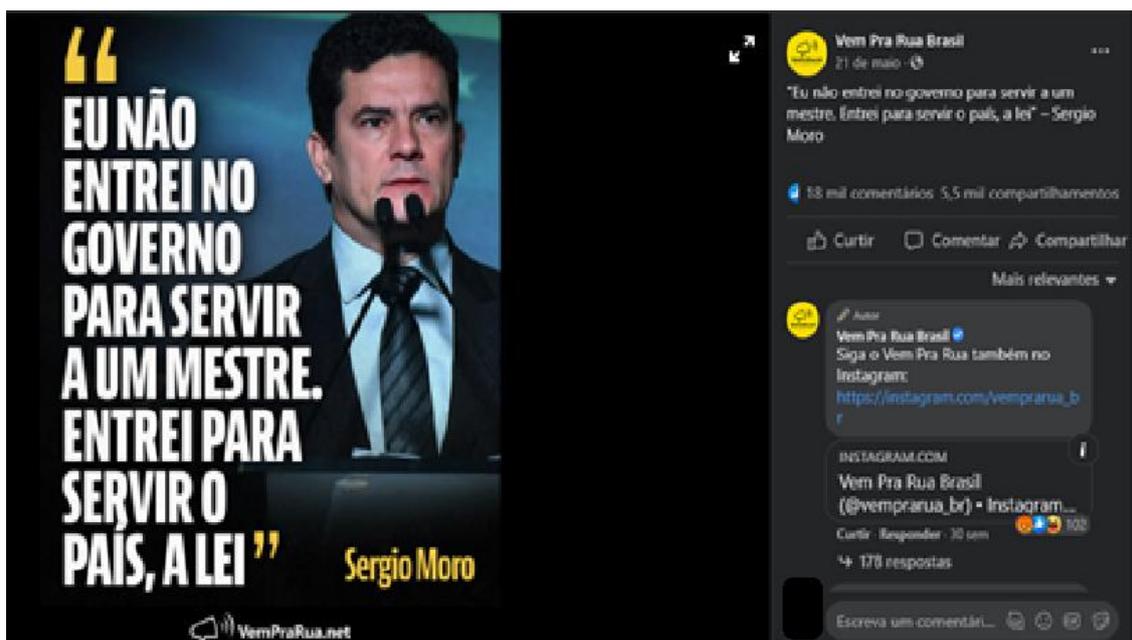


Figura 55 publicação na página VPRV

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1811766225671384/?_rdc=1&_rdr

Torna-se evidente, ao observarmos as postagens selecionadas, que o VPR tomou o lado de Moro, condizente com o fato de que o próprio movimento e sua atuação em redes criaram a imagem do ex-juiz como o herói nacional na luta anticorrupção. A estratégia de Moro em sair de um governo que já estava com rachaduras evidentes mostra uma profunda inteligência política. Isso dotou-o de um capital simbólico que se manteve com a sua saída do ministério; a declaração acima, onde o mesmo afirmou ter aceitado o cargo para servir ao país e à Lei, coloca nas entrelinhas o governo de Jair Bolsonaro como propício a elementos de ilegalidade e corrupção.

O estrago na imagem de Bolsonaro, que já não estava das mais favoráveis, só agravou. Ele perdia o seu grande coringa e estava à mercê da questão da corrupção, que ao longo desta dissertação destacamos como uma ferramenta política sempre útil quando o cenário não é favorável a alguma decisão almejada. Moro, por outro lado, saiu com sua rede de relações e capital simbólico (BOURDIEU, 2008) fortalecidos, ainda sendo aclamado nas postagens da VPRB como a grande alternativa da luta anticorrupção no Brasil. A partir daqui a intencionalidade da página volta-se totalmente contra o presidente, com ferramentas que já conhecemos bem.

5.5.4 O processo de destituição do capital simbólico de Jair Bolsonaro

Tal como ocorreu com Dilma, Lula e, em certa medida, Temer, após a saída de Sergio Moro do governo, Bolsonaro começou a se afundar numa enxurrada de acusações que passavam pelo estelionato eleitoral, associação de sua família com apropriações indébitas, a ligação de seu filho no esquema conhecido como ‘rachadinhas’, dentre outras. As principais ferramentas de crítica utilizadas, porém, foram a culpabilização do mesmo pela crise da COVID-19 e sua ligação direta com a corrupção, a qual seus eleitores acreditavam não fazer parte da cúpula do governo.

As críticas já existiam ao presidente, como destacamos, mas foi com o pedido de afastamento de Moro que as máscaras de “mito” e “incorrupível” começaram a cair. A VPRB fez largo uso desses elementos, como é de seu costume quando o poder está nas mãos de indivíduos inaptos a realizar as funções que lhe foram designadas no pleito eleitoral, e mais uma vez os ecos da perspectiva udenista surgem nesses movimentos contemporâneos.

Como destacamos, a página tomou o partido de Sérgio Moro, desacreditando Bolsonaro em suas justificativas para a notória troca de comandos na Polícia Federal, elemento chave à saída do ex-ministro.



Figura 56 publicação na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1814048502109823/?_rdc=1&_rdr

Escancarando para o Brasil a imagem do presidente como mentiroso, a página faz cair por terra a ideia que os setores da direita voltados ao conservadorismo tinham de Bolsonaro. Obviamente, esta não é uma atribuição única do VPR; as páginas de outros movimentos, como o MBL, seguiram a mesma linha, bem como forças político midiáticas à esquerda. Dentre a mídia tradicional destacamos a atuação da Rede Globo de Televisão, criticada diariamente por Bolsonaro, criticando-o também numa base diária em contrapartida. Essas instâncias ligadas ao discurso político midiático não perderiam a oportunidade de rechaçar o governante, diante das acusações feitas especialmente sobre a tentativa de proteção de sua família contra denúncias de corrupção.

Um dos elementos utilizados pela VPRB era o de ligar Bolsonaro ao desmonte da Lava Jato, operação que grande parte dos brasileiros considera essencial para as investigações contra a corrupção no Brasil. Diante disso, Bolsonaro foi acusado de abandonar a pauta anticorrupção, tão importante para sua elegibilidade no pleito de 2018. Sua imagem continuou a se esvaír, dia a dia, a ponto de mesmo seus apoiadores mais ferrenhos já estarem abandonando o barco em vias de afundar. O entrelaçamento do mesmo com a corrupção nacional foi a cereja do bolo para que sua figura permanecesse em constante desgaste.



Figura 57 publicação na página VPRB

Fonte: <https://web.facebook.com/vempraru.net/posts/1952384948276177>

As acusações por parte da mídia continuam tratando Bolsonaro como mais um corrupto alçado ao poder, atrelando a isso a responsabilização do mesmo pelas mais de 220.000 vidas perdidas, na crise da COVID-19, para colocar o governo Bolsonaro no fio da navalha. Um remédio amargo, experimentado a contragosto por Lula e Dilma nas respectivas destituições de seu capital social junto ao povo brasileiro. Da mesma forma como atuou com os citados, a página agora atua com Bolsonaro, buscando a todo custo destituí-lo do capital simbólico adquirido ao assumir a faixa presidencial. A perda do citado capital pode ser vista quando colocamos em perspectiva o pleito do ano de 2020, em que os candidatos apoiados pelo então presidente foram derrotados em seus respectivos municípios.



Figura 58 postagem na página VPRB

Fonte: https://web.facebook.com/vempraru.net/photos/a.344411022406919/1996154693899202/?_rdc=1&_rdr

Nessa última postagem destacada, fica evidente o posicionamento da página buscando destituir Jair Bolsonaro do capital simbólico, em especial na pauta mais sensível ao movimento, o abandono da luta contra a corrupção. O cerco que vem sendo feito ao então presidente por parte dos setores midiáticos só mostrará seus resultados nos próximos anos, mas desde já fica evidente que por trás de todo discurso anticorrupção existem elementos implícitos. Não está sendo diferente com Bolsonaro, não sendo apenas os elementos corruptíveis ligados ao mesmo

que estão sendo postos a público; há também várias questões no bojo, incluindo aspectos da crise econômica e os frutos de sua própria incompetência administrativa.

Nesse ínterim, pode-se apontar a existência de um tipo de personalidade autoritária no posicionamento do movimento, aquela que Adorno destaca como O Manipulador, que acredita ter o poder de manipular as massas ao seu bel prazer, estando elas passíveis de tal manipulação (ADORNO, 1950). A principal expressão disso no caso estudado dá-se pela destituição do capital simbólico do então presidente, uma função recorrente da atuação da VPRB, pois o mesmo aconteceu com Dilma Rousseff.

O Vem Pra Rua segue firme nos intentos destacados ao longo do trabalho, e com relação ao então presidente, sua associação com a corrupção possui outras raízes, como a crise econômica pela qual o Brasil ainda vem passando, o desprezo da comunidade internacional à política negacionista de Bolsonaro e seu descaso para com as questões ambientais.

6 CONCLUSÃO

Nosso objetivo nessa seção conclusiva do trabalho será apontar alguns dos principais elementos evocados ao longo de nossa argumentação para refletirmos sobre a temática proposta, no caso as nuances do discurso anticorrupção do Movimento Vem Pra Rua e sua representação nas redes, tendo como recorte a sua página no site de relacionamentos *facebook*. Dentre tantas questões suscitadas, eis o nosso desafio de apresentar algumas generalizações sobre o tema investigado e analisado.

Um primeiro elemento digno de nota vem de nosso terceiro tópico, em que abordamos a presença do discurso anticorrupção na história política do Brasil. No grande conjunto de informações que expomos, desde o segundo governo Vargas até chegarmos ao governo Dilma, buscamos demonstrar analiticamente o caráter cíclico da luta anticorrupção no Brasil e a participação dos setores da direita organizada nesses processos. Elencamos a presença do caráter udenista, uma das forças que aglutinou indivíduos insatisfeitos em três mandatos destacados, Vargas, JK e Quadros.

O elemento udenista, obviamente, não foi a única força unificadora desses sujeitos. No processo de análise sócio-histórica pudemos identificar outros fatores que remetiam à destituição da União Democrática Nacional e permaneciam como uma herança dos setores da direita, nos momentos sobre os quais nos debruçamos no pós manifestações de 2013.

O papel da mídia também foi essencial em nossa investigação, tendo em vista que as redes sociais eram uma nova e forte ferramenta midiática com largos usos na temática anticorrupção. Em termos históricos, foi crítica como agente disseminador de discursos fundadores do Golpe Militar de 1964, nos jornais e nos programas de televisão da época. A mídia desde esta época, e mesmo antes, mostrou-se para o autor como essencial para compreender as estratégias da direita brasileira no que concebia o tema abordado.

A pesquisa em manchetes de jornais da época, acompanhado da própria narrativa histórica que a literatura nos trouxe, auxiliou à investigação de modo pungente, reforçando o peso midiático durante os processos anticorrupção, e demonstrando que já nos idos de 1950 existiam nuances, elementos sutis nos discursos, carregados de intenções implícitas e que se repetem narrativamente no presente.

Ainda com relação aos elementos históricos do século passado que nos basearam, notamos que no discurso anticorrupção por parte dos setores da direita organizados politicamente, especialmente entre 1954 e 1964, havia uma evidente perseguição aos governos ligados às classes populares, como os três mandatos que citamos acima. Os governos em questão eram alvo de acusações da imprensa na figura dos seus opositores.

Na nossa quarta seção, destacamos os novíssimos movimentos sociais em rede, focando numa caracterização do movimento ao qual nos dedicamos analiticamente, ao avaliar seus projetos, formas de atuação e discursos. No bojo dessa questão está a ampliação do uso da internet e das redes sociais, que foram articuladamente usadas pelos destacados novíssimos movimentos sociais como uma ferramenta de aglutinação de sujeitos com ideais, indignações e insatisfações em comum.

A internet nessa época não tão distante mostrou aos sujeitos a possibilidade de atuar como agentes políticos, participando de grupos, páginas, fóruns, dentre outros. Essa atuação, no entanto, provou-se uma falácia, como demonstramos com o auxílio das ferramentas bourdieusianas, uma falsa ideia de participação política em que, na verdade, os sujeitos estavam subordinados às vontades e discursos das lideranças dos movimentos, e o VPR não é diferente nesse sentido. Apenas as lideranças falam, seja no grupo do *facebook* ou de *whatsapp*, como demonstramos.

Em nosso capítulo final sobre a página Vem Pra Rua Brasil, que consideramos uma representação direta do movimento e seus ideais, podemos tecer algumas generalizações que auxiliam a compreender tanto o movimento em si quanto sua atuação em redes. A primeira questão que podemos destacar é que o VPR não se assenta, pensando no espectro político, na extrema direita. Posiciona-se sim como movimento de direita liberal, que defende questões como o Estado mínimo. No entanto, quando entramos na seara de um discurso reacionário numa perspectiva racista, sexista, homofóbica, transfóbica, dentre outras expressões de preconceito autoritário, a página permanece num limiar, por seu interesse ser primariamente a economia. Se questões de tal cunho entrariam posteriormente na intencionalidade do movimento, não podemos afirmar.

Sabendo, diante da argumentação, da ligação do VPR com o setor empresarial, fator norteador de ações como engrossar o coro de descontentes para o impeachment de Dilma Rousseff, há uma evidente preocupação com a economia do país, em crise desde o surgimento do referido movimento e suas representações em rede. O ataque promovido nas redes sociais e

nas manifestações de rua utilizava as vestes do discurso anticorrupção, mas trazia no bojo elementos de crítica às ações de um governo atrelado diretamente às classes populares, como havia acontecido 60 anos antes. A estratégia de ataque da página, como compreendemos, não foi contra a corrupção, mas sim contra a permanência da esquerda no poder e no que isso poderia significar para a economia nacional.

Outro importante ponto a ser citado como conclusão é o obscurecimento da corrupção quando relacionada a outros partidos políticos, ou políticos em específico que estavam ou ainda estão sendo investigados por operações como a Lava Jato. A página não dava o devido foco, por exemplo, à corrupção alocada no PSDB, denotando com isso elementos de favoritismo político que passam por cima do seu pilar fundamental do suprapartidarismo.

O foco nesse sentido sempre esteve no Partido dos Trabalhadores: no impeachment de Dilma, na prisão de Lula e em todo o cerco feito ao PT, citando notoriamente a conduta da página com relação a Fernando Haddad no pleito presidencial de 2018. Ao contrário do que afirmamos no parágrafo anterior, quando algum político petista estava sob investigação, ou até mesmo preso, sendo comprovada a sua culpabilidade, a página realizava uma celebração por meio das postagens, sempre buscando ligar os políticos corruptos ao PT. Evidente a tentativa de impedir que um presidente ligado ao lulismo se elegeisse, bem dizer, não apenas na presidência, mas em todas as instâncias do governo. O próprio Michel Temer, quando não convinha mais, foi associado com as imagens já degradadas de Lula e Dilma, visto que o mar de lama instituído narrativamente pela página tinha responsáveis muito específicos.

Quando o governo no poder não estava, aos olhos da página, cumprindo as suas funções, ou seja, não estava garantindo a lucratividade econômica, o mesmo era descartado pelo uso da retórica do discurso anticorrupção. Temer foi envolvido em tentativas de possíveis obstruções da Operação Lava Jato e sofreu ameaças de cunho profundamente autoritário por parte da página. Aplicamos nesse sentido categorias adornianas dos estudos sobre personalidade autoritária para refletir a respeito do processo. Temer não foi o único a sofrer esse tipo de retaliação; o movimento VPR serve ao grande capital, de maneira que aquele ou aquela que não estiver em condições de manter a alta taxa de lucro do setor empresarial seria atacado, num processo de destituição da sua posição enquanto político.

Destacamos ainda a construção do ex-ministro e ex-juiz Sérgio Moro como herói nacional por parte da VPRB. Sua atuação na Operação Lava Jato era tudo o que o movimento, em seu discurso anticorrupção, necessitava para a figura de um líder, um arauto contra toda a

corrupção assolando o país. Por mais folhetinesco que esse tipo de narrativa possa parecer, estes são de fato os elementos construídos pela página. No seu cerco a Lula, tratam Moro tal como Dumas tratou Edmond Dantès, um indivíduo que buscava vingança, aqui em nome do Brasil, baseando suas ações no sentimento de providência e justiça. Já Lula, o grande alvo de Moro, serve-nos nessa alegoria como Mondego, cujos crimes são descobertos com o achincalhamento público de sua imagem. Sérgio Moro, enquanto figura política no mercado de opiniões (BOURDIEU, 2008), é uma criação da própria página, que o dotou deste capital social incorruptível para retirar o Brasil do mar de corrupção, reiterado diariamente pelo discurso da VPRB.

Chegamos, por fim, às questões relacionadas a Jair Bolsonaro, enquanto presidenciável e presidente. Nesse ponto a atuação da página tornou-se mais pungente no que compreende o espectro político brasileiro. O não apoio direto a Bolsonaro enquanto candidato já nos indica que a página não corroborava com sua postura reacionária. Entretanto, quando o pleito se voltou para uma disputa direta contra o Partido dos Trabalhadores, a página convocou manifestações, não em favor de Bolsonaro, mas sob o slogan da campanha PTNÃO.

Aos seguidores do movimento, torna-se dificultosa a separação entre a figura de Bolsonaro do Vem Pra Rua, mas a mesma era evidente. Como destacamos ao longo da argumentação, a aposta em Jair Bolsonaro era muito arriscada devido a seu despreparo administrativo para assumir um cargo tão importante. Apesar de possuir uma perspectiva ultraliberal, o apoio ao candidato não existiu, o que sugeria uma possível jogada por parte do movimento. Caso Bolsonaro demonstrasse os elementos de sua incompetência, a página não seria hipócrita em criticá-lo. Nesse sentido, ligamos o VPR como um movimento de direita liberal, mas não de extrema-direita tal como o então presidente.

Com o decorrer do mandato de Bolsonaro, especialmente com a saída de Sérgio Moro do ministério da justiça, a página não se podou em colocar em voga, mais uma vez, a temática anticorrupção. Tal como fez com Dilma, dedica-se à destituição do capital simbólico de Bolsonaro (BOURDIEU, 2008) enquanto presidente, desgastando sua imagem, utilizando além da corrupção qualquer argumento que possa ser empregado como oportunidade para degradá-lo ainda mais no campo político. A página não está sozinha nessa peleja; outros movimentos em rede e instâncias da mídia tradicional, como a Rede Globo de Televisão, possuem o mesmo intento. Apesar de outras chaves serem utilizadas para criminalizar Bolsonaro, no que concerne à representação na página, sua ligação com os elementos corruptíveis ainda é a grande temática.

O discurso anticorrupção do Movimento Vem Pra Rua é, nesse sentido, escorregadio. Faz aplicação plena da retórica relacionada à luta contra a corrupção, mas quando observamos o cenário sob uma perspectiva analítica, outras questões estão por trás desse discurso, em seu caso a defesa de uma economia puramente liberal. A anticorrupção é uma temática legítima, entretanto o seu uso por esses movimentos à direita possuem nuances a serem esmiuçadas para compreender as intencionalidades postas no campo das ofertas político ideológicas (BOURDIEU, 2008).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford. **The Authoritarian Personality**, Harper & Brothers, Copyright American Jewish Committee, 1950.

ADORNO, T. W. “Remarks on ‘The Authoritarian Personality’ by Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson, Sanford” In : **Platypus Review** #91, November 2016.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 49-58, 2017.

ANDRADE, João Batista. **O povo fala**: um cineasta na área de jornalismo da TV brasileira. São Paulo: Senac, 2002.

ANDRADE, Ana Olívia Costa de. **Contra tudo isto que está aí**: moralismo e política nas manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa. Dissertação de mestrado. João Pessoa, 2016.

AVRITZER, Leonardo. **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

_____. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. IN: AVRITZER, Leonardo. **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar. 2017.

BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BAYM, Nancy K. **Personal connections in the Digital Age**. Cambridge: Polity Press, 2010.

BATISTA, Micheline Dayse Gomes. **Entre a rede e a comunidade**: interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do Direitos Urbanos Recife. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2015.

BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato Org. **Pierre Bourdieu Sociologia**. São Paulo: Editora Ática. 1983.

_____. “The forms of capital”, IN J. G. RICHARDSON (org.), **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**, Nova Iorque, Greenwood, pp. 241 -258. 1985.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Pierre Bourdieu avec Löïc Wacquant**; réponses. Paris: Seuil. 1992.

_____. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP. 2007.

_____. **A economia das Trocas Linguísticas**: O que Falar e o que dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. EMPREITEIROS E IMPRENSA: A ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA CONSTRUÇÃO PESADA JUNTO AOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO ANTES E DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1988). **Rev. Hist.** (São Paulo), São Paulo , n. 177, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar. 2017.

CHALOUB, Jorge. Dois liberalismos na UDN: Afonso Arinos e Lacerda entre o consenso e o conflito. **Revista Estudos Políticos:** a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e) anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 6, pp. 294-311, Julho 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/> .

CHEQUER, Rogério; BUTTERFIELD, Colin. **Vem Pra Rua.** São Paulo: Matrix, 2016.

COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo soc.** São Paulo, v. 15, n. 2, p. 269-301, nov. 2003.

CUNHA, Diogo. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979). **História Unisinos** 18(3):544-557. Setembro/Dezembro 2014.

DANTAS, Audálio. A mídia e o Golpe militar. **Estudos Avançados** 28 (80), São Paulo 2014.

DE NICOLA, Lucas Santiago Rodrigues. **Flores, algumas com espinhos, para o Rei:** controvérsias acerca de D. Pedro II (1920-1940). Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2014.

DOMINGUES, José Maurício. Crise da república e possibilidades de futuro. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1747-1758, jun. 2017.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** Porto Alegre: Globo, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. A corrupção no Brasil Colônia. IN: AVRITZER, Leonardo. **Corrupção e sistema político no Brasil.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

FILGUEIRAS, Fernando. Marcos teóricos da corrupção. IN: AVRITZER, Leonardo. **Corrupção e sistema político no Brasil.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

GARCIA, F. D. F.; LOPES, C. S. As manifestações de agosto de 2015 em Londrina: aproximações e distanciamentos entre movimentos sociais e manifestantes. Anais do 41º **Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, GT11: Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Rio de Janeiro: Vozes. 2017.

JUDENSNAIDER, Elena, [et al]. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

LERNER, Celina. **A Mentalidade Conservadora no Brasil: uma análise da interação política em redes sociais digitais (2012 - 2018)**. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Venício A. de. Mídia. IN: AVRITZER, Leonardo. **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MIGUEL, Luís Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 97-123, Jun, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Corrupção no Brasil republicano – 1954-1964. IN: AVRITZER, Leonardo. **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Ciberespaço, internet e habitus: Uma reflexão bourdiesiana sobre a era digital. IN: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Pierre**

Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação. 1.ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota; SILVA, José Augusto. Pânico social e animilização do usuário: o crack na Folha de São Paulo. IN: SOUZA, Jessé (org). **Crack e exclusão social.** Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O Jornal Nacional e o rito de destituição de Dilma Rousseff. **Revista de Ciências Sociais.** Fortaleza, v.50, n.2, jul./out, 2019.

SALLUM JR., Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova,** São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes Sociais Digitais, a cognição conectiva do Twitter.** São Paulo: Paulus, 2010.

SILVA, Terezinha. A pesquisa sobre escândalo político: panorama de 10 anos. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos,** 15(3), 160-169, 2013.

SINGER, A. **Os Sentidos Do Lulismo Reforma Gradual e Pacto Conservador.** Cia. das Letras, SP, 2012.

SOUZA, A. O impeachment de Collor e a reforma institucional no Brasil. In: ROSENN, K. S.; DOWNES, R. (orgs.). **Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Corrupção no Brasil império.** IN: AVRITZER, Leonardo. **Corrupção e sistema político no Brasil.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STARLING, Heloisa Maria Murguel. Ditadura militar. IN: AVRITZER, Leonardo. **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2011.